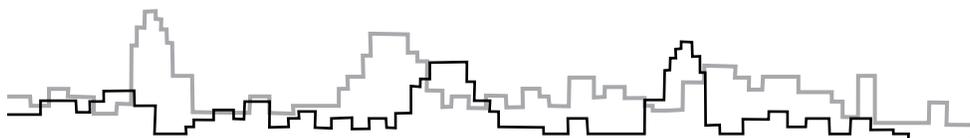


Conjuntura Urbana **10**

Como Anda **Belo Horizonte**

ORGANIZADORA
Luciana Teixeira de Andrade



LETR**C**APITAL

Copyright © Luciana Teixeira de Andrade, 2009

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, da editora.

COORDENAÇÃO GERAL	Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
EDITOR	João Baptista Pinto
CO-EDITOR	Orlando Alves dos Santos Junior
REVISÃO FINAL	Egláisa Cunha e Roberto Pedreira
REVISÃO ORTOGRÁFICA	Henrique Pesch e Roanita Dalpiaz
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO	
1ª EDIÇÃO, 2008	Virtual Design
2ª EDIÇÃO, 2009	Francisco Macedo Letra Capital Editora
IMPRESSÃO	Imos Gráfica

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C728

Como anda Belo Horizonte / organizadora Luciana Teixeira de Andrade. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

il. - (Conjuntura urbana; 10)

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-049-5

1. Regiões metropolitanas - Brasil. 2. Crescimento urbano - Brasil. 3. Política pública. 4. Política urbana - Brasil. I. Andrade, Luciana Teixeira de, 1959-. II. Título. III. Série.

09-2006.

CDD: 307.7640981

CDU: 316.334.56

30.04.09 04.05.09

012336

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
Tels. (21) 2598-1932 / 2598-1950
web.observatoriodasmetropoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels. (21) 3553-2236 / 2215-3781
www.letracapital.com.br

O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 17 anos, envolvendo 97 principais pesquisadores e 59 instituições de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

O **Observatório das Metrôpoles** tem como uma das suas principais características reunir Programas de Pós-graduação em estágios distintos de consolidação, o que tem permitido virtuosa prática de cooperação e intercâmbio científico através da ampla circulação de práticas e experiências acadêmicas. Por outro lado, o Observatório das Metrôpoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para esta área.

O **Observatório das Metrôpoles** integrou o Programa do Milênio do CNPq e, nos próximos 5 anos, integrará o Programa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, também do CNPq, com apoio da FAPERJ. O objetivo do programa é desenvolver pesquisa, formar recursos humanos, desenvolver atividades de extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos, tendo como eixo a questão metropolitana. Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as 5 Grandes Regiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades de pesquisa que desenvolvemos permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais.

O **Observatório das Metrôpoles** é um programa plurinstitucional e pluridisciplinar que procura aliar pesquisa e ensino com a missão social de realizar e promover atividades que possam influenciar as decisões dos atores que intervêm no campo da política pública, tanto na esfera do governo, como da sociedade civil. O seu Programa de Trabalho para os próximos 5 anos está organizado nas seguintes linhas:

Linha I - Metropolização, dinâmicas intermetropolitanas e o território nacional.

Linha II - Dimensão sócio-espacial da exclusão/Integração nas metrôpoles: estudos comparativos.

Linha III - Governança urbana, cidadania e gestão das metrôpoles.

Linha IV - Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional.



Apresentação

A institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras obedeceu a duas fases. A primeira, nos anos 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo. Reguladas por legislação federal, foram criadas nove Regiões Metropolitanas – RM's, incluindo os principais centros nacionais – particularmente capitais de estados – e 0000suas áreas de polarização direta, constituídas por municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica. Visaram à realização de serviços comuns de interesse metropolitano¹, de modo a constituir uma unidade de planejamento e gestão, e deveriam organizar-se sob um arcabouço padrão estruturado em dois conselhos, o deliberativo e o consultivo.

A segunda etapa teve início com a Constituição Federal de 1988, que facultou aos Estados Federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. Com ela, findava um modelo que criou regiões sobre as quais os Estados Federados não tinham autonomia para intervenção, e se abriam possibilidades de inserção das regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional. Além de regiões metropolitanas, o texto constitucional admitiu outras categorias de organização regional, como as aglomerações urbanas e as microrregiões. Mantendo e adequando os objetivos

1 Segundo a Lei Complementar /: I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública; III – uso do solo metropolitano; IV – transportes e sistema viário; V – produção e distribuição do gás combustível canalizado; VI – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispuser a lei federal; VII – outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

da etapa anterior, as unidades criadas deveriam integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Esse processo de metropolização, ao mesmo tempo em que abriu a possibilidade de alteração dos limites das RMs existentes, incluindo ou mesmo excluindo municípios, desencadeou um contínuo ciclo de institucionalização de novas unidades regionais, com diferentes portes de população, considerando até pequenas aglomerações urbanas, e quase sempre classificadas como metropolitanas. Parte dessas regiões têm crescido a taxas anuais superiores a 3% ao ano, com expansão expressiva, até mesmo nos pólos, enquanto outras mantêm elevado apenas o crescimento de suas periferias. São regiões com distintos pesos no que se refere à participação na renda e na dinâmica da economia. Muitas delas se articulam configurando novos arranjos espaciais, com redobrada importância no plano econômico e social, e também redobrada complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social e municipal. É o caso dos grandes complexos urbanos, como o que articula num processo único as regiões de São Paulo, Campinas e da Baixada-Santista, além de outras aglomerações urbanas vizinhas.

As leis estaduais que vêm instituindo tais unidades mantêm em seu escopo orientações mínimas para organização do sistema de gestão e, em alguns casos, além da área metropolitana, identifica áreas de expansão – como nas legislações do Estado de Santa Catarina, denominada “área de expansão metropolitana”; nas do Estado de Minas Gerais, “colar metropolitano”; e na do Estado de Goiás/Distrito Federal, “região de desenvolvimento integrado”- RIDE/DF.

Em 2003, o Brasil registra 26 unidades metropolitanas oficialmente instituídas², com a possibilidade da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)³ do Distrito Federal somar-se a este conjunto, pelo porte metropolitano da cidade principal.

Em geral, as unidades metropolitanas estão concentradas nas regiões Sul (Santa Catarina, com seis unidades; Paraná, com três; e Rio Grande do Sul, com uma RM) e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais possuem, respectivamente, três e duas unidades;

2 Esse cálculo considera uma única unidade a RM e sua respectiva área de expansão, colar metropolitano ou região de desenvolvimento integrado. Não inclui a RM de Aracaju que, embora criada em 1995, ainda não havia obtido a ratificação da adesão dos municípios por parte das Câmaras de Vereadores, conforme exige seu artigo 5º, e a RM de Manaus, constituída em 2006.

3 As RIDEs estão previstas nos artigos, inciso IX, e, inciso IV da Constituição Federal. Sua institucionalização compete à União por envolver municípios de mais de uma unidade federativa.

Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem uma unidade cada um). No Nordeste, o Ceará, Pernambuco e Bahia já possuíam, cada qual, sua unidade metropolitana; e foram institucionalizadas, por leis estaduais, novas unidades em Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte, totalizando sete unidades na Região. No Norte, apenas Belém manteve a unidade já existente; e no Centro-Oeste foi institucionalizada a RM de Goiânia. Nessa Região, a RIDE do Distrito Federal, criada em 1998, incorpora, além do Distrito Federal, municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais⁴.

As diferentes legislações criaram unidades regionais bastante distintas, dificultando a comparação entre elas. Como permanecem ausentes projetos estaduais de regionalização, e diante da inexistência de critérios definidos pela Constituição Federal ou por normas específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias espaciais a serem instituídas pelos estados e instruem demarcações e classificações regionais, a maior autonomia adquirida para promover a regionalização, inevitavelmente, vem induzindo distorções no âmbito da hierarquização dessas categorias.

Embora todas as unidades apresentem um padrão de ocupação que se particulariza por transcender limites político-administrativos municipais, descrevendo manchas contínuas assentadas sobre municípios autônomos, sua delimitação não expressa contornos conexos ao fato urbano das espacialidades de aglomeração sobre as quais incidem, sequer confere aderência à precisão conceitual que identificaria a unidade metropolitana, a partir do padrão funcional, diante das demais categorias disponíveis para classificação das unidades regionais⁵.

Nota-se, assim, uma lacuna acerca das relações metropolitanas de forma que a ação integrada por entes federativos no espaço metropolitano demanda um marco legal nacional que articule esta ação regulando a inter-relação entre os municípios integrantes dessas regiões, e suas relações com os governos estadual e federal.

4 Outras RIDEs localizam-se nos Estados de Pernambuco/Bahia (Petrolina/Juazeiro) e de Piauí/Maranhão (Teresina/Timon).

5 O Estado do Rio Grande do Sul foi o que demonstrou melhor compreensão conceitual, mantendo como metropolitana apenas a unidade regional polarizada por Porto Alegre e instituindo duas aglomerações urbanas, a de Caxias do Sul e a de Pelotas.

Classificação e Tipologias

Os estudos que resultaram nesta Série voltaram-se para identificar entre as regiões metropolitanas institucionalizadas e outros grandes espaços urbanos, aqueles que efetivamente se constituem como “metropolitanos”, classificando, tipificando e indicando, nesses espaços, a área específica onde ocorre o fenômeno metropolitano; isto é, está voltado à identificação e caracterização dos espaços metropolitanos brasileiros, em sua dimensão sócio-territorial e em seu desempenho institucional, tendo como objetivos:

- a) Organizar uma base de indicadores para a classificação e identificação dos espaços metropolitanos brasileiros, considerando-os como unidades territoriais particulares, devido às funções de maior complexidade por eles exercidas na rede urbana nacional. Tal identificação foi possível a partir da análise de indicadores econômicos, sociais e territoriais representativos do fenômeno metropolitano, e possibilitou dirimir dúvidas quanto ao uso adequado dos conceitos de “metrópole” e de “região metropolitana”, muitas vezes empregada de forma não pertinente ao espaço institucionalizado.
- b) Desenvolver uma tipologia de espaços segundo a forma e o conteúdo, ordenados em uma escala de acordo com o grau de importância na rede urbana brasileira. A análise incidiu sobre os pontos focais dessa rede: metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e capitais de estados que não conformem aglomerações.
- c) Identificar os territórios socialmente vulneráveis no interior das áreas metropolitanas e seu diagnóstico, a partir da análise do ponto de vista das dimensões fundamentais da vida social daqueles espaços onde se concentram os segmentos da população que vivem em situação de acúmulo de privações, inclusive quanto à degradação ambiental e às dificuldades técnicas de conexão às redes de infraestrutura e serviços públicos.
- d) Analisar as condições institucionais e fiscais das unidades municipais que compõem as áreas onde se expressa o fenômeno metropolitano, de modo a avaliar sua capacidade de responder à implementação de políticas de desenvolvimento urbano.

Buscando atingir estes objetivos foram construídos dois produtos. O primeiro contemplou a classificação e demarcação espacial da intensidade do fenômeno da metropolização, com base nos seguintes procedimentos:

- I) Classificação dos grandes espaços urbanos brasileiros para a identificação das metrópoles e respectivas aglomerações metropolitanas, tendo como universo de análise as metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e as capitais de estados que não conformam aglomerações.
- II) Identificação das unidades de caráter metropolitano e não-metropolitano.
- III) Classificação dos municípios segundo o nível de integração na dinâmica de relações que se estabelece entre os municípios da aglomeração;
- IV) Elaboração de uma tipologia dos municípios dos espaços metropolitanos, segundo os indicadores sociais;
- V) Identificação e análise dos territórios socialmente vulneráveis das aglomerações metropolitanas.

O segundo produto desenvolveu uma avaliação do quadro institucional dos municípios e a identificação das ações de cooperação intermunicipal, assim como a análise do desempenho fiscal dos municípios que compõem os espaços metropolitanos.

Esses produtos possibilitaram uma análise sociourbana de doze espaços metropolitanos quanto às desigualdades sociais e urbanas na escala intrametropolitana (diagnóstico social e urbano do território segmentado em espaços, segundo a sua vulnerabilidade). Essas análises compõem a *Série Como Andam as Regiões Metropolitanas*, editado originalmente na *Coleção de Estudos e Pesquisas* do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, do Ministério das Cidades.

A Série Foi Organizada da Seguinte Forma:

O **Volume 1** – *Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos* - define uma hierarquia para os espaços urbanos, tendo como pressupostos a centralidade, medida por indicadores do grau de importância, complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e as relações que transcendem a região.

No **Volume 2**, apresenta-se o trabalho de pesquisa sobre *Tipologia das Cidades Brasileiras*, cujo objetivo foi o de identificar e classificar os municípios brasileiros. Os demais volumes específicos estão dispostos da seguinte forma:

Volume 3 – Como Anda São Paulo

Volume 4 – Como Anda Salvador

Volume 5 – Como Anda Fortaleza

Volume 6 – Como Andam Natal e Recife

Volume 7 – Como Andam Curitiba e Maringá

Volume 8 – Como Anda Porto Alegre

Volume 9 – Como Anda Rio de Janeiro

Volume 10 – Como Anda Belo Horizonte

Volume 11 – Como Andam Belém e Goiânia

Sumário

Introdução	1
------------	---

CAPÍTULO 1

1. Caracterização Geral	3
1.1. A Formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte	3
1.2. Posição da RMBH no Contexto Nacional: Integração dos Municípios à Dinâmica Metropolitana	10

CAPÍTULO 2

2. Diagnóstico Sociourbano da Região Metropolitana	19
2.1. Ocupação, Renda e Diferenciação Socioespacial	21
2.2. Demografia	27
2.3. Educação	37
2.4. Moradia	46
2.4.1. Caracterização do Estoque de Moradias nos Municípios da RMBH em 2000	47
2.4.2. Déficit Habitacional na RMBH em 2000	51
2.4.3. Inadequação Habitacional Identificada na RMBH em 2000	54
2.5. Mobilidade Pendular e Transporte Coletivo Intrametropolitano	58
2.5.1. Movimento Pendular	58
2.5.2. Transporte Coletivo Intrametropolitano	61
2.6. Incidência de Homicídios	63

CAPÍTULO 3

3. Condições Institucionais de Cooperação entre os Municípios _____	69
3.1. Quadro Institucional de Gestão _____	69
3.2. Representação em Conselhos Setoriais _____	72
3.3. Situação dos Conselhos na Região Metropolitana de BH _____	74
 Considerações Finais _____	 85
 Referências Bibliográficas _____	 87
 Anexos _____	 91
Anexo 1 – Cronologia da RMBH _____	91
Anexo 2 – Relação de AED _____	95

Lista de Tabelas

TABELA 1 – Região Metropolitana de Belo Horizonte. Crescimento Demográfico Anual (%) _____	5
TABELA 2 – Nível de integração Metropolitana dos Municípios da RMBH por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000 _____	27
TABELA 3 – Municípios da RMBH por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa De Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000 _____	28
TABELA 4 – Nível de Integração Metropolitana da RMBH por População Residente, Área e Densidade Demográfica – 2000 _____	32
TABELA 5 – Nível de Integração Metropolitana da RMBH por População Residente, Cor ou Raça e Distribuição da População segundo a Cor ou Raça sobre a População Total – 2000 _____	34
TABELA 6 – Nível de Integração Metropolitana da RMBH por População Residente Total e Participação dos Grupos Etários no Total da População dos Municípios – 2000 _____	35
TABELA 7 – Nível de Integração Metropolitana da RMBH por População Residente Total, Grupos Etários Selecionados e Índice de Envelhecimento – 2000 _____	36
TABELA 8 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler – 2000 _____	38
TABELA 9 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Pessoas de 0 a 6 anos de Idade que Frequentam Creche ou Escola – 2000 _____	41
TABELA 10 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Pessoas de 7 a 14 anos de Idade que Frequentam Escola – 2000 _____	42
TABELA 11 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Responsável pela Família Sem Instrução ou com Até Três Anos de Estudo – 2000 _____	44
TABELA 12 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Responsável pela Família Sem Instrução ou com 11 e Mais Anos de Estudo – 2000 _____	45

TABELA 13 – Domicílios Particulares Permanentes do Tipo de Apartamento por Nível de Integração – RMBH – 2000 _____	47
TABELA 14 – Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros por Nível de Integração. RMBH – 2000 _____	48
TABELA 15 – Domicílios Particulares Permanentes com Até Três Cômodos por Nível de Integração Metropolitana. RMBH – 2000 _____	48
TABELA 16 – Domicílios segundo o Acesso a Bens por Nível de Integração Metropolitana. RMBH – 2000 _____	50
TABELA 17 – Total de Famílias Conviventes, Domicílios Improvisados, Cômodos Cedidos ou Alugados, Domicílios em Aglomerados Subnormais e Déficit Habitacional por Nível de Integração Metropolitana. RMBH – 2000 _____	53
TABELA 18 – Domicílios segundo as Condições de Moradia por Nível de Integração Metropolitana. RMBH – 2000 _____	57
TABELA 19 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte segundo população residente com 15 anos e mais de idade que trabalha ou estuda e pessoas que realizaram movimento pendular – 2000 _____	60
TABELA 20 – Distribuição Percentual do Total de Vítimas de Homicídios ¹ Registradas pelo Ministério da Saúde, em 2002, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo Sexo e Faixa Etária da Vítima _____	65
TABELA 21 – Distribuição da taxa de Vítimas de Homicídios ¹ Registradas pelo Ministério da Saúde por 100.000 Habitantes nos Municípios da Região Metropolitana ² de Belo Horizonte no Período de 1998 a 2002 _____	67
TABELA 22 – Número de Consórcios segundo o Grau de Integração _____	71
TABELA 23 – Número de Consórcios e Demais Ações Integradas segundo o Grau de Integração _____	72
TABELA 24 – Número de Conselhos segundo o Grau de Integração _____	75
TABELA 25 – Conselhos Exigidos pela Legislação Federal e Grau de Integração _____	76
TABELA 26 – Conselhos Tutelares e Grau de Integração _____	76
TABELA 27 – Conselhos Deliberativos, Conselhos Consultivos Grau de Integração _____	79
TABELA 28 – Conselhos e Integração à Dinâmica Metropolitana da RMBH _____	80
TABELA 29 – Fundos Municipais, Conselhos que Administram Fundos Municipais e Grau de Integração dos Municípios _____	81

Lista de Quadros

QUADRO 1 – Municípios da RMBH, segundo o Ano de Criação, de Instalação e de Incorporação à RMBH _____	8
QUADRO 2 – Distância da Capital, Área e Densidade Demográfica. RMBH 2000 _____	9
QUADRO 3 – Posição na Hierarquia dos Espaços Metropolitanos segundo o Grau de Integração _____	12
QUADRO 4 – Grau de Integração à Dinâmica Metropolitana dos Municípios da RMBH e Colar _____	14
QUADRO 5 – Indicadores para Identificação da Condição Social dos Municípios da RMBH _____	15
QUADRO 6 – Indicadores para Identificação da Condição Social dos Municípios do Colar Metropolitano _____	16
QUADRO 7 – Distância da Capital, Grau de Integração e Condição Social dos Municípios da RMBH _____	17
QUADRO 8 – Distribuição dos Ocupados segundo Categorias Ocupacionais – RMBH e Brasil – 2000 _____	23
QUADRO 9 – Distribuição da Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes nas Regiões Metropolitanas – 2002 _____	64

Lista de Mapas

MAPA 1 – Municípios da RMBH _____	7
MAPA 2 – Áreas de Expansão Demográfica (AED) da RMBH _____	20
MAPA 3 – Nível de Integração dos Municípios da RMBH _____	21
MAPA 4 – Taxa de Desocupados por Áreas de Expansão Demográfica _____	22
MAPA 5 – Tipologia Socioespacial por Áreas de Expansão Demográfica _____	25
MAPA 6 – Renda Familiar per Capita até ½ Salário Mínimo por Áreas de Expansão Demográfica _____	26
MAPA 7 – Percentual de Imigrantes Intrametropolitanos em Relação ao Total de Imigrantes – RMBH, 2000 _____	31
MAPA 8 – Imigrante de Data Fixa por Origem: Interestadual ou Outros Países por AED _____	31
MAPA 9 – Densidade Demográfica por Área de Expansão Demográfica _____	32

MAPA 10 – População Negra/parda por Área de Expansão Demográfica _____	34
MAPA 11 – Índice de Envelhecimento por Áreas de Expansão Demográfica _____	36
MAPA 12 – Analfabetismo Funcional _____	39
MAPA 13 – Freqüência Escolar e Adequação Idade /série de Pessoas de 7 a 14 anos por Áreas de Expansão Demográfica _____	43
MAPA 14 – Bens de Uso Difundido _____	51
MAPA 15 – Domicílios em Aglomerados Subnormais _____	54
MAPA 16 – Inadequação na Destinação do Lixo Urbano _____	58
MAPA 17 – População Residente de 15 Anos ou Mais que Realiza Movimento Pendular _____	59
MAPA 18 – População Residente de 15 Anos ou Mais que Dirige-se ao Pólo _____	59

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 – Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou Mais, RMBI _____	37
GRÁFICO 2 – Taxa de Freqüência Escolar por Faixa Etária – RMBH _____	40
GRÁFICO 3 – Anos de Estudo do Responsável pela Família, RMBH _____	46

Lista de Figuras

FIGURA 1 – Opinião Sobre os Principais Resultados do Funcionamento dos Conselhos _____	82
---	----

Introdução

Este trabalho reuniu diversos pesquisadores de Belo Horizonte, com distintas formações acadêmicas, com o objetivo de atender a uma demanda do Ministério das Cidades, colocada a todos os participantes da rede Observatório das Metrôpoles. Trata-se de um diagnóstico das principais tendências que afetam a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – no que se refere à sua composição, a relação de seus municípios com a dinâmica Metropolitana, seu mercado de trabalho, os movimentos populacionais, as condições de habitação, educação e criminalidade, assim como as condições de cooperação entre os municípios, aqui representadas pelos consórcios e pela participação em conselhos.

A pretensão deste trabalho é de natureza descritiva e procura apresentar um amplo conjunto de dados organizados em tabelas, quadros e gráficos, mas também em mapas. As informações foram trabalhadas e apresentadas por três níveis de agregação: o município; as Áreas de Expansão Demográfica (AED), menor unidade espacial do Censo Demográfico disponibilizada pelo IBGE, e o grau de integração do município à dinâmica Metropolitana. Cada AED é constituída por um agrupamento de setores censitários, o que permite uma análise intra-urbana com capacidade de revelar diferenças e desigualdades nem sempre passíveis de serem captadas quando se analisa o município. Já o grau de integração à dinâmica Metropolitana, utilizado para todos os indicadores, procurou compreender até que ponto as questões sociais – demográficas econômicas, habitacionais, criminais, educacionais, participativas, entre outras – têm relação com a dinâmica Metropolitana, ou, dito de outra forma, são questões não apenas urbanas ou municipais, mas essencialmente metropolitanas. A resposta para a maioria delas é positiva, como se poderá ver pela leitura deste documento.



Capítulo 1

Jupira Gomes de Mendonça,
Luciana Teixeira de Andrade

1. Caracterização Geral

1.1. A Formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte

O processo de metropolização da Região de Belo Horizonte tem sua gênese nos anos 40, período marcado por importantes intervenções públicas que definiriam os futuros processos de expansão da capital e sua conurbação com os municípios vizinhos, principalmente a oeste e norte. Em 1946 foi inaugurada a Cidade Industrial de Contagem, cujas principais fábricas se instalariam nos anos 50, quando são parceladas grandes extensões de terra no vetor oeste da Região¹, principalmente em Contagem e Betim, municípios cortados pela BR-381 que liga Belo Horizonte a São Paulo. Também naqueles anos a implantação do complexo turístico da Lagoa da Pampulha² e a implantação da Avenida Antônio Carlos, que conecta o centro de Belo Horizonte à Região, consolidaram o vetor norte de expansão da metrópole. Os anos 50 e 60 foram aqueles de maior crescimento demográfico (em torno de 6% ao ano) – em 20 anos a população passou de cerca de 500 mil habitantes para 1,5 milhão, tendo ocorrido forte migração, oriunda principalmente do próprio Estado de Minas Gerais (FJP/Plambel, 1974). A década de 50 configura-se, pois, como um marco no processo de metropolização de Belo Horizonte. Os intensos

1 Nos anos 50 foram aprovados 113 loteamentos em Belo Horizonte, Contagem e Betim, totalizando 80.660 lotes. A grande maioria situava-se nos municípios de Contagem e Betim, representando 24% dos lotes aprovados entre 1950 e 1976 em todo o aglomerado metropolitano, isto é, em toda a área composta pelos municípios atualmente conurbados (Plambel, 1987:136) e (Rocha e Penna, s/d: 11).

2 Composto de cassino, casa de baile e igreja, todos com projeto de Oscar Niemeyer e jardins de Burle Marx, construídos às margens da represa. O complexo constitui hoje um conjunto tombado como área de preservação histórica e paisagística.

processos de industrialização³ e de crescimento populacional das duas décadas seguintes consolidariam a configuração socioespacial metropolitana, destacando-se o chamado eixo industrial, a oeste, e a expansão periférica, de baixa renda, nos municípios ao norte da Região.

Nos anos 70, o fenômeno conhecido como a nova industrialização mineira⁴, que apresentou altas taxas de crescimento econômico, teve concentração significativa na Região de Belo Horizonte, repercutindo também nas altas taxas de crescimento demográfico. Nos anos 60 e 70, além do relevante processo de industrialização, a RMBH também viabilizou uma moderna atividade de serviços, notadamente vinculada com os grandes projetos estatais nas áreas de siderurgia, energia e transportes, serviços esses fortemente concentrados no município de Belo Horizonte. A metropolização se intensificou a oeste, a norte e a noroeste, incorporando novos municípios ao processo de conurbação. O município de Belo Horizonte vê, pela primeira vez, cair sua taxa de crescimento populacional, ocorrendo o inverso com os municípios vizinhos a oeste, norte e noroeste – ver Tabela 1.

Naquelas décadas, a questão Metropolitana passaria a suscitar crescente preocupação⁵, tendo sido promulgada em 1973 a Lei Federal Complementar Nº 14, que regulamentava as regiões metropolitanas brasileiras. Em Belo Horizonte, a Fundação João Pinheiro criou um grupo específico para o estudo e o planejamento da Região, o qual daria origem, em 1974, ao Plambel, autarquia estadual de planejamento da Região Metropolitana e de apoio técnico aos Conselhos Deliberativo e Consultivo da RM⁶.

3 Nos anos 50 e 60, importantes estabelecimentos industriais são instalados em vários municípios da Região, destacando-se: a FRIMISA – Frigoríficos Minas Gerais S.A. e duas empresas do ramo Mineiras Não Metálicas, Celite e Klabin, em Santa Luzia; a Cauê em Pedro Leopoldo e a Itaú em Vespasiano, ambas com extração de matéria-prima para fábrica situada em Contagem; e a Refinaria Gabriel Passos – REGAP, inaugurada em 1967 em Betim.

4 Em 1969 a Lei Estadual Nº 5.261 concedeu isenção de até 32% do ICMS para indústrias que se instalassem no Estado e para aquelas que promovessem a expansão de sua produção em pelo menos 40%. Este foi o mais forte instrumento de incentivo à industrialização no Estado entre 1970 e 1975, tendo beneficiado 298 projetos industriais – 63% dos investimentos se concentraram na Região central do Estado, incluindo a que constituiria a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ver, para maior detalhamento, Diniz (1981) e Monte-Mór (1984).

5 A questão Metropolitana foi incluída na Constituição Federal de 1967 e mantida na Emenda Constitucional N.º 1, de 1969 (Azevedo e Mares Guia, 2003: 209).

6 Ainda na década de 70 seria criada a Metrobel, órgão técnico da instância estadual, com objetivo específico de planejar os sistemas de transporte e trânsito da RM.

TABELA 1 – Região Metropolitana de Belo Horizonte. Crescimento demográfico anual (%)

	1950/60	1960/70*	1970/80*	1980/91*	1991/00**
Município de Belo Horizonte	7,0	6,1	3,7	1,1	1,5
Restante da RMBH *	–	6,2	7,5	4,8	3,89
Total da RMBH	6,2	6,1	5,0	2,5	2,39

Fontes: IBGE, Censos Demográficos. Para 1950 e 1960

In FJP/Plambel (1974); para 1970, 1980 e 1991. In Rigotti e Rodrigues (1994).

* RMBH com a composição existente em 1991.

** Com composição em 2000.

Nos anos 80 o padrão de crescimento populacional apresentado na década anterior se consolida: a desconcentração populacional das áreas mais centrais corresponderia ao adensamento das áreas periféricas, principalmente nos municípios imediatamente vizinhos à capital.

Em síntese, o crescimento industrial, os investimentos estatais e o mercado de terras vêm constituindo fatores determinantes da estruturação do território da RMBH desde os anos 50, quando os investimentos na indústria estimularam o mercado imobiliário e provocaram um processo especulativo de parcelamento de terras nas áreas a oeste da Região. Nos anos 70 o mercado estaria orientado fortemente para os segmentos de baixa renda, na direção norte. Na década de 80, esse mercado atinge as áreas mais periféricas da RMBH, resultando em grande crescimento populacional nessas regiões, processo que continua nos anos 90.

O binômio Estado/incorporadores imobiliários produziu uma estrutura Metropolitana desigual, onde, ao lado da produção periférica de loteamentos populares, ocorreu a intensificação do mercado de moradia para os segmentos de alta renda nas áreas mais centrais.

Do ponto de vista do planejamento e gestão Metropolitana, a crise dos anos 80 e o início do processo de redemocratização promoveram a explicitação das fragilidades do sistema. Em nível nacional, o estancamento dos investimentos federais nas regiões metropolitanas culminou com o desmonte de organismos responsáveis por seu planejamento e sua gestão. Na RMBH começa também o processo de esvaziamento do Plambel, o qual deixa de ser responsável pelo repasse de recursos federais e estaduais para os municípios da RMBH (Azevedo e Mares Guia, 2003)⁷.

7 O Plambel foi extinto no início de 1996, “tendo sido suas funções redistribuídas entre a Secretaria Estadual de Planejamento e, ironicamente, retornando à sua origem, a Fundação João Pinheiro” (Azevedo e Mares Guia, 2003: 217).

Ademais, a dinâmica socioeconômica da RMBH foi alterada dramaticamente nos anos 1990, seja pelo processo de privatização das empresas estatais, pela maior abertura comercial, pela crise fiscal do setor público, pelos programas de estabilização, valorização cambial entre 1994 e 1999, pelas elevadas taxas de juros e, conseqüentemente, baixo crescimento econômico, entre outros fatores. Isso acarretou uma redução relativa da importância do setor industrial e elevado crescimento do desemprego. As áreas mais atingidas social e economicamente por essas mudanças foram os vetores oeste (a Região mais industrializada) e norte (onde prevalecem as cidades-dormitório), os quais apresentaram expressivo crescimento do desemprego, da informalidade e da criminalidade.

Quando foi criada a RMBH em 1974, 14 municípios a constituíam: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Em 1989, quando a Constituição Estadual de 1989 regulamenta a estrutura institucional e administrativa e a criação de regiões metropolitanas no Estado, foram acrescentados mais 4 municípios: Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme. Desde então, novos municípios vêm sendo agregados à RM, através de sucessivas leis estaduais.

Em 1993, em virtude de processos de emancipação, mais dois municípios se somaram: Juatuba (emancipado de Mateus Leme) e São José da Lapa (emancipado de Vespasiano). Em 1995, mais quatro distritos se emanciparam e passaram a integrar a RMBH: Sarzedo e Mário Campos (oriundos de Ibirité), São Joaquim de Bicas (de Igarapé) e Confins (de Lagoa Santa). Em 1997 os municípios de Florestal e Rio Manso também passam a integrar a RM. Em 1999 outros seis municípios foram incorporados: Baldim, Capim Branco, Itabirito, Itaguara, Matozinhos e Nova União. No ano de 2000, dois novos municípios são agregados ao conjunto metropolitano: Jaboticatubas e Taquaraçu de Minas, tendo sido excluído Itabirito. Em 2002, Itatiaiuçu é incorporado à RMBH, perfazendo o número atual de municípios: 34. (Ver Mapa 1).

Como se pode ver pelo Quadro 1, foi a partir de 1989 que teve início esse processo de incorporações de novos municípios à RMBH, na maioria das vezes, por critérios mais políticos do que técnicos. Desde sua criação, em 1974 até 1989, a RMBH manteve sua composição original, com 14 municípios. De 1989 até 2002, esse número mais que dobrou. Dos 20 novos municípios, 6 foram incorporados por processos de emancipação.

No Quadro 2, os 8 municípios sombreados, e que foram incorporados nos últimos 13 anos, estão entre os mais distantes da capital e também entre aqueles com as mais baixas taxas de densidade demográfica. Já outros novos municípios incorporados à RMBH, como Esmeraldas, Capim Branco, Igarapé e Matozinhos, mais os emancipados, Confins, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa e Sarzedo, apresentam graus alto (Esmeraldas) e médio de integração à dinâmica Metropolitana, o que lhes confere um caráter metropolitano, como se mostrará a seguir.

A RMBH conta também com um colar Metropolitano com 14 municípios: Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, Sete Lagoas e São José da Varginha. No Anexo 6.1 – Cronologia da RMBH –, encontra-se toda a legislação pertinente à criação e alterações na composição da RMBH, bem como informações sobre a criação e extinção de órgãos de planejamento e gestão Metropolitana.

MAPA 1 – Municípios da RMBH



Fonte: OPUR–RMBH–PUC Minas

QUADRO 1 – Municípios da RMBH, segundo o Ano de Criação, de Instalação e de Incorporação à RMBH

Nº	Nome do Município	Ano de Criação	Ano de Instalação	Ano de Incorporação à RMBH
1	Baldim	1948	1948	1999
2	Belo Horizonte	1893	1897	1974
3	Betim	1938	1938	1974
4	Brumadinho	1938	1938	1989
5	Caeté	1714	1840	1974
6	Capim Branco	1953	1953	1999
7	Confins	1995	1997	1995
8	Contagem	1911	1948	1974
9	Esmeraldas	1901	1901	1989
10	Florestal	1962	1962	1997
11	Ibirité	1962	1962	1974
12	Igarapé	1962	1962	1989
13	Itaguara	1943	1943	1999
14	Itatiaiuçu	–	–	2002
15	Jaboticatubas	1938	1938	2000
16	Juatuba	1992	1993	1993
17	Lagoa Santa	1938	1938	1974
18	Mário Campos	1995	1997	1995
19	Mateus Leme	1938	1938	1989
20	Matozinhos	1943	1943	1999
21	Nova Lima	1891	1891	1974
22	Nova União	1962	1987	1999
23	Pedro Leopoldo	1923	1923	1974
24	Raposos	1948	1948	1974
25	Ribeirão das Neves	1953	1953	1974
26	Rio Acima	1948	1948	1974
27	Rio Manso	1962	1962	1997
28	Sabará	1711	1711	1974
29	Santa Luzia	1847	1856	1974
30	São Joaquim de Bicas	1995	1997	1995
31	São José da Lapa	1992	1993	1993
32	Sarzedo	1995	1997	1995
33	Taquaraçu de Minas	1962	1962	2000
34	Vespasiano	1948	1948	1974

Fonte: Observatório das Metrôpoles

QUADRO 2 – Distância da Capital, Área e Densidade Demográfica. RMBH 2000

Município	Distância da capital (km)	Área (km²)	Densidade Demográfica 2000
Baldim	59	556,7	14,6
Belo Horizonte	0	331,9	6718
Betim	30	346,8	875,4
Brumadinho	44	634,3	41,9
Caeté	31	542,7	66,8
Capim Branco	34	94,5	83,4
Confins	21	42,1	113,9
Contagem	16	195,2	2748
Esmeraldas	38	912,3	50,2
Florestal	51	194,9	28,9
Ibirité	25	73,3	1812,3
Igarapé	46	110,3	220
Itaguara	85	411,9	27,4
Itatiaiuçu	64	295,9	28,8
Jaboticatubas	40	1117,1	12,1
Nova União	42	172	31,6
Juatuba	43	97,1	162,3
Lagoa Santa	22	232,7	162,3
Mário Campos	36	35,3	298,2
Mateus Leme	53	303,4	79,5
Matozinhos	32	253,6	118,6
Nova Lima	22	429,7	149,6
Pedro Leopoldo	24	291,9	184,4
Raposos	23	72	198,2
Ribeirão das Neves	15	154,6	1595
Rio Acima	35	228,7	33,5
Rio Manso	62	232,8	19,9
Sabará	17	304,4	376,3
Santa Luzia	12	234,4	788,1
São Joaquim de Bicas	42	72,7	249,7
São José da Lapa	13	48,8	307,6
Sarzedo	31	62,1	277,6
Taquaraçu de Minas	33	330,3	10,6
Vespasiano	14	70,3	1085,7

Fonte: Observatório das Metrópoles

1.2. Posição da RMBH no Contexto Nacional: Integração dos Municípios à Dinâmica Metropolitana

A RMBH integra o grupo das 26 regiões metropolitanas definidas oficialmente juntamente com a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal. Esse conjunto agrega 453 municípios e um pouco mais de 70 milhões de habitantes. Trata-se de uma realidade muito diversificada, seja em relação ao conjunto das regiões metropolitanas brasileiras, seja em relação aos municípios que compõem cada uma dessas regiões. Em um extremo está a RM de São Paulo com população estimada em 2004 de 19.127.370 habitantes e no outro extremo a RM de Tubarão com 343.481 habitantes. Outro aspecto que marca esse conjunto são os diferentes graus de metropolização. Aqui, mais uma vez, as diferenças se expressam tanto no âmbito das 26 regiões metropolitanas oficialmente constituídas, quanto em relação aos municípios que formam cada uma delas.

Para melhor situar a RMBH no conjunto das RMs brasileiras, tomaremos como referência o volume 1 desta série “*Hierarquização e Identificação de Espaços Urbanos*”. Porém, antes de iniciar a sua apresentação é importante registrar que este relatório teve como referência os 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte mais os 14 do Colar Metropolitano, um universo de 48 municípios. E este trabalho se restringiu a Região Metropolitana, contemplando o Colar apenas na caracterização geral. Essa escolha justifica-se em função da baixa integração da maioria dos municípios do colar à dinâmica Metropolitana, aliada a sua exclusão dos órgãos gestores metropolitanos.

O objetivo principal do trabalho “*Hierarquização e Identificação de Espaços Urbanos*” foi distinguir os espaços brasileiros efetivamente metropolitanos por meio de sua hierarquização, assim como verificar o grau de integração dos municípios em cada Região Metropolitana específica. Seu universo constituiu-se dos seguintes espaços:

“(…) regiões metropolitanas institucionalizadas por legislação federal, ou seja, as nove regiões metropolitanas criadas pelas leis 14 e 20/73, e suas respectivas alterações de limites e composição; pelas atuais unidades definidas pelos Estados brasileiros, e suas áreas de expansão, colares, ou regiões de desenvolvimento integrado; e pelas RIDEs do Distrito Federal e de Teresina/Timon – todas com finalidade e composição dispostas em lei.

Serão acrescidas a essas unidades, as aglomerações urbanas polarizadas por capitais de Estados, assim como as demais capitais que não configuram aglomerações, contemplando os principais espaços urbanos do território nacional”. (Relatório 1, 2004, p. 6).

A unidade de pesquisa foi o município. Quatro conceitos básicos orientaram essa análise:

- » Espaços urbanos – conjuntos representativos da concentração espacial do fenômeno urbano, e definidos pela continuidade e extensão do espaço construído.
- » Aglomeração urbana – unidades que compõem uma mancha contínua de ocupação sobre mais de uma unidade municipal, envolvendo fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração socioeconômica.
- » Região Metropolitana – corresponde a uma porção definida institucionalmente.
- » MetrÓpole – a cidade principal, ou município pólo de uma aglomeração, destacando-se pelo tamanho populacional e econômico, desempenho de funções complexas e diversificadas, e relações econômicas com várias outras aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana. (Relatório 1, 2004, p. vii).

Para a construção da hierarquia dos espaços urbanos levou-se em conta a centralidade, definida:

“(…) por indicadores do grau de importância, aferindo a complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza Metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e a centralidade que transcende a Região. Para tanto, valeu-se de informações sobre o volume populacional e de atividades, fluxos, e oferta de bens e serviços mais raros e avançados, característicos da ‘nova economia’, disponíveis para todo o território nacional”. (Relatório 1, 2004, pp. vii e viii).

Do conjunto dos 37 espaços urbanos analisados chegou-se a seis categorias que expressam a hierarquia dos espaços metropolitanos. As quatro primeiras foram consideradas como efetivamente metropolitanas e as duas últimas como não metropolitanas. Compõem esses 37 espaços 471 municípios.

QUADRO 3 – Posição na Hierarquia dos Espaços Metropolitanos segundo o Grau de Integração

Categorias Metropolitanas				
Categorias	Espaços	Hierarquia	Total de espaços	
Categoria 1	São Paulo	1	1	
Categoria 2	Rio de Janeiro	2	1	
Categoria 3	Belo Horizonte	3	7	
	Porto Alegre	4		
	Brasília	5		
	Curitiba	6		
	Salvador	7		
	Recife	8		
Categoria 4	Fortaleza	9	6	
	Campinas	10		
	Manaus	11		
	Vitória	12		
	Goiânia	13		
Categorias Não-Metropolitanas	Belém	14	37	
	Florianópolis	15		
	Categoria 5	Norte/Nord. Catarinense		16
		Baixada Santista		17
		Natal		18
		Londrina		19
		São Luís		20
		Maceió		21
		Cuiabá		22
		Campo Grande		23
		João Pessoa		24
	Aracaju	25		
	Categoria 6	Vale do Itajaí		26
		Teresina		27
		Maringá		28
Foz do Itajaí		29		
Vale do Aço		30		
Carbonífera		31		
Porto Velho		32		
Macapá		33		
Rio Branco		34		
Palmas		35		
Boa Vista	36			
Tubarão	37			
TOTAL			37	

Fonte: Relatório 1, 2004

A RMBH (mais o seu Colar) situa-se na categoria três, juntamente com Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza e na hierarquia de todos os 37 espaços metropolitanos ocupa o terceiro lugar, como se pode ver pelo Quadro 3. Esses espaços foram também classificados segundo o nível de integração dos municípios à dinâmica da aglomeração em: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Os indicadores utilizados foram: evolução demográfica, fluxos de deslocamentos pendulares, densidade e características ocupacionais. A RMBH (mais o seu Colar) foi classificada como nível médio de integração. Nessa classificação, deve-se levar em conta o peso dos 14 municípios do Colar Metropolitano, com baixo nível de integração à dinâmica Metropolitana. Seis municípios foram classificados com integração muito baixa e 7 com baixa. A exceção é Sete Lagoas, cuja integração é média. Quando tomada separadamente, sem o colar, a classificação da RMBH é alta. (Observatório das Metrôpoles, 2004, p. 45n.).

Além da integração Metropolitana, avaliou-se também o grau de concentração das atividades no município pólo: Muito Concentrada, Concentrada e Menos Concentrada. Belo Horizonte foi classificada como uma Região Menos Concentrada, juntamente com São Paulo, Porto Alegre, Recife, Campinas, Vitória, Baixada Santista, Vale do Itajaí, Foz do Itajaí e Vale do Aço. Ou seja, nesses casos há uma participação mais ampla de outros municípios além do pólo. Por fim, essas classificações foram confrontadas com o estudo do IPEA: *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil* (IPEA, 2000), que identificou 5 tipos de espaço, ou Classe do Centro: Metrópole Global, Metrópole Nacional, Metrópole Regional, Centro Regional e Centro Sub-regional. A RMBH e seu colar foram classificados como Metrópole Regional.

Em relação à condição social dos espaços urbanos, considerou-se o Índice de Carência Habitacional e a Taxa de Pobreza dos municípios. Esses resultados foram confrontados com o Índice de Desenvolvimento Humano, chegando-se a uma classificação em 5 grupos conforme a condição social: Muito Boa, Boa, Média (Alta e Baixa), Ruim e Muito Ruim. O espaço de Belo Horizonte foi classificado como condição social Média Alta.

Na análise intrametropolitana, os municípios da RMBH foram classificados da seguinte forma, segundo o grau de integração à dinâmica Metropolitana: 5 com integração muito alta, 6 com integração alta, 11 com integração média, 5 com integração baixa e 6 com integração muito baixa. Com exceção de Sete Lagoas, os outros municípios do Colar Metropolitano foram classificados com integração baixa (7) ou muito baixa (6), como se pode ver pelo Quadro 4.

QUADRO 4 – Grau de integração à dinâmica Metropolitana dos Municípios da RMBH e Colar

Grau de Integração	Nº de Municípios	Municípios da RMBH	Nº de Municípios	Município do Colar Metropolitano
Pólo	1	Belo Horizonte	–	–
Muito Alta	5	Contagem Ibirité Ribeirão das Neves Vespasiano Santa Luzia	0	
Alta	6	Sarzedo São José da Lapa Betim Esmeraldas Mário Campos Sabará	0	
Média	11	Caeté Capim Branco Confins Igarapé Juatuba Matozinhos Nova Lima Pedro Leopoldo Raposos Lagoa Santa São Joaquim de Bicas	1	Sete Lagoas
Baixa	5	Rio Acima Mateus Leme Itatiaiuçu Itaguara Brumadinho	7	Santa Bárbara Prudente de Morais Pará de Minas Moeda Barão de Cocais Itaúna Itabirito
Muito Baixa	6	Baldim Florestal Jaboticatubas Nova União Rio Manso Taquaraçu de Minas	6	Belo Vale Bonfim Fortuna de Minas Funilândia Inhaúma São José da Varginha
TOTAL	34		14	

Fonte: Relatório 1, 2004

Em relação à condição social dos municípios da RMBH, só o município pólo, Belo Horizonte, tem uma condição considerada Muito Boa. Sete apresentaram condição Boa, 18 Média e 8 Ruim, como se pode ver pelo Quadro 5.

QUADRO 5 – Indicadores para Identificação da Condição Social dos Municípios da RMBH

Grau de Integração	Nº de Munic.	Municípios da RMBH	Número de pessoas pobres ¹	Número de domicílios carentes ²	Número de domicílios deficientes ³	IDH-M ⁴	ICH ⁵	Taxa de pobreza ⁶	Índice de pobreza	Índice da condição social	Classe
Pólo	1	B. Horizonte	317.199	35.658	20.255	0,839	0,973	14,17	0,858	0,915	Muito Boa
		Contagem	100.878	12.548	19.121	0,789	0,926	18,75	0,813	0,869	Boa
Muito Alta	5	Ibirité	43.186	7.010	9.101	0,729	0,824	32,46	0,675	0,750	Média
		R. das Neves	75.510	20.715	14.786	0,749	0,786	30,59	0,694	0,740	Média
		Vespasiano	23.026	4.827	6.294	0,474	0,803	30,13	0,699	0,751	Média
		Santa Luzia	50.275	8.080	5.792	0,754	0,876	27,19	0,728	0,802	Boa
		Sarzedo	4.733	724	1.038	0,748	0,840	27,40	0,726	0,783	Média
Alta	6	S. J. da Lapa	3.443	403	2.074	0,747	0,764	22,95	0,771	0,767	Média
		Betim	89.886	8.696	15.522	0,775	0,884	29,31	0,707	0,796	Média
		Esmeraldas	18.370	8.397	2.079	0,748	0,530	39,01	0,610	0,570	Ruim
		M. Campos	3.992	436	1.809	0,711	0,671	37,89	0,621	0,646	Ruim
		Sabará	30.165	7.273	896	0,773	0,880	26,15	0,739	0,809	Boa
		Caeté	10.331	2.101	374	0,789	0,890	28,46	0,715	0,803	Boa
Média	11	Capim Branco	2.371	396	825	0,751	0,782	30,01	0,700	0,741	Média
		Confins	1.358	198	1.022	0,773	0,640	27,82	0,722	0,681	Média
		Igarapé	7.556	2.175	859	0,753	0,762	30,42	0,696	0,729	Média
		Juatuba	6.111	1.221	1.281	0,751	0,712	37,29	0,627	0,670	Média
		Matozinhos	6.980	726	2.778	0,774	0,829	23,14	0,769	0,799	Média
		Nova Lima	9.426	1.489	956	0,821	0,941	14,64	0,854	0,897	Boa
		P. Leopoldo	12.723	1.772	3.758	0,807	0,852	23,58	0,764	0,808	Boa
		Raposos	3.225	677	79	0,758	0,901	22,78	0,772	0,836	Boa
		Lagoa Santa	7.317	1.705	5.792	0,783	0,708	19,32	0,807	0,757	Média
		S. J. de Bicas	7.275	1.860	930	0,707	0,673	40,08	0,599	0,636	Ruim
		Baixa	5	Rio Acima	2.265	430	158	0,735	0,882	29,58	0,704
Mateus Leme	6.997			2.629	944	0,745	0,714	28,98	0,710	0,712	Média
Itatiaiuçu	2.853			987	306	0,727	0,731	33,50	0,665	0,698	Média
Itaguara	3.290			1.181	117	0,743	0,775	29,11	0,709	0,742	Média
Brumadinho	6.411			2.187	1.031	0,773	0,782	24,09	0,759	0,770	Média
Muito Baixa	5	Baldim	3.384	1.247	137	0,742	0,691	41,50	0,585	0,638	Ruim
		Florestal	1.473	410	74	0,794	0,850	26,09	0,739	0,794	Média
		Jaboticatubas	5.738	2.200	296	0,731	0,567	42,41	0,576	0,571	Ruim
		Nova União	2.520	668	82	0,700	0,708	46,43	0,536	0,622	Ruim
		Rio Manso	1.777	847	411	0,708	0,487	38,24	0,618	0,552	Ruim
T. de Minas	1.566	710	45	0,735	0,527	44,87	0,551	0,539	Ruim		
Total	34										

Fontes: IBGE, METRODATA, PNUD

1 – São consideradas pobres pessoas com renda domiciliar mensal per capita até 1/2 salário mínimo.

2 – Domicílio carente é aquele que apresenta falta de algum serviço básico de saneamento (abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo).

3 – Domicílio deficiente é aquele que apresenta algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aqueles que têm infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente.

4 – ICH: Índice de Carência Habitacional.

5 – IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

6 – A taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas pobres sobre a população total.

Em relação aos municípios do Colar Metropolitano, Itaúna apresenta condição social Muito Boa, 3 municípios condição Boa e outros 3 condição Média. Sete (50%) apresentam condição Ruim.

QUADRO 6 – Indicadores para Identificação da Condição Social dos Municípios do Colar Metropolitano

Grau de Integração	Nº de Munic.	Municípios da RMBH	Número de pessoas pobres ¹	Número de domicílios carentes ²	Número de domicílios deficientes ³	IDH-M ⁴	ICH ⁵	Taxa de pobreza ⁶	Índice de pobreza	Índice da condição social	Classe
Média	1	S. Lagoas	43.297	4.490	3.052	0,791	0,952	23,42	0,766	0,859	Boa
Baixa	7 Municípios	S. Bárbara	10.112	1.259	311	0,762	0,882	41,82	0,582	0,732	Média
		P. Morais	2.724	282	1.688	0,752	0,640	33,09	0,669	0,655	Média
		P. Minas	14.003	1.826	848	0,811	0,946	19,18	0,808	0,877	Boa
		Moeda	1.418	628	527	0,733	0,610	31,73	0,683	0,646	Ruim
		B. Cocais	7.859	1.841	400	0,757	0,856	33,60	0,664	0,760	Média
		Itaúna	10.369	1.282	389	0,823	0,961	13,49	0,865	0,913	Muito boa
		Itabirito	7.103	1.635	461	0,789	0,917	18,74	0,813	0,865	Boa
Muito Baixa	6 Municípios	Belo Vale	2.819	1.278	431	0,733	0,602	37,95	0,621	0,611	Ruim
		Bonfim	2.791	1.392	207	0,715	0,571	40,65	0,594	0,582	Ruim
		F. Minas	872	235	254	0,716	0,626	35,77	0,642	0,634	Ruim
		Funilândia	1.456	390	374	0,706	0,602	44,38	0,556	0,579	Ruim
		Inhaúma	1.683	463	797	0,739	0,562	32,40	0,676	0,634	Ruim
		S. J. da Varginha	1.224	523	341	0,760	0,559	37,94	0,621	0,590	Ruim
Total	14 Municípios										

Fontes: IBGE, METRODATA, PNUD

1 – São consideradas pobres pessoas com renda domiciliar mensal per capita até 1/2 salário mínimo.

2 – Domicílio carente é aquele que apresenta falta de algum serviço básico de saneamento (abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo).

3 – Domicílio deficiente é aquele que apresenta algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aqueles que têm infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente.

4 – ICH: Índice de Carência Habitacional.

5 – – IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

6 – A taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas pobres sobre a população total

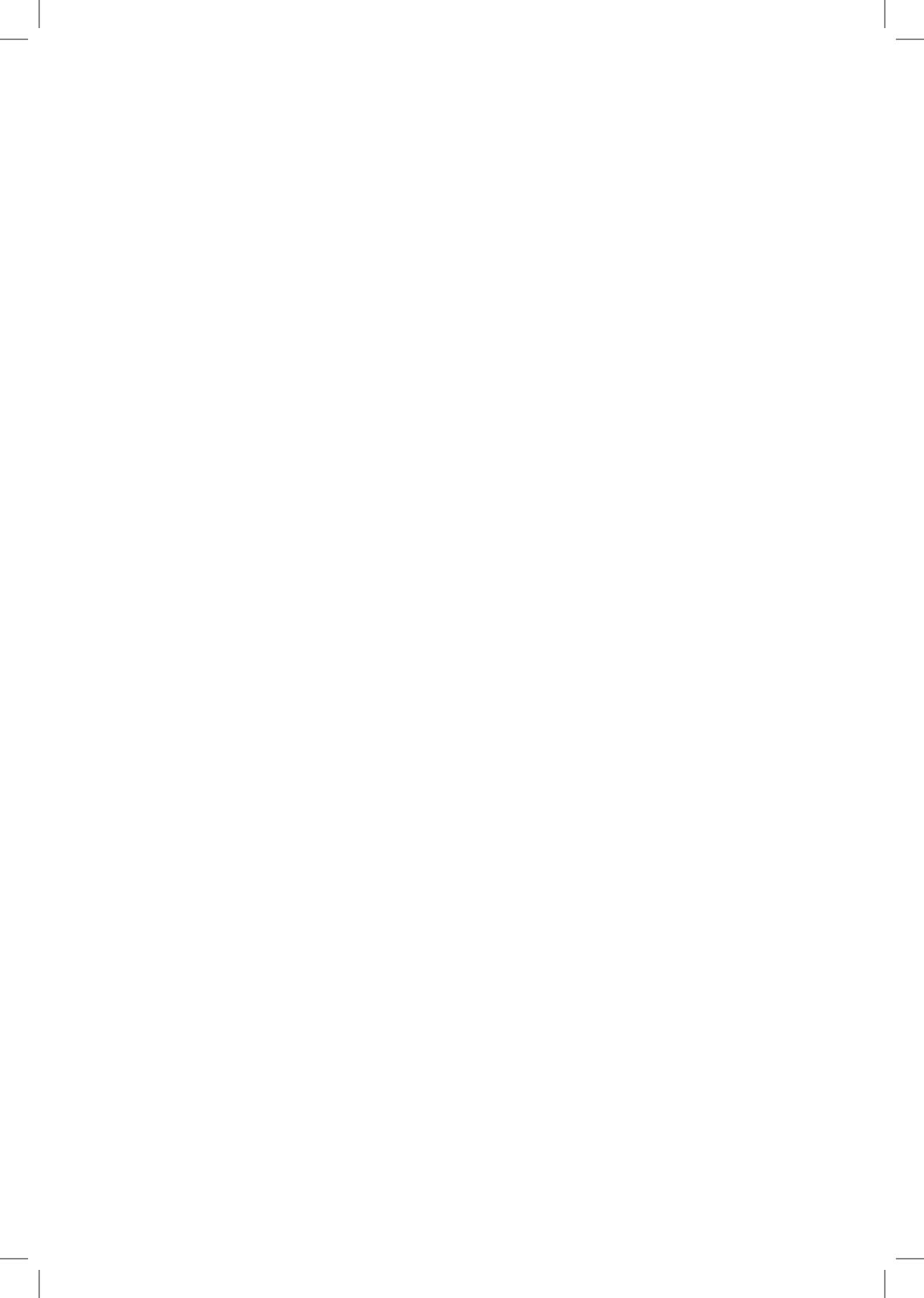
O Quadro 7 mostra que os municípios situados mais próximos à capital (até 25 Km de distância) apresentam grau de integração entre Muito Alta a Média, e a condição social divide-se entre Boa (6) e Média (6). Dos 15 municípios com distância entre 26 e 50 Km da capital, 10 apresentam integração entre Média (6) e Alta (4), 2 com integração Baixa e 3 Muito Baixa. Em relação à condição social, 9 estão entre Média (8) e Boa (1) e

6 apresentam condição social Ruim. Já os 6 municípios mais distantes, (mais de 50 Km de distância da capital), a integração é Baixa (3) ou Muito Baixa (3) e a condição social Média (4) ou Ruim (2). Quanto mais distante, menor a integração à dinâmica Metropolitana, mas a condição social não segue exatamente a mesma lógica, os mais distantes não são necessariamente aqueles que se encontram em piores condições sociais. Mas, se isolarmos os 5 municípios com grau de integração Muito Baixa (5), 4 deles apresentam condição social Ruim. Dos 7 municípios com condição social Ruim, 5 apresentam grau de integração Muito Baixa, 2 Alta e 1 Média.

QUADRO 7 – Distância da Capital, Grau de Integração e Condição Social dos Municípios da RMBH

Distância da capital	Grau de integração	Condição social
Belo Horizonte	Pólo	Muito Boa
Até 25 Km	Grau de integração	Condição social
Confins	Média	Média
Contagem	Muito Alta	Boa
Ibirité	Muito Alta	Média
Lagoa Santa	Média	Média
Nova Lima	Média	Boa
Pedro Leopoldo	Média	Boa
Raposos	Média	Boa
R. das Neves	Muito Alta	Média
Sabará	Alta	Boa
Santa Luzia	Muito Alta	Boa
São J. da Lapa	Alta	Média
Vespasiano	Muito Alta	Média
Entre 26 e 50 Km	Grau de integração	Condição social
Betim	Alta	Média
Brumadinho	Baixa	Média
Caeté	Média	Boa
Capim Branco	Média	Média
Esmeraldas	Alta	Ruim
Igarapé	Média	Média
Jaboticatubas	Muito Baixa	Ruim
Nova União	Muito Baixa	Ruim
Juatuba	Média	Média
Mário Campos	Alta	Ruim
Matozinhos	Média	Média
Rio Acima	Baixa	Média
S. J. de Bicas	Média	Ruim
Sarzedo	Alta	Média
T. de Minas	Muito Baixa	Ruim
Mais de 50 Km	Grau de integração	Condição social
Baldim	Muito Baixa	Ruim
Florestal	Muito Baixa	Média
Itaguara	Baixa	Média
Itatiaçu	Baixa	Média
Mateus Leme	Baixa	Média
Rio Manso	Muito Baixo	Ruim

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2004



Capítulo 2

André Mourthé, André Caetano, Tarcísio Botelho, Maria Helena de Lacerda Godinho, Naiane Loureiro dos Santos, Circlaine da Cruz S. Faria, Luciana Teixeira de Andrade e Matilde de Souza*

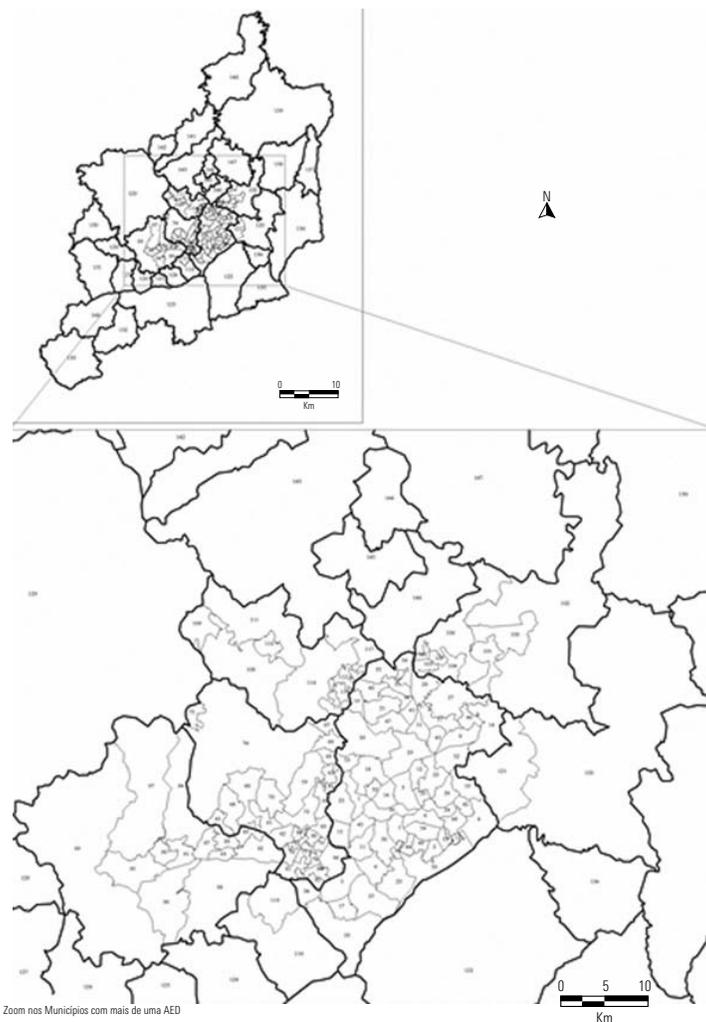
2. Diagnóstico Sociourbano da Região Metropolitana

As análises apresentadas a seguir têm como fonte principal os dados do Censo Demográfico de 2000, do IBGE, trabalhados pelo Metrodata, base de dados da Rede Metrôpoles.

As análises contemplam a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) com seus 34 municípios e suas respectivas Áreas de Expansão Demográfica (AED), unidade espacial do IBGE que permite uma análise mais detalhada do espaço intrametropolitano. Dos 34 municípios da RMBH, 7 possuem mais de uma AED e 27 apenas uma. Nestes casos, a análise só é possível no âmbito municipal. O Mapa 2 apresenta as AED da RMBH e em anexo encontra-se uma relação de todas as 148 AED com os respectivos códigos do IBGE, seu município e seu nome. Essas denominações tiveram como objetivo facilitar sua identificação pelo leitor e, para tanto, foram utilizados os nomes dos principais bairros que compõem cada AED. No caso do município de Belo Horizonte, a referência foi o mapa de bairros da PRODABEL e para os outros municípios as áreas homogêneas do Plambel. É importante frisar que os limites das AED não são exatamente os mesmos dos bairros: trata-se de uma aproximação. Na maioria dos casos, uma AED reúne um conjunto de bairros, cujo número varia segundo suas densidades populacionais. Nos casos de AED com muitos bairros, a denominação buscou contemplar os mais conhecidos. (Anexo 6.2 - Relação de AED).

* Cada sub-item deste capítulo foi escrito por um pesquisador ou grupo de pesquisadores na seguinte distribuição: Ocupação, Renda e Diferenciação Socioespacial - André Mourthé; Demografia - André Caetano; Educação - Tarcísio Botelho; Moradia - Maria Helena de Lacerda Godinho, Naiane Loureiro dos Santos e Circlaine da Cruz Santos Faria; Mobilidade pendular e transporte coletivo intrametropolitano - Luciana Teixeira de Andrade e Matilde de Souza; Incidência de Homicídios - Luciana Teixeira de Andrade.

MAPA 2 – Áreas de Expansão Demográfica (AED) da RMBH



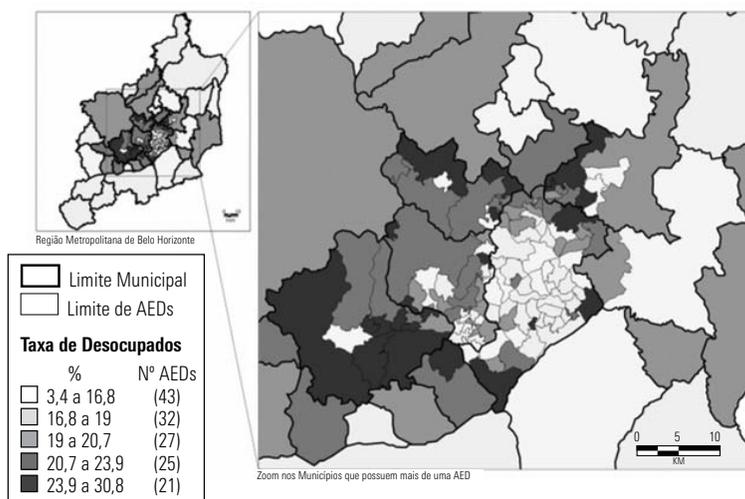
Fonte: Base Cartográfica / IBGE 2000
Elaboração Cartográfica: OPUR-PROEX / PUC Minas.

Outro nível de análise foi o grau de integração dos municípios à dinâmica Metropolitana, como já explicitado.⁸

8 Posteriormente esse estudo passou por uma revisão que alterou o grau de integração de dois municípios da RMBH. Betim passou de alta para muita alta integração e Confins de média para alta. No entanto, as análises aqui apresentadas foram realizadas anteriormente a essa revisão.

de reduzida inserção industrial e de baixa renda per capita) e às áreas de favelas do município de Belo Horizonte e sua periferia imediata. Exceto a cidade pólo, a taxa de desocupação é maior para os municípios de muito alta e alta integração, indicando que o problema do desemprego está mais fortemente associado a esses espaços. As taxas de desocupação para a cidade pólo e para os municípios de muito alta, alta, média, baixa e muito baixa integração ao pólo foram, respectivamente de 17%, 21,6%, 19,2%, 19,5%, 13,3% e 10,4%. As explicações para as diferentes taxas de desocupação devem ser buscadas considerando as diferenças da estrutura socioeconômica e populacional desses níveis de integração.

MAPA 4 – Taxa de Desocupados por Áreas de Expansão Demográfica



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2002

O Quadro 8 apresenta a distribuição dos ocupados da RMBH segundo 24 categorias ocupacionais. As categorias com maior participação na população ocupada da RMBH eram as de trabalhadores domésticos, ocupações de escritório, trabalhadores do comércio, prestadores de serviços especializados, e operários da construção civil, respectivamente, 9,78%; 9,6%; 9,6%; 9,33% e 8,44%, sendo que o conjunto dessas categorias representava 46,75% do total dos ocupados da Região Metropolitana no ano de 2000. Na outra ponta, as ocupações artísticas e similares, de profissionais estatutários de nível superior, grandes empregadores, dirigentes do setor privado e dirigentes do setor público, apresentavam as menores participações relativas de ocupados, respectivamente de 1,26%, 0,77%, 0,72%, 0,32% e 0,22%. Considerando apenas os oito grandes grupos sociocupacionais, a distribuição dos ocupados nessas categorias na RMBH era,

segundo o Censo de 2000, muito semelhante à média das regiões metropolitanas de Fortaleza, Natal, Belém, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Goiânia e Manaus, conforme demonstra a coluna Brasil do Quadro 8.

QUADRO 8 – Distribuição dos Ocupados segundo Categorias Ocupacionais – RMBH e Brasil – 2000

CATEGORIAS SOCIOUPACIONAIS	Belo Horizonte	RM's Brasil
Dirigentes	1,27	1,27
Grandes empregadores	0,72	0,70
Dirigentes do setor público	0,22	0,22
Dirigentes do setor privado	0,32	0,36
Intelectuais	7,33	7,58
Profissionais autônomos de nível superior	1,92	1,80
Profissionais empregados de nível superior	2,81	3,21
Profissionais estatutários de nível superior	0,77	0,72
Professores de nível superior	1,82	1,85
Pequenos empregadores	2,79	2,63
Pequenos empregadores	2,79	2,63
Ocupações médias	25,83	26,94
Ocupações de escritório	9,60	9,64
Ocupações de supervisão	4,14	4,49
Ocupações técnicas	5,41	5,80
Ocupações de saúde e educação	3,72	3,81
Ocupações de segurança, justiça e correio	1,70	1,99
Ocupações artísticas e similares	1,26	1,21
Trabalhadores do Terciário	18,92	20,06
Trabalhadores do comércio	9,60	9,69
PrEstadores de serviços especializados	9,33	10,37
Trabalhadores do Secundário	23,72	22,75
Trabalhadores manuais da indústria moderna	5,68	5,36
Trabalhadores manuais da indústria tradicional	4,22	5,10
Trabalhadores manuais de serviços auxiliares	5,38	5,19
Trabalhadores manuais da construção civil	8,44	7,09
Trabalhadores do Terciário não Especializado	18,55	17,38
PrEstadores de serviços não especializados	5,68	5,14
Empregados domésticos	9,78	8,14
Ambulantes e Biscateiros	3,09	4,09
Agricultores	1,58	1,39
Agricultores	1,58	1,39
TOTAIS	100	100

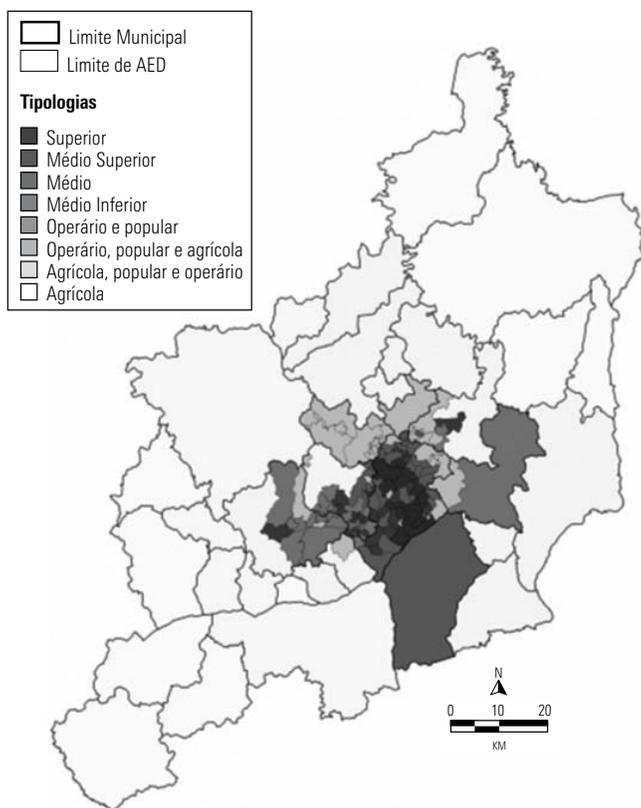
Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000

Identificar a representação territorial das categorias sociocupacionais facilita a percepção do grau de segregação social no espaço metropolitano. Assim, o Mapa 5 apresenta a distribuição espacial das diversas categorias sociocupacionais a partir da noção de “densidade de representação” dessas categorias em cada um dos espaços intrametropolitanos, favorecendo a percepção de homogeneidade e da heterogeneidade dessas categorias nos e entre as unidades espaciais⁹. No tocante à RMBH, existiam, em 2000, 148 áreas de expansão demográfica. Na construção do mapa foram encontrados oito tipos para a classificação das áreas, assim definidos: 1) Superior; 2) Médio-Superior; 3) Médio; 4) Médio-Inferior; 5) Operário e Popular; 6) Operário, Popular e Agrícola; 7) Agrícola, Popular e Operário e; 8) Agrícola. O tipo Superior está fortemente concentrado na área central de Belo Horizonte, a chamada “zona sul”, e na Pampulha, ao norte, ou seja, o grupo elite dirigente se concentrava mais nesses espaços (cor vermelha mais escura). Os tipos Médio-Superior e Médio também se encontravam nos espaços no entorno do grupo Superior, ou seja, na capital e nas áreas mais estruturadas dos municípios próximos à capital. Além de Belo Horizonte, estão classificados como Médio-Superior as áreas centrais de Santa Luzia, Contagem e Betim. O município de Nova Lima, classificado como tipo Médio é, na realidade, bastante heterogêneo, com presença de operários no centro e de grupos dirigentes e intelectuais nos loteamentos fechados, situados na expansão sul de Belo Horizonte. O tipo Médio-Inferior se encontrava nas áreas pericentrais dos municípios de Contagem, Betim e Santa Luzia, além do centro de Sabará e sua Região rural. O Operário-Popular caracteriza as áreas imediatamente periféricas à Belo Horizonte e à região industrial, configurando um semi-anel (cor mais escura). O tipo Operário, Popular e Agrícola caracteriza os demais municípios originalmente constituintes da

9 O Superior é sobre-representado pelas categorias Grandes Empregadores, Dirigentes do Setor Público e do Setor Privado, profissionais autônomos, empregados e estatutários de nível superior, professores de nível superior, pequenos empregadores e ocupações de supervisão. O Médio-Superior é sobre-representado pelas categorias de dirigentes dos setores público e privado, profissionais de nível superior e ocupações médias. O Médio é caracterizado pela sobre-representação das ocupações de escritório e demais ocupações médias, além dos trabalhadores do comércio. No Médio-Inferior estão sobre-representadas as categorias de trabalhadores do comércio, prEstadores de serviços especializados e operários em geral. O Operário e Popular é caracterizado pelas categorias de prEstadores de serviço, operários da indústria tradicional e categorias populares, como os prEstadores de serviço não-especializado, operários da construção civil, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros. O Operário, Popular e Agrícola é sobre-representado pelas categorias de prEstadores de serviço não-especializado, operários em geral e trabalhadores domésticos, além de ocupações agrícolas. O Agrícola, Popular e Operário é caracterizado por trabalhadores da indústria moderna e de serviços auxiliares, trabalhadores da construção e trabalhadores domésticos, finalmente, o Agrícola apresenta forte representação das ocupações agrícolas, além da sobre-representação de trabalhadores de serviços auxiliares, da construção civil e empregados domésticos.

RMBH (Rio Acima, Raposos, Caeté, São José da Lapa, Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Ibirité e Sarzedo), além do município de Matozinhos e das áreas periféricas de Santa Luzia, Contagem e Betim. Os municípios vizinhos e periféricos a estes últimos foram classificados como “Agrícola, Popular e Operário” (Brumadinho, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba, Esmeraldas e Capim Branco). Finalmente, foram classificados como Agrícola os municípios ainda mais periféricos, a maioria integrante da Região Metropolitana no ano de 2000. Esses constituem as áreas menos polarizadas pela cidade-pólo, com estruturas econômico-sociais distintas das demais áreas, notadamente pela relevância das ocupações vinculadas à agricultura e ao extrativismo mineral, neste caso nos espaços mais a sudoeste. O mapa 5 demonstra uma forte segregação socioocupacional no espaço metropolitano de Belo Horizonte.

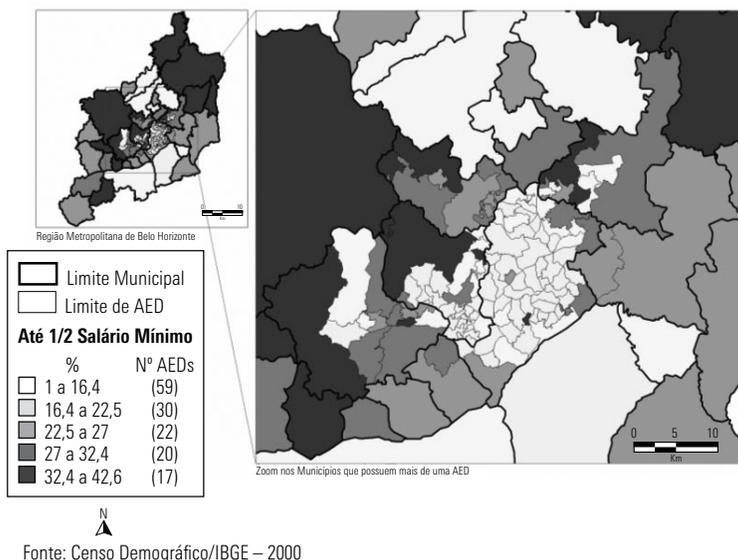
MAPA 5 – Tipologia Socioespacial por Áreas de Expansão Demográfica



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

Os indicadores de renda são extremamente relevantes para diagnosticar o tamanho da pobreza e da desigualdade no tocante à distribuição da renda no mercado de trabalho brasileiro e, neste caso, da RMBH. Assim, o Mapa 6 apresenta o percentual de famílias, em cada AED, que recebia até metade do salário mínimo *per capita* no ano de 2000. Essa faixa de renda *per capita* – até metade do salário mínimo – delinea a linha da pobreza e percebe-se que esta cresce da cidade pólo até os municípios com menores níveis de integração. Em termos percentuais, o total de famílias que recebem até metade do salário mínimo *per capita* é de aproximadamente 13% na cidade pólo e de 33,1% nas cidades de menor integração. No mapa 6 percebe-se, ainda, que as áreas que apresentam os menores percentuais de famílias com renda *per capita*, até meio salário mínimo (cor mais clara), se encontram fortemente concentradas no município de Belo Horizonte e em algumas áreas de Contagem, além da área mais central de Betim e de Santa Luzia e o município de Nova Lima, situado ao sul de Belo Horizonte. As áreas com maiores percentuais de famílias que recebem até meio salário mínimo se encontram nas favelas de Belo Horizonte e nas periferias dessa cidade, bem como das de Contagem e Betim, além dos municípios que se encontram a nordeste, a noroeste/oeste da RMBH, como se pode perceber no mapa menor à esquerda. As áreas onde prevalecem os maiores percentuais de famílias que recebem até meio salário mínimo *per capita* apresentam elevada inserção de jovens, de negros/ pardos e de população de baixa escolaridade média.

MAPA 6 – Renda Familiar per Capita até ½ Salário Mínimo por Áreas de Expansão Demográfica



2.2. Demografia

Comparando com outras regiões metropolitanas, a RMBH ocupava o terceiro lugar em população, tendo crescido 2,4% ao ano entre 1991 e 2000. Mas esse crescimento é bastante diferenciado entre os municípios. Belo Horizonte registrou taxa de crescimento anual de 1,1%, muito inferior às taxas encontradas nos municípios com muito alta, alta e média integração ao pólo, respectivamente de 3,3, 6,7 e 3,4, ou seja, todas elas superiores à média Metropolitana. (Tabela 2)

TABELA 2 – Nível de Integração Metropolitana dos Municípios da RMBH por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000

Nível de integração Metropolitana	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 2000/1991		
	Total		Situação do domicílio						Total	Urbana	Rural
			Urbana		Rural						
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000			
Município Pólo	2,020,161	2,238,526	2,013,257	2,238,526	6,904	–	99.7	100.0	1.1	1.2	-100.0
Muito alto	878,809	1,179,232	796,669	1,170,487	82,140	8745.0	90.7	99.3	3.3	4.4	-22.0
Alto	284972	511926	243944	480727	41,028	31199	85.6	93.9	6.7	7.8	-3.0
Médio	228,661	309,127	194,563	277,579	34,098	31,548	85.1	89.8	3.4	4.0	-0.9
Baixo	71,444	78,235	46,857	59,187	24,587	19,048	65.6	75.7	1.0	2.6	-2.8
Muito baixo	38,861	40,896	16,515	21,443	22,346	19,453	42.5	52.4	0.6	2.9	-1.5
Total	3,522,908	4,357,942	3,311,805	4,247,949	211,103	109,993	94.0	97.5	2.4	2.8	-7.0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Metrodata)

Já os municípios com baixa e muito baixa integração registraram taxas inferiores à da RMBH, respectivamente, 1,0% e 0,6% anuais. De seus 34 municípios constituintes, 12 obtiveram taxas acima da média, destacando-se as cidades de Esmeraldas (7,63%), Betim (6,7%) e Ribeirão das Neves (6,2%). No caso de Esmeraldas, a taxa de crescimento urbano foi ainda mais elevada e a maior de toda a RMBH, 20,7% ao ano. No grupo dos municípios que cresceram acima da média Metropolitana, encontramos tanto municípios com população inferior a 50 mil habitantes, quanto municípios com população superior a 100 mil habitantes, como são os casos de Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibité e Sabará. Os dois últimos continuam o processo de crescimento já registrado na década de 70, porém com taxas um pouco mais baixas.

TABELA 3 – Municípios da RMBH por População Residente, situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000

Municípios	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 2000/1991		
	Total		Situação do domicílio						Total	Urbana	Rural
			Urbana		Rural						
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000			
Baldirim	8.383	8.155	4.345	4.818	4.038	3.337	51,8	59,1	-0,3	1,2	-2,1
B. Horizonte	2.020.161	2.238.526	2.013.257	2.238.526	6.904	–	99,7	100,0	1,1	1,2	-100,0
Betim	170.934	306.675	162.143	298.258	8.791	8.417	94,9	97,3	6,7	7,0	-0,5
Brumadinho	19.308	26.614	11.583	19.373	7.725	7.241	60,0	72,8	3,6	5,9	-0,7
Caeté	33.251	36.299	29.115	31.656	4.136	4.643	87,6	87,2	1,0	0,9	1,3
C. Branco	6.344	7.900	5.526	7.146	818	754	87,1	90,5	2,5	2,9	-0,9
Confins	–	4.880	–	3.126	–	1.754	–	64,1	–	–	–
Contagem	449.588	538.017	419.975	533.330	29.613	4.687	93,4	99,1	2,0	2,7	-18,5
Esmeraldas	24.298	47.090	7.044	38.181	17.254	8.909	29,0	81,1	7,6	20,7	-7,1
Florestal	5.053	5.647	2.976	3.840	2.077	1.807	58,9	68,0	1,2	2,9	-1,5
Ibirité	92.675	133.044	91.193	132.335	1.482	709	98,4	99,5	4,1	4,2	-7,9
Igarapé	27.400	24.838	19.909	22.977	7.491	1.861	72,7	92,5	-1,1	1,6	-14,3
Itaguara	10.671	11.302	6.318	7.805	4.353	3.497	59,2	69,1	0,6	2,4	-2,4
Itatiaiuçu	7.366	8.517	3.735	5.039	3.631	3.478	50,7	59,2	1,6	3,4	-0,5
Jaboticatubas	12.716	13.530	5.009	7.116	7.707	6.414	39,4	52,6	0,7	4,0	-2,0
Juatuba	–	16.389	–	15.929	–	460	–	97,2	–	–	–
Lagoa Santa	29.824	37.872	27.979	35.396	1.845	2.476	93,8	93,5	2,7	2,6	3,3
M. Campos	–	10.535	–	7.952	–	2.583	–	75,5	–	–	–
Mateus Leme	27.033	24.144	19.580	20.394	7.453	3.750	72,4	84,5	-1,2	0,5	-7,3
Matozinhos	23.606	30.164	21.788	27.664	1.818	2.500	92,3	91,7	2,8	2,7	3,6
Nova Lima	52.400	64.387	44.038	63.035	8.362	1.352	84,0	97,9	2,3	4,1	-18,3
Nova União	4.865	5.427	1.152	1.429	3.713	3.998	23,7	26,3	1,2	2,4	0,8
P. Leopoldo	41.594	53.957	32.891	43.479	8.703	10.478	79,1	80,6	2,9	3,1	2,1
Raposos	14.242	14.289	13.317	13.455	925	834	93,5	94,2	0,0	0,1	-1,1
R. das Neves	143.853	246.846	119.925	245.401	23.928	1.445	83,4	99,4	6,2	8,3	-26,8
Rio Acima	7.066	7.658	5.641	6.576	1.425	1.082	79,8	85,9	0,9	1,7	-3,0
Rio Manso	4.461	4.646	2.062	2.862	2.399	1.784	46,2	61,6	0,5	3,7	-3,2
Sabará	89.740	115.352	74.757	112.694	14.983	2.658	83,3	97,7	2,8	4,7	-17,5
Santa Luzia	137.825	184.903	130.186	184.208	7.639	695	94,5	99,6	3,3	3,9	-23,4
S. J. de Bicas	–	18.152	–	13.716	–	4.436	–	75,6	–	–	–
S. J. da Lapa	–	15.000	–	8.904	–	6.096	–	59,4	–	–	–
Sarzedo	–	17.274	–	14.738	–	2.536	–	85,3	–	–	–
T. de Minas	3.383	3.491	971	1.378	2.412	2.113	28,7	39,5	0,3	4,0	-1,5
Vespasiano	54.868	76.422	35.390	75.213	19.478	1.209	64,5	98,4	3,8	8,7	-26,6
Total	3.522.908	4.357.942	3.311.805	4.247.949	211.103	109.993	94,0	97,5	2,4	2,8	-7,0

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000

Entre os municípios com taxas abaixo da média Metropolitana destacam-se três com taxas negativas: Baldim (-0,3%), Igarapé (-1,1%) e Mateus Leme (-1,2%). Nesses casos, pesou, sobremaneira, a queda da população rural, que registrou queda de 7% ao ano no conjunto da RMBH. Apenas 5 municípios apresentaram taxas positivas de crescimento da população rural, com destaque para Matozinhos (3,6%) e Lagoa Santa (3,6%). Cinco municípios registraram processo inverso, queda acentuada da população rural: Santa Luzia, (-23,4%), Contagem (-18,5%), Nova Lima (-18,3%), Sabará (-17,5%) e Igarapé (-14,3%).

Em relação à população urbana, todos os municípios registraram crescimento em números absolutos na década de 1990. Em termos relativos, Matozinhos registrou uma pequena queda (92,3% em 1991 e 91,7% em 2000), até porque foi um dos municípios com crescimento da população rural. Esmeraldas, mais uma vez, destaca-se. Em 1991 sua taxa de urbanização era de 29% e em 2000 passa para 81,1%. Dos 34 municípios da RMBH, 16 (47%) atingiram, em 2000, taxas de urbanização superiores a 90%. Apenas dois municípios apresentam taxas de urbanização inferiores a 50%: Nova União (26,3%) e Taquaraçu de Minas (39,5%).

Tais indicadores apontam à importância da dinâmica migratória na evolução demográfica dos municípios da RMBH. O crescimento populacional da RMBH foi puxado pelos municípios com alta, muito alta e média integração ao pólo, nesta ordem. O crescimento destes grupos, principalmente no primeiro caso, foi espantoso. No ritmo de crescimento observado durante os anos 1990, a população deste conjunto dobraria a cada 10 anos.

De fato, os indicadores municipais sobre imigração ressaltam a importância desse componente demográfico para vários municípios da RMBH. Em relação à população que residia no município em 2000, alguns municípios apresentaram uma proporção substancial de pessoas que não moravam neles, cinco anos antes da data do Censo Demográfico. Entre os municípios mais populosos, sobressaem Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves e Vespasiano, com, respectivamente, 18%, 18%, 22% e 19% da população residente em 2000, composta por imigrantes de data fixa.¹⁰ Estes são os municípios da RMBH com as maiores taxas de crescimento populacional na

10 Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período de 1995-2000.

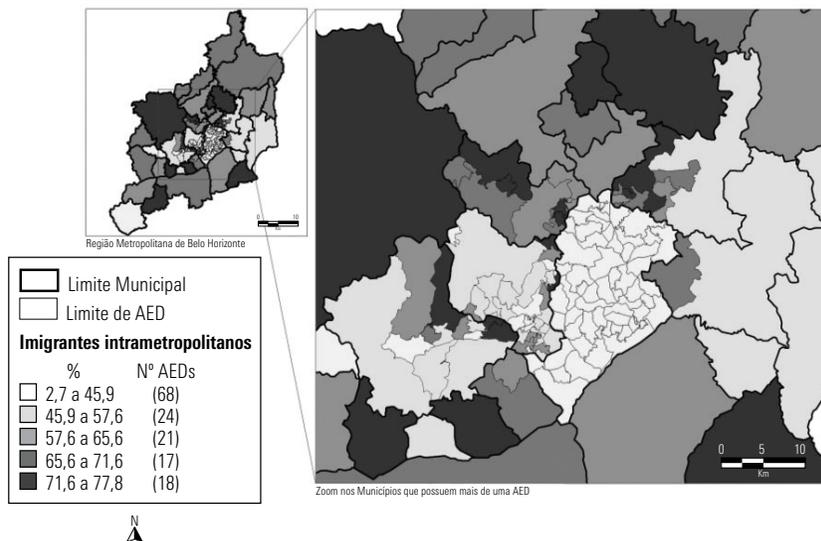
década de 1990 e a principal origem dos seus imigrantes são municípios da própria RMBH. Em Betim, 60% desses imigrantes tiveram como origem outros municípios da RMBH. Os percentuais foram 68%, 70% e 66,5% em Ibirité, Ribeirão das Neves e Vespasiano, respectivamente.

Por outro lado, municípios com menor grau de integração e baixo crescimento populacional também apresentaram uma importante participação da imigração de data fixa na composição da população em 2000. Em Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa e Sarzedo, entre 20% e 28%, ou seja, em torno de 1/4 da população destes municípios, em 2000, eram imigrantes de data fixa. Mais uma vez, os imigrantes provenientes de municípios da RMBH prevaleceram amplamente sobre os imigrantes com origem em municípios externos a ela – entre 66% e 75% do total de imigrantes nesta categoria.

A este respeito, o município de Esmeraldas constitui um caso à parte. Esmeraldas obteve a maior taxa de crescimento da RMBH na década de 1990 – 7,6%. Em 2000, 31% da sua população eram imigrantes de data fixa e 74,5% desses imigrantes tiveram origem na própria Região Metropolitana. As informações sobre a participação de imigrantes de data fixa na população total em 2000, na RMBH, podem ser bem visualizadas no Mapa 7.

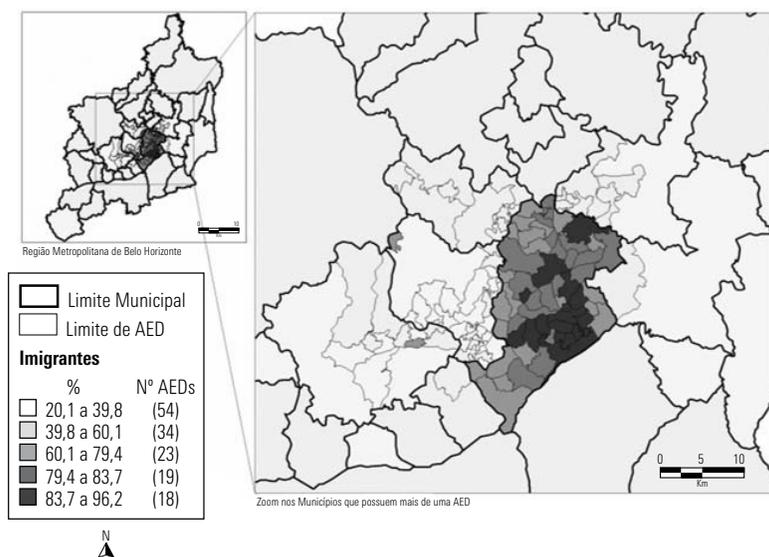
Quanto à origem dos imigrantes de data fixa, isto é, se eles viviam em outro município da RMBH em 1995 ou se residiam em qualquer outro município do Estado de Minas Gerais, outros Estados brasileiros ou outros países, vale observar que somente Belo Horizonte e Itaguara apresentaram uma maior participação de imigrantes com origem externa aos municípios da RMBH. Nesses dois municípios, a imigração de data fixa representava uma participação pequena da população total em 2000 – 6,5% em Belo Horizonte e 6% em Itaguara. A proporção de imigrantes de data fixa segundo origem, por AED, para os municípios da RMBH, é apresentada nos Mapas 7 e 8. Nota-se, no caso do percentual de imigrantes com origem na RMBH, em relação ao total de imigrantes, as AED do município pólo reúnem as menores participações relativas. No Mapa 8, o padrão de cores se inverte, e as AED de Belo Horizonte apresentam as maiores participações de imigrantes com origem fora da RMBH, em relação ao total de imigrantes de data fixa.

**MAPA 7 – Percentual de Imigrantes Intrametropolitanos em
Relação ao Total de Imigrantes – RMBH, 2000**



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

MAPA 8 – Imigrante de Data Fixa por Origem: Interestadual ou Outros Países por AED



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

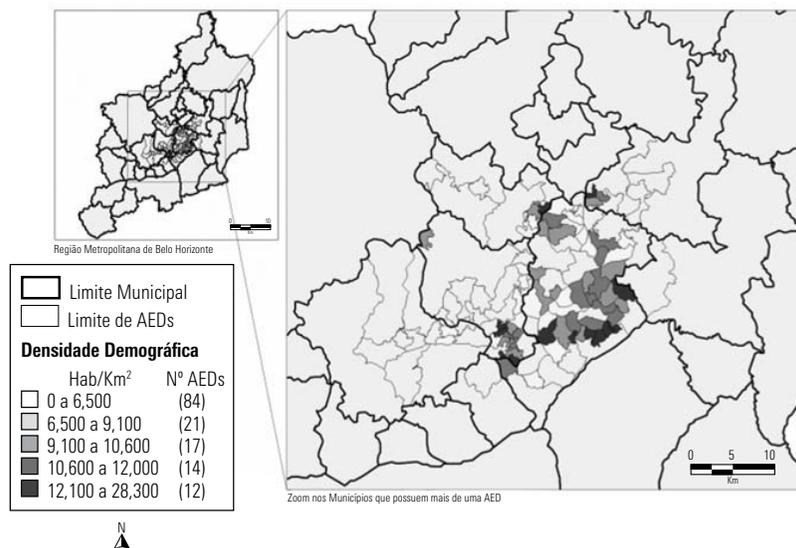
Com relação à densidade demográfica, observa-se na RMBH, em relação ao grau de integração, um gradiente de diminuição da densidade demográfica, isto é, quanto menor o grau de integração, menor a densidade demográfica. Nota-se a queda na densidade demográfica quando se compara o grupo com muita alta integração e os municípios com alta integração. Belo Horizonte, o município pólo, apresenta as AED com maior densidade demográfica (Tabela 4 e Mapa 9).

TABELA 4 – Nível de Integração Metropolitana da RMBH por População Residente, Área e Densidade Demográfica – 2000

Nível de integração Metropolitana	População Total	Área (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Município Pólo	2,238,526	331.9	6,744.6
Muito alto	1,179,423	727.8	1,620.5
Alto	511,926	1,709.7	299.4
Médio	309,127	2,239.3	138.0
Baixo	78,235	1,874.2	41.7
Muito baixo	40,934	2,603.8	15.7
Total	4,358,171	9,486.7	459.4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Metrodata)

MAPA 9 – Densidade Demográfica por Área de Expansão Demográfica



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

A razão de sexo total é influenciada pelo maior número de nascimentos masculinos e pela mortalidade masculina nas demais idades, com intensificação a partir da terceira década de vida. Essa tendência torna-se patente nas idades mais avançadas, particularmente acima dos 65 anos. Mortes por causas externas, principalmente homicídio e acidentes de trânsito, tendem a diminuir a razão de sexo em idades adolescentes e adultas jovens. A razão de sexo também é influenciada pela emigração e imigração, com diferenciais importantes por sexo. Nesses casos, os efeitos tendem a ser mais evidentes nas idades ativas, especialmente entre os 20 e 34 anos. Pode-se considerar, neste caso, que uma razão de sexo até os 14 anos de idade acima de 100 – o que se vê em todos os municípios, com exceção de Itatiaiuçu e Confins – corresponde à situação esperada. A razão de sexo, entre 15 e 64 anos, se apresenta alta em Itaguara, Igarapé, Nova União, Florestal, Jaboticatubas, Itatiaiuçu, Rio Manso e Taquaraçu de Minas, municípios com população pequena e relativamente mais distantes da capital. Em Pedro Leopoldo, Contagem, Caeté, Sabará, Santa Luzia e Belo Horizonte, apresenta-se abaixo de 96 homens para cada 100 mulheres. A razão de sexo para as idades de 65 anos e mais é baixa, com exceção de Itatiaiuçu e Taquaraçu de Minas. Este último município é um caso à parte, apresentando razão de sexo muito alta em todos os grupos etários. Os padrões acima são os mesmos encontrados quando se analisam os grupos por grau de integração. Na população total, uma variação entre 96 e 104 é esperada. Neste aspecto o município pólo e os municípios de muito baixa integração destoam, o primeiro com um excesso de mulheres e os segundos com um excesso de homens.

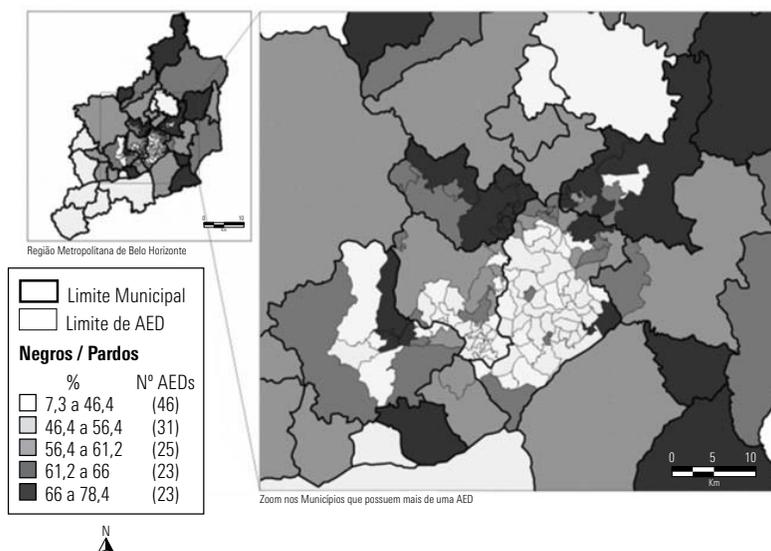
Com relação à distribuição por cor da pele, Belo Horizonte, Mateus Leme, Mário Campos, Itatiaiuçu, Brumadinho, Florestal, Rio Manso e Itaguara têm uma proporção autodeclarada de pardos e pretos inferior a 46,4% (Mapa 10). Com exceção da capital, todos esses municípios possuíam menos de 30.000 habitantes em 2000. Belo Horizonte continha, em 2000, a maioria, em números absolutos, da população preta e parda da RMBH. Nova Lima, Ibirité, São José da Lapa, Vespasiano, São Joaquim de Bicas, Betim, Juatuba, Igarapé, Nova União, Confins, Contagem, Lagoa Santa contavam entre 46,4% e 61,2% de população preta ou parda. Os demais municípios tinham acima de 61,2% da população de cor preta ou parda. Agregadamente, segundo o grau de integração com o município pólo, nenhuma das áreas atinge 60% (Tabela 5). É provável que a mistura de municípios com proporções diferentes de população preta e parda imprima certa homogeneidade a este indicador, quando utiliza-se o grau de integração como elemento de agregação das informações. Observa-se, porém, que as AED com menor proporção de população preta e parda situam-se ao sul de Belo Horizonte e no próprio município pólo (Mapa 10).

TABELA 5 – Nível de Integração Metropolitana da RMBH por População Residente, Cor ou Raça e Distribuição da População segundo a Cor ou Raça sobre a População Total – 2000

Nível de integração Metropolitana	População residente e cor ou raça				Distribuição da população segundo a cor ou raça sobre a população total (%)		
	População Total	Cor ou raça			Branca	Preta/pardo	Outros
		Branca	Preta/pardo	Outros			
Município Pólo	2,238,526	1,199,070	1,013,725	25,732	53.6	45.3	1.1
Muito Alto	1,179,423	481,604	684,090	13,729	40.8	58.0	1.2
Alto	511,926	202,472	304,367	5,087	39.6	59.5	1.0
Médio	309,127	121,331	184,735	3,061	39.2	59.8	1.0
Baixo	78,235	44,884	32,287	1,064	57.4	41.3	1.4
Muito Baixo	40,934	17,057	23,443	434	41.7	57.3	1.1
Total	4,358,171	2,066,417	2,242,647	49,107	47.4	51.5	1.1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (Metrodata)

MAPA 10 – População Negra/parda por Área de Expansão Demográfica



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

Com relação à estrutura etária da população da RMBH, destacam-se municípios com perfil populacional bastante jovem, com mais de 30% de população entre 0 e 14 anos, tais como Ibitaré, Ribeirão das Neves, Betim, Vespasiano e Santa Luzia. Esses municípios, em contraposição, são os que apresentam as menores proporções de população com 65 anos

e mais (abaixo de 4%). Os municípios com um percentual menor de população entre 0 e 14 anos têm menos de 27% da população nesse grupo, destacando-se Caeté, Nova Lima e Belo Horizonte, este último com a menor proporção dessa população considerando todos os municípios da RMBH. Entre os municípios com a população mais envelhecida, acima de 6%, estão Belo Horizonte e Caeté. Com relação ao envelhecimento da população, menção deve ser feita a Rio Manso, Jaboticatubas, Itaguara e Baldim, com uma população residente com 65 anos e mais acima de 8% (Tabela 6).

A razão entre a população com 65 anos e mais, e a população com menos de 15 anos, indica com mais propriedade as relações entre os grupos etários da população. Na RMBH esta razão tem seu menor valor em Ibirité – 8 idosos para cada 100 crianças – e seu valor máximo em Itaguara – 33 idosos para cada 100 crianças. Com exceção de Belo Horizonte, todos os maiores municípios têm este índice situado abaixo de 20. Em Belo Horizonte, este índice é de 26. De forma geral, esse indicador tende a refletir a tendência geral de envelhecimento populacional em processo no Brasil, mas ainda é relativamente baixa, a não ser em alguns casos particulares como os pequenos municípios de baixa e muito baixa integração, os quais têm os maiores índices de envelhecimento (Tabela 7). Os municípios com alta e muito alta integração têm os menores índices de envelhecimento. No entanto, observando-se por AED, nota-se que os maiores índices encontram-se, na verdade, nas áreas mais centrais do município de Belo Horizonte (Mapa 11).

TABELA 6 – Nível de Integração Metropolitana da RMBH por População Residente Total e Participação dos Grupos Etários no Total da População dos Municípios – 2000

Nível de integração Metropolitana	População residente total e Participação dos Grupos Etários				
	Total	Participação dos Grupos Etários (%)			
		Total	0 a 14	15 a 64	65 e mais
Município Pólo	306,675	100.0	31.7	65.0	3.3
Muito alto	97,738	100.0	32.8	62.8	4.5
Alto	262110.6	100.0	30.2	65.6	4.2
Médio	956,646	100.0	28.6	67.4	4.0
Baixo	93,156	100.0	28.2	65.4	6.4
Muito baixo	2,633,690	100.0	25.3	68.9	5.9
Total	4,350,016	100.0	27.0	67.9	5.1

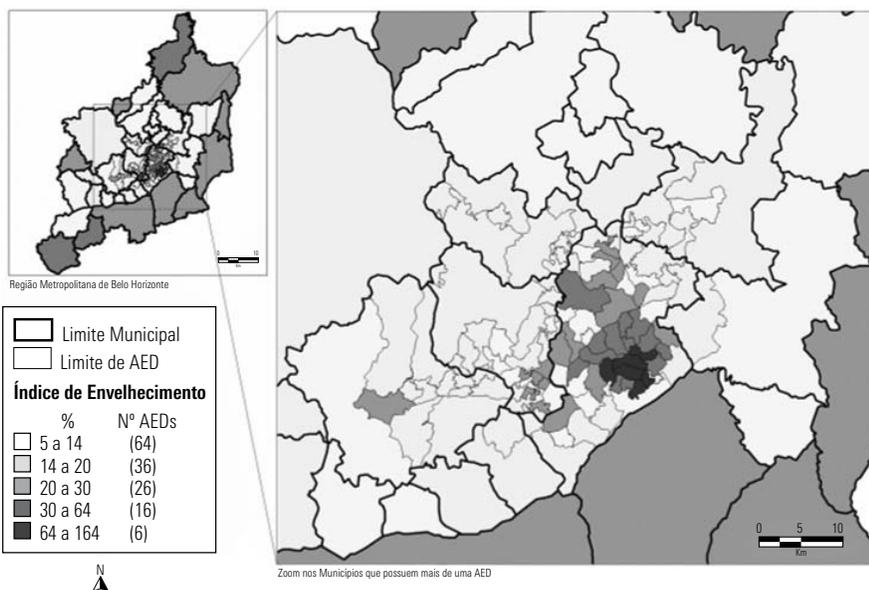
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Metrodata)

TABELA 7 – Nível de Integração Metropolitana da RMBH por População Residente Total, Grupos Etários Seleccionados e Índice de Envelhecimento – 2000

Nível de integração Metropolitana	População residente total, grupos etários e índice de envelhecimento			
	Total	Grupos etários seleccionados		Índice de envelhecimento ¹
		0 a 14	65 e mais	
Município Pólo	2,238,526	543,521	139,102	25.6
Muito alto	1,179,423	350,211	41,233	11.8
Alto	511,926	160,684	19,133	11.9
Médio	309,127	88,070	16,478	18.7
Baixo	78,235	22,196	5,023	22.6
Muito baixo	40,934	11,746	3,265	27.8
Total	4,358,171	1,176,428	224,234	19.1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Metrodata)

MAPA 11 – Índice de Envelhecimento por Áreas de Expansão Demográfica



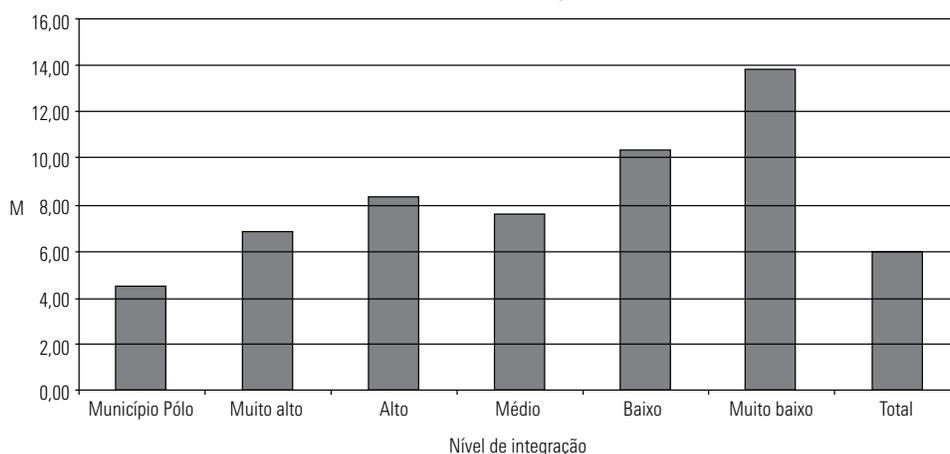
Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

2.3. Educação

Os indicadores de educação da Região Metropolitana de Belo Horizonte acompanharam, nos últimos anos, a tendência brasileira de progressiva melhora. Deve-se ressaltar que isso não tem se mostrado suficiente para reverter a situação desfavorável ao Brasil no cenário internacional. Entretanto, nas áreas urbanas os ganhos parecem ter sido maiores. Todos os municípios da RMBH apresentaram ganhos nas taxas de alfabetização e de frequência escolar. Para o conjunto desses municípios, o índice de alfabetização passou de 83,9% em 1991 para 89,6% em 2000. No mesmo período, as taxas brutas de frequência à escola foram de 60,8% e 78,2%, respectivamente.

Tais ganhos ficam mais evidentes na comparação com o conjunto do Brasil e de Minas Gerais. No ano 2000, enquanto o Brasil ostentava uma taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de 14,8% e Minas Gerais tinha 10,9% da sua população adulta analfabeta, na RMBH o índice era de 5,9% (Tabela 8). Apenas nos municípios com nível de integração baixo ou muito baixo esses índices eram comparáveis: 13,9% nos municípios de nível de integração muito baixo e 10,4% nos municípios de nível de integração baixo. Em contraposição a isso, o município pólo apresentava uma taxa de 4,4% (Tabela 8). O Gráfico 1 permite uma visualização mais imediata desse efeito da integração Metropolitana sobre as taxas de analfabetismo.

GRÁFICO 1 – Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais, RMBH



Fonte: IBGE. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles

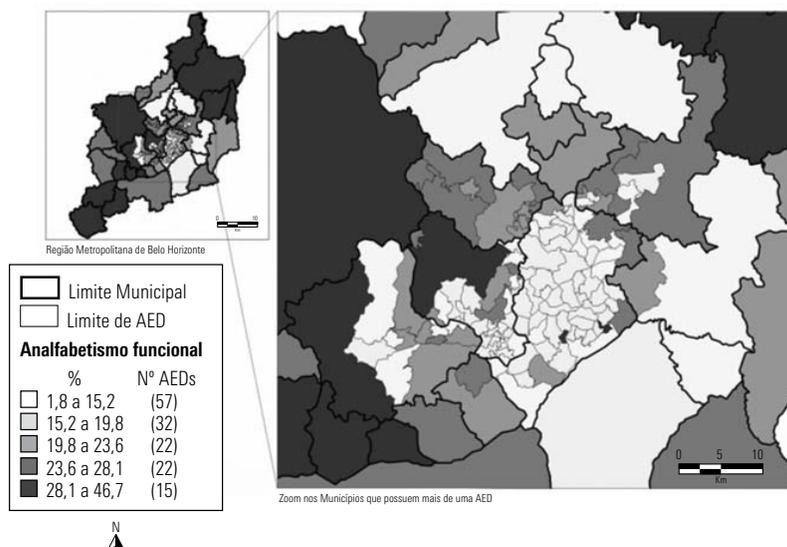
TABELA 8 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte
por Pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler – 2000

Municípios	Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
	Total	Que não sabem ler	
Baldim	5.749	621	10,8
Belo Horizonte	1.695.005	74.409	4,4
Betim	209.450	17.095	8,2
Brumadinho	19.200	1.770	9,2
Caeté	26.588	2.149	8,1
Capim Branco	5.583	537	9,6
Confins	3.464	303	8,7
Contagem	391.206	20.909	5,3
Esmeraldas	31.204	3.222	10,3
Florestal	4.058	374	9,2
Ibirité	89.294	7.811	8,7
Igarapé	16.891	1.712	10,1
Itaguara	8.437	904	10,7
Itatiaiuçu	5.979	855	14,3
Jaboticatubas	9.599	1.412	14,7
Juatuba	11.140	1.201	10,8
Lagoa Santa	27.037	1.851	6,8
Mário Campos	7.051	982	13,9
Mateus Leme	17.042	1.733	10,2
Matozinhos	21.285	1.657	7,8
Nova Lima	47.681	2.188	4,6
Nova União	3.850	770	20,0
Pedro Leopoldo	38.915	2.745	7,1
Raposos	10.228	843	8,2
Ribeirão das Neves	167.849	15.100	9,0
Rio Acima	5.381	541	10,1
Rio Manso	3.421	620	18,1
Sabará	81.328	5.980	7,4
Santa Luzia	128.387	8.935	7,0
São Joaquim de Bicas	12.245	1.569	12,8
São José da Lapa	10.394	926	8,9
Sarzedo	11.815	953	8,1
Taquaraçu de Minas	2.511	247	9,8
Vespasiano	52.476	4.581	8,7
Total	3.181.743	187.504	5,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000 (Metrodata)

O mapa 12 mostra a distribuição por AED do analfabetismo funcional, ou seja, pessoas de 15 anos ou mais com até 3 anos de estudo. Belo Horizonte e Nova Lima são os municípios em melhor situação. Semelhante situação é alcançada nas áreas centrais dos municípios de Betim, Contagem e Santa Luzia. No interior de Belo Horizonte as AED com favelas como o Taquaril, Morro das Pedras e também as AED Solimões/Jardim Felicidade e Gorduras apresentam as piores taxas de analfabetismo funcional do município (entre 23,6 e 28,1%). Mas os municípios com muito baixa integração ao pólo, com exceção de Florestal, apresentam taxas ainda mais elevadas (entre 28,1 e 46,7%). Essa situação se repete para Itatiaiuçu e Itaguara, com baixa integração. Esmeraldas, com nível médio de integração, também integra o grupo com as piores taxas de analfabetismo funcional.

MAPA 12 – Analfabetismo Funcional

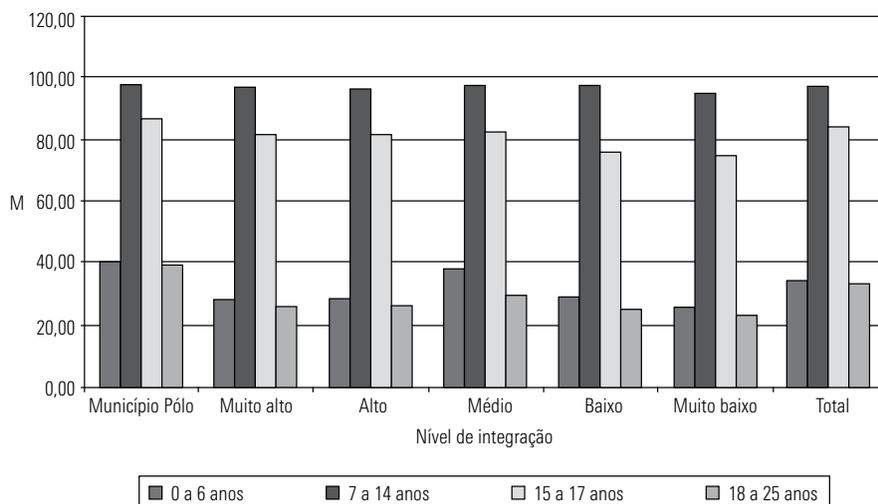


Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

Do ponto de vista da frequência escolar, a discrepância no gradiente entre o município pólo e aqueles com nível de integração baixo ou muito baixo variava conforme a faixa etária. Para a educação infantil (0 a 6 anos), o município pólo e os municípios de média integração apresentavam os maiores índices de frequência à creche ou escola (em torno de 40%), enquanto nos municípios de nível de integração muito alto, alto, baixo e muito baixo a taxa se mantinha em níveis inferiores (entre 25% e 30), (Tabela 9). Na faixa etária correspondente ao ensino fundamental, a frequência aproximava-se da universalização, sempre acima de 96%, exceto para

os municípios de muito baixo nível de integração, onde o índice era de 95,1%. Já na faixa etária do ensino médio, as variações eram maiores e as taxas passavam de 86,8% no município de Belo Horizonte para 76,3% e 74,4% nos municípios de baixo e muito baixo nível de integração, respectivamente (Tabela 10). Com relação à frequência escolar das pessoas na faixa etária do ensino superior, os índices eram bastante inferiores e muito variáveis. O município pólo apresentava a maior taxa (40%), enquanto os demais oscilavam entre 23% e 30%. No Gráfico 2, apresentam-se tais dados distribuídos segundo o nível de integração dos municípios.

GRÁFICO 2 – Taxa de Frequência Escolar por Faixa Etária – RMBH



Fonte- IBGE. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrópoles

Para maior clareza desses indicadores, é necessário verificar a taxa de frequência à série adequada. Em síntese, o ideal é que o aluno de 7 anos frequente a 1ª série do ensino fundamental, o de 8 anos frequente a 2ª série e assim sucessivamente. Desse ponto de vista, os melhores índices são alcançados pelo município pólo, em todos os três níveis de ensino e faixas etárias consideradas. A discrepância entre idade e série adequada tende a aumentar conforme os municípios diminuem seu grau de integração. Por outro lado, essa discrepância também é maior na medida em que aumenta a faixa etária observada. Assim, na faixa etária do ensino fundamental a taxa de frequência à série adequada de toda a RMBH era de 64,5%, enquanto na faixa etária do ensino médio ela era de 55,5% e do ensino superior chegava apenas a 36,9%. Observando-se o mesmo indicador a partir

das AED, fica reforçada a constatação de que o nível de integração é fator fundamental a influenciar a adequação etária na frequência à escola. À medida que se afasta da Região central do município pólo ou dos municípios com alto grau de integração, vão se sucedendo índices cada vez maiores de inadequação na frequência escolar (Mapa 13).

TABELA 9 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Pessoas de 0 a 6 anos de Idade que Frequentam Creche ou Escola – 2000

Municípios	Número de pessoas de 0 a 6 anos de idade		B / A (em %)
	Total (A)	Que frequentam creche ou escola (B)	
Baldim	983	294	29,9
Belo Horizonte	250.356	100.267	40,0
Betim	46.550	13.270	28,5
Brumadinho	3.448	1.358	39,4
Caeté	4.361	1.501	34,4
Capim Branco	1.106	472	42,7
Confins	692	280	40,5
Contagem	68.484	21.789	31,8
Esmeraldas	7.830	1.454	18,6
Florestal	702	222	31,6
Ibirité	21.624	5.018	23,2
Igarapé	3.622	1.092	30,1
Itaguara	1.290	300	23,3
Itatiaiuçu	1.121	267	23,8
Jaboticatubas	1.739	409	23,5
Juatuba	2.505	849	33,9
Lagoa Santa	4.983	1.950	39,1
Mário Campos	1.660	351	21,1
Mateus Leme	3.333	876	26,3
Matozinhos	4.031	1.670	41,4
Nova Lima	7.657	3.315	43,3
Nova União	693	209	30,2
Pedro Leopoldo	6.621	2.533	38,3
Raposos	1.791	687	38,3
Ribeirão das Neves	38.289	9.746	25,5
Rio Acima	1.005	174	17,3
Rio Manso	520	77	14,7
Sabará	16.009	5.089	31,8
Santa Luzia	27.078	7.289	26,9
São Joaquim de Bicas	2.917	769	26,4
São José da Lapa	2.119	671	31,7
Sarzedo	2.646	625	23,6
Taquaraçu de Minas	507	121	23,8
Vespasiano	11.741	3.171	27,0
Total	550.015	188.164	34,2

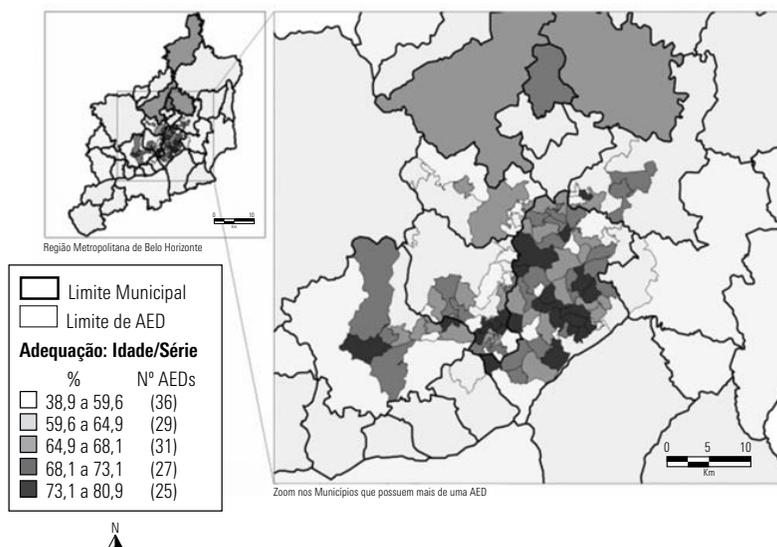
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000 (Metrodata)

TABELA 10 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Pessoas de 7 a 14 anos de Idade que Frequentam Escola – 2000

Municípios	Número de pessoas de 7 a 14 anos de idade		B / A (em %)
	Total (A)	Que frequentam escola (B)	
Baldim	1.423	1.382	97,2
Belo Horizonte	293.165	286.744	97,8
Betim	50.675	49.268	97,2
Brumadinho	3.966	3.922	98,9
Caeté	5.350	5.241	98,0
Capim Branco	1.211	1.164	96,1
Confins	724	709	97,9
Contagem	78.519	76.155	97,0
Esmeraldas	8.056	7.659	95,1
Florestal	887	849	95,6
Ibirité	22.126	21.109	95,4
Igarapé	4.325	4.268	98,7
Itaguara	1.575	1.499	95,2
Itatiaiuçu	1.417	1.391	98,2
Jaboticatubas	2.192	2.109	96,2
Juatuba	2.744	2.657	96,8
Lagoa Santa	5.852	5.743	98,1
Mário Campos	1.824	1.742	95,5
Mateus Leme	3.769	3.635	96,5
Matozinhos	4.848	4.799	99,0
Nova Lima	9.049	8.888	98,2
Nova União	884	821	92,9
Pedro Leopoldo	8.421	8.243	97,9
Raposos	2.270	2.208	97,3
Ribeirão das Neves	40.708	39.245	96,4
Rio Acima	1.272	1.236	97,2
Rio Manso	705	664	94,2
Sabará	18.015	17.479	97,0
Santa Luzia	29.438	28.223	95,9
São Joaquim de Bicas	2.990	2.835	94,8
São José da Lapa	2.487	2.420	97,3
Sarzedo	2.813	2.686	95,5
Taquaraçu de Minas	510	452	88,6
Vespasiano	12.205	11.976	98,1
Total	626.413	609.422	97,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000 (Metrodata)

MAPA 13 – Freqüência Escolar e Adequação Idade /série de Pessoas de 7 a 14 anos por Áreas de Expansão Demográfica



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

Outro indicador de interesse refere-se aos anos de estudo do responsável pela família. A expectativa é que o domicílio encabeçado por alguém com mais anos de estudos apresente um menor grau de vulnerabilidade. Procurou-se contrapor aqueles domicílios cujos responsáveis tinham três anos ou menos de estudo àqueles cujos responsáveis tinham onze anos ou mais de estudos (Tabelas 11 e 12). Verifica-se que no município pólo ocorre a menor taxa de domicílios cujos responsáveis têm três anos ou menos de estudos (15,7%). Além disso, é o único município onde os responsáveis com onze anos ou mais de estudo superam aqueles com poucos anos de estudo. À medida que se avança para níveis inferiores de integração, os municípios tendem a aumentar o percentual de domicílios cujos responsáveis têm três anos ou menos de estudo, e há uma tendência inversa de diminuição do percentual de domicílios cujos responsáveis têm onze anos ou mais de estudo. O Gráfico 3 apresenta a distribuição de tais indicadores.

TABELA 11 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Responsável pela Família Sem Instrução ou com até Três Anos de Estudo – 2000

Municípios	Responsável pela Família		B / A (em %)
	Total (A)	Sem instrução ou com até três anos de estudo (B)	
Baldim	2.380	1.049	44,1
Belo Horizonte	670.860	105.045	15,7
Betim	84.492	22.320	26,4
Brumadinho	7.629	2.547	33,4
Caeté	10.132	3.032	29,9
Capim Branco	2.241	674	30,1
Confins	1.334	375	28,1
Contagem	153.449	30.787	20,1
Esmeraldas	12.881	4.686	36,4
Florestal	1.619	513	31,7
Ibirité	35.432	10.835	30,6
Igarapé	6.699	2.562	38,2
Itaguara	3.329	1.330	40,0
Itatiaiuçu	2.393	1.223	51,1
Jaboticatubas	3.752	1.934	51,5
Juatuba	4.581	1.462	31,9
Lagoa Santa	10.448	2.480	23,7
Mário Campos	2.829	1.097	38,8
Mateus Leme	6.873	2.435	35,4
Matozinhos	8.479	2.288	27,0
Nova Lima	18.061	3.481	19,3
Nova União	1.431	813	56,8
Pedro Leopoldo	15.155	3.634	24,0
Raposos	3.917	1.033	26,4
Ribeirão das Neves	66.324	20.841	31,4
Rio Acima	2.055	715	34,8
Rio Manso	1.329	764	57,5
Sabará	31.596	8.150	25,8
Santa Luzia	50.422	12.613	25,0
São Joaquim de Bicas	4.980	1.826	36,7
São José da Lapa	4.109	1.150	28,0
Sarzedo	4.600	1.440	31,3
Taquaraçu de Minas	978	456	46,7
Vespasiano	20.654	5.836	28,3
Total	1.257.441	261.429	20,8

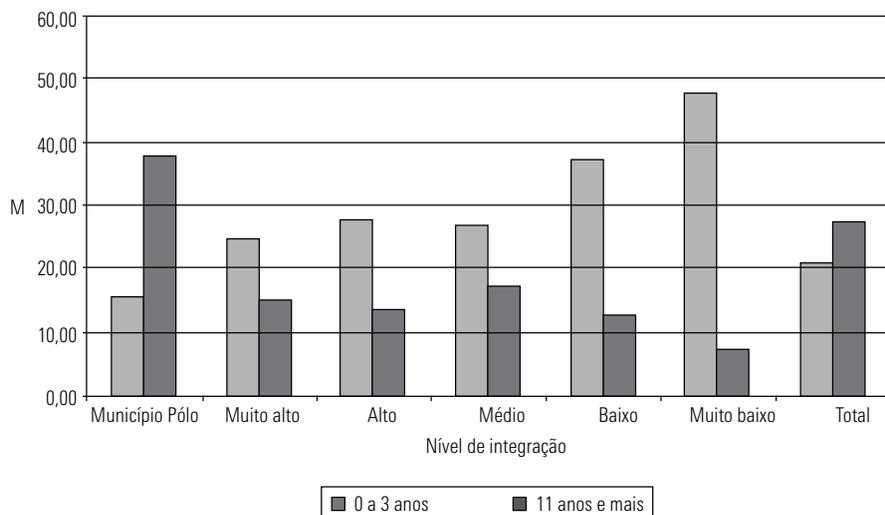
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000 (Metrodata)

TABELA 12 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte por Responsável pela Família Sem Instrução ou com 11 e mais Anos de Estudo – 2000

Municípios	Responsável pela Família		B / A (em %)
	Total (A)	Com 11 e mais anos de estudo (B)	
Baldim	2.380	196	8,3
Belo Horizonte	670.860	253.096	37,7
Betim	84.492	11.905	14,1
Brumadinho	7.629	1.246	16,3
Caeté	10.132	1.838	18,1
Capim Branco	2.241	227	10,1
Confins	1.334	108	8,1
Contagem	153.449	32.357	21,1
Esmeraldas	12.881	809	6,3
Florestal	1.619	233	14,4
Ibirité	35.432	2.651	7,5
Igarapé	6.699	624	9,3
Itaguara	3.329	316	9,5
Itatiaiuçu	2.393	159	6,6
Jaboticatubas	3.752	247	6,6
Juatuba	4.581	569	12,4
Lagoa Santa	10.448	2.371	22,7
Mário Campos	2.829	188	6,6
Mateus Leme	6.873	930	13,5
Matozinhos	8.479	1.449	17,1
Nova Lima	18.061	4.216	23,3
Nova União	1.431	44	3,1
Pedro Leopoldo	15.155	2.690	17,7
Raposos	3.917	458	11,7
Ribeirão das Neves	66.324	5.641	8,5
Rio Acima	2.055	179	8,7
Rio Manso	1.329	45	3,4
Sabará	31.596	4.973	15,7
Santa Luzia	50.422	6.458	12,8
São Joaquim de Bicas	4.980	404	8,1
São José da Lapa	4.109	551	13,4
Sarzedo	4.600	521	11,3
Taquaraçu de Minas	978	63	6,5
Vespasiano	20.654	2.706	13,1
Total	1.257.441	340.466	27,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000 (Metrodata)

GRÁFICO 3 – Anos de Estudo do Responsável pela Família, RMBH



Fonte- IBGE. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles

Pode-se afirmar que o acesso ao ensino é um bom indicador da capacidade de provisão de serviços por parte do poder público. Por outro lado, pode-se assumir que a falta de acesso ao ensino contribui para a precarização do indivíduo e do seu domicílio. Partindo dessas premissas e observando-se as tendências dos indicadores educacionais face ao nível de integração dos municípios da RMBH, é possível afirmar que quanto menor o nível de integração, mais precária parece ser a provisão dos serviços de ensino. Por outro lado, merece destaque o fato de que os municípios com nível de integração médio tendem a superar os municípios de alto ou muito alto nível de integração em muitos dos indicadores selecionados. Ao que parece, há um limite nos ganhos com a integração que é imposta aos municípios de alto ou muito alto nível.

2.4. Moradia

Esta seção apresenta uma breve caracterização do estoque habitacional, do déficit habitacional e da inadequação da moradia na RMBH em 2000.

Os resultados dessa caracterização registram informações apresentadas em duas escalas: totalizadas por municípios, agrupados segundo o seu grau de integração com o município pólo e informações desagregadas por Área de Expansão Demográfica (AED).

2.4.1. Caracterização do Estoque de Moradias nos Municípios da RMBH em 2000

Belo Horizonte, município pólo da RMBH, concentra mais de 50% das famílias e dos domicílios da Região. Somando-se esse percentual aos dos municípios que mantêm um muito alto e alto nível de integração com o município pólo, identifica-se que o núcleo geográfico central da Região abriga mais de 90% do total das famílias e dos domicílios da RMBH. Na outra extremidade, o percentual de domicílios situados nos seis municípios que compõem o grupo de municípios com um nível muito baixo de integração ao município pólo não atinge 1% do total de domicílios da Região.

Predomina na RMBH a unidade habitacional do tipo casa. No universo de 1.175.325 domicílios particulares permanentes encontram-se 203.901 apartamentos, correspondendo a 17,3% do total de domicílios. Mais uma vez o município pólo e os municípios com muito baixo nível de integração apresentam as situações extremas. No primeiro, identifica-se 26,9% do total de domicílios particulares permanentes do tipo apartamento, enquanto no conjunto de municípios que apresentam muito baixo nível de integração existem apenas cinco unidades, não atingindo 0,01% do total de domicílios particulares permanentes da Região.

TABELA 13 – Domicílios Particulares Permanentes do Tipo de Apartamento por Nível de Integração – RMBH – 2000

Nível de integração Metropolitana	Domicílios particulares permanentes		%
	Total	Tipo apartamento	
Município Pólo	628.334	168.938	26,9
Muito alto	304.805	27.767	9,1
Alto	130.710	5.703	4,4
Médio	79.599	1.349	1,7
Baixo	21.058	140	0,7
Muito baixo	10.819	5	0,0
Total	1.175.325	203.901	17,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico/ 2000. Dados trabalhados pelo METRODATA do Observatório das Metrôpoles, 2004

A condição de ocupação dos domicílios particulares permanentes divide-se em *próprios*, *alugados* e *outros*. Predominam os domicílios particulares permanentes próprios, perfazendo mais de 75% do total desses domicílios. Conforme Tabela 14, os domicílios particulares

permanentes próprios, porém, sem a propriedade do terreno, representam 8,39% do total de domicílios particulares permanentes próprios na RMBH e concentram-se no município pólo (55,32%) e nos municípios com muito alto e alto nível de integração (34,95%).

TABELA 14 – Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros por Nível de Integração. RMBH – 2000

Nível de integração Metropolitana	Domicílios particulares permanentes											
	Total	%	Próprios						Alugados	%	Outros	%
			Total	%	Com propriedade do terreno	%	Sem propriedade do terreno	%				
Município Pólo	628.334	53,46	464.589	52,12	423.169	51,83	41.420	55,32	112.330	62,91	51.415	48,77
Muito alto	304.805	25,93	238.181	26,72	220.535	27,01	17.646	23,57	39.313	22,02	27.311	25,91
Alto	130.710	11,12	102.958	11,55	94.434	11,57	8.524	11,38	13.966	7,82	13.786	13,08
Médio	79.599	6,77	61.488	6,90	56.469	6,92	5.019	6,70	9.860	5,52	8.251	7,83
Baixo	21.058	1,79	15.708	1,76	14.331	1,76	1.377	1,84	2.503	1,40	2.847	2,70
Muito baixo	10.819	0,92	8.414	0,94	7.528	0,92	886	1,18	586	0,33	1.819	1,73
Total	1.175.325	100,00	891.338	100,00	816.466	100,00	74.872	100,00	178.558	100,00	105.429	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico/ 2000. Dados trabalhados pelo METRODATA do Observatório das Metrôpoles, 2004

Os domicílios com até três cômodos representam 12,2% do total dos domicílios particulares permanentes da RMBH. Concentram-se nos municípios que mantêm nível muito alto, alto e médio de integração, abrangendo esses três conjuntos de municípios 42,4% dos citados domicílios, conforme pode ser observado na Tabela 15.

TABELA 15 – Domicílios Particulares Permanentes com até três Cômodos por Nível de Integração Metropolitana. RMBH – 2000

Nível de integração Metropolitana	Domicílios particulares permanentes		%
	Total	Com até três cômodos	
Município Pólo	628.334	63.449	10,1
Muito alto	304.805	47.595	15,6
Alto	130.710	21.396	16,4
Médio	79.599	8.291	10,4
Baixo	21.058	1.727	8,2
Muito baixo	10.819	893	8,3
Total	1.175.325	143.350	12,2

Fonte: IBGE. Censo Demográfico/ 2000. Dados trabalhados pelo METRODATA do Observatório das Metrôpoles, 2004

O indicador adotado para caracterizar o conforto nos domicílios da RMBH foi o acesso a bens. Recorreu-se à classificação apresentada pelo Metrodata do Observatório das Metrôpoles¹¹: domicílios com acesso a bens de uso difundido, referem-se aos domicílios com acesso a bens, tais como, rádio, geladeira e freezer; domicílios com acesso a bens de média difusão, referem-se aos domicílios com pelo menos dois bens de média difusão, tais como automóvel, vídeo cassete, máquina de lavar roupa ou linha telefônica; domicílios com acesso a bens de uso restrito, referem-se aos domicílios com pelo menos um bem de difusão restrita, tais como computador, forno de microondas ou ar condicionado.

Os bens de uso difundido estão presentes em 86,99% dos domicílios da RMBH. Já os bens de média difusão se encontram em 58,11% dos domicílios e os bens de uso restrito acham-se presentes em 54,40% dos domicílios da RMBH.

A identificação do acesso a bens, em 2000, nos municípios agregados segundo seu grau de integração apresenta os seguintes resultados:

O município pólo concentra os maiores percentuais de acesso a bens, de bens de *uso difundido* (55,56%), bens de *média difusão* (64,20%) ou acesso a bens de *uso restrito* (62,51%);

- » Os percentuais de acesso aos bens de uso difundido, de média difusão e de uso restrito nos domicílios do município pólo, somados aos percentuais encontrados naqueles municípios que, com ele, mantêm um alto nível de integração, respondem por mais de 80% dos domicílios que dispõem dos três tipos de bens;
- » Por outro lado, os piores percentuais de acesso aos três tipos de bens encontram-se nos municípios que mantêm um muito baixo nível de integração ao município pólo, todos eles com percentual inferior a 1%;
- » Os três grupos de municípios, que mantêm níveis muito alto, alto e médio de integração ao município pólo, apresentam pequenas diferenças entre si no acesso a bens de uso de média difusão e bens de uso restrito.

11 Observatório das Metrôpoles METRODATA, disponível em www.ippur.ufri/observatório - 2004.

Os dados da Tabela 16 espelham essa situação. A distribuição espacial por AED dos domicílios com acesso a bens de uso difundido está registrada no Mapa 14.

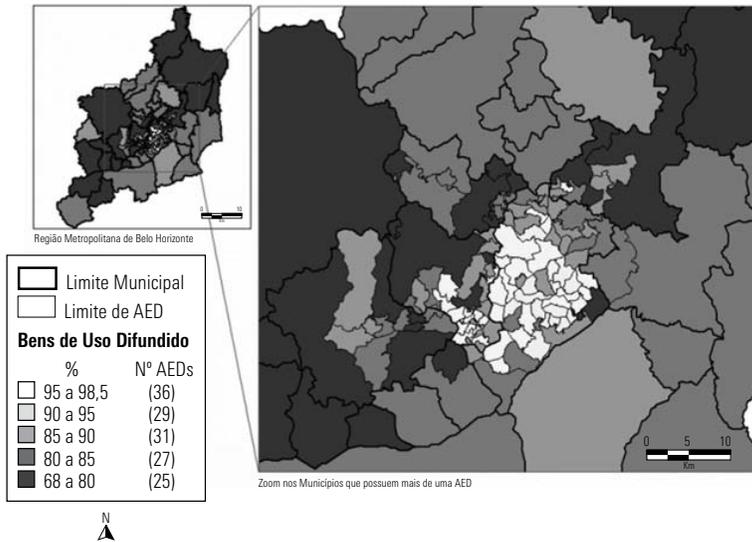
O menor percentual de domicílios por AED com acesso a bens de uso difundido é de 68%. As AED com os maiores percentuais, que variam de 95 a 98,5%, encontram-se no município pólo, com exceção de apenas uma AED que se encontra no município de Contagem. Os melhores índices, por AED, de domicílios com acesso aos bens de uso difundido encontram-se, também, no município pólo. Os percentuais mais baixos encontram-se naqueles municípios menores, que têm apenas uma AED e que se situam mais distantes do município pólo.

TABELA 16 – Domicílios segundo o Acesso a Bens por Nível de Integração Metropolitana. RMBH – 2000

Nível de integração Metropolitana	Total de domicílios	%	Domicílios com acesso a bens					
			De uso difundido	%	De média difusão	%	De uso restrito	%
Município Pólo	628.334	53,46	568.052	55,56	438.505	64,20	399.706	62,51
Muito alto	304.805	25,93	256.869	25,12	147.439	21,59	141.768	22,17
Alto	130.710	11,12	106.305	10,40	52.901	7,75	54.376	8,50
Médio	79.599	6,77	66.553	6,51	34.557	5,06	34.447	5,39
Baixo	21.058	1,79	16.829	1,65	7.122	1,04	7.074	1,11
Muito baixo	10.819	0,92	7.815	0,76	2.485	0,36	2.033	0,32
Total	1.175.325	100,00	1.022.423	100,00	683.009	100,00	639.404	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico/ 2000. Dados trabalhados pelo METRODATA do Observatório das Metrôpoles, 2004

MAPA 14 – Bens de Uso Difundido



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

2.4.2. Déficit Habitacional RMBH em 2000

A noção de déficit habitacional em 2000 corresponde, neste trabalho, “à necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento à demanda não solvável nas condições dadas de mercado” (Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE. Necessidades Habitacionais, 2003, p. 6).

O déficit habitacional inclui três componentes: os domicílios improvisados, a coabitação familiar e os cômodos cedidos ou alugados. Os domicílios improvisados referem-se às construções para fins não residenciais e que eram utilizadas como moradia por ocasião do Censo Demográfico do IBGE em 2000. A coabitação familiar refere-se à insuficiência do estoque habitacional para atender à demanda; significa a convivência de mais de uma família no mesmo domicílio ou o aluguel de quartos ou cômodos para moradia de outras famílias.

Os indicadores adotados na Tabela 17 apontam a existência de uma correlação entre o nível de integração dos municípios ao município pólo e o déficit habitacional identificado em 2000.

Mais de 89 % das famílias conviventes, residentes na RMBH, concentram-se no município pólo (52%) e nos 12 municípios com muito alto ou alto nível de integração.

Os domicílios improvisados concentram-se no município pólo e nos municípios com muito alto nível de integração, representando pouco mais de 70% do total de domicílios improvisados.

Já para a categoria de domicílios classificada como *cômodos cedidos ou alugados*, o percentual de concentração no mesmo espaço anterior ultrapassa os 84%.

O IBGE considera como aglomerado subnormal um conjunto de, no mínimo, 50 unidades habitacionais que apresentem as seguintes características:

Conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em geral, em sua maioria, de serviços públicos essenciais (IBGE. Censo Demográfico/2000. Documentação dos Microdados da Amostra, novembro 2002, p.67).

Os domicílios em aglomerados subnormais, conhecidos na RMBH como vilas ou favelas, só foram identificados no município pólo e nos municípios com muito alto e alto nível de integração. Existiam, no ano de 2000, 107.327 domicílios em favelas na RMBH, sendo 62,03% destes situados nas favelas do município pólo. A soma dos percentuais de domicílios em aglomerados subnormais, no município pólo e nos municípios com muito alto nível de integração, atinge mais de 88%. Em situação inversa encontram-se os municípios que mantêm médio, baixo ou muito baixo nível de integração; nestes, não foram encontrados domicílios localizados em aglomerados subnormais. No entanto, como o IBGE só classifica como aglomerado subnormal um conjunto com 50 ou mais domicílios, não se pode descartar a possibilidade de existirem pequenos aglomerados com número inferior a 50 domicílios e condições gerais semelhantes às de uma favela.

O maior percentual de déficit habitacional na RMBH encontra-se no município pólo (53,34%). Na outra ponta, no conjunto de municípios com muito baixo nível de integração ao município pólo, o mesmo percentual não atinge 1%.

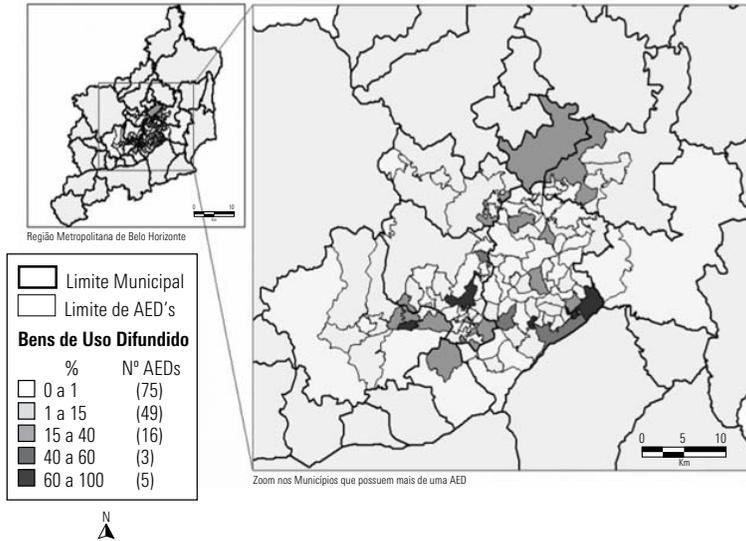
A distribuição espacial por AED dos aglomerados subnormais encontra-se no Mapa 15.

TABELA 17 – Total de Famílias Conviventes, Domicílios Improvisados, Cômodos Cedidos ou Alugados, Domicílios em Aglomerados Subnormais e Déficit Habitacional por Nível de Integração Metropolitana. RMBH – 2000

%	52,34	26,33	11,67	7,46	1,44	0,76	100,00
Déficit habitacional	47.997	24.143	10.707	6.840	1.320	701	91.708
%	62,03	26,46	11,51	0,00	0,00	0,00	100,00
Domicílios em aglomerados subnormais	66.570	28.399	12.358	0	0	0	107.327
%	57,27	26,91	9,52	4,94	1,00	0,36	100,00
Cômodos cedidos ou alugados	5.902	2.773	981	509	103	37	10.304
%	42,22	28,40	18,18	7,98	1,55	1,66	100,00
Domicílios improvisados	1.860	1.251	801	352	69	73	4.406
%	53,46	25,93	11,12	6,77	1,79	0,92	100,00
Total de domicílios	628.334	304.805	130.710	79.599	21.058	10.819	1.175.325
%	52,25	26,13	11,59	7,76	1,49	0,77	100,00
Total de Famílias conviventes	40.235	20.119	8.925	5.979	1.149	591	76.997
% de cada conjunto de Municípios agregados em relação ao total de Municípios da RMBH	-	14,70	17,64	32,35	14,70	17,64	-
Total de Municípios agregados segundo o nível de integração ao Município pólo	-	5	6	11	5	6	-
Nível de integração Metropolitana	Município Pólo	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo	Total

Fonte: IBGE. Censo Demográfico/ 2000. Dados trabalhados pelo METRODATA do Observatório das Metrôpoles, 2004.

MAPA 15 – Domicílios em Aglomerados Subnormais



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

2.4.3. Inadequação Habitacional Identificada na RMBH em 2000

A noção de inadequação corresponde neste trabalho àquelas moradias:

(...) que necessitam de melhoramentos para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade, definido a partir de critérios de qualidade da infra-estrutura de serviços, relacionados ao ambiente em que a moradia está inserida, e quantitativa de cômodos do domicílio em relação ao tamanho da família (Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE. Necessidades habitacionais, 2003, p.5).

Essa noção de inadequação também inclui dois componentes: inadequação no acesso à infra-estrutura e adensamento excessivo no domicílio.

Para caracterizar as habitações com adensamento excessivo foi considerada a densidade de moradores por domicílio urbano, excluindo-se aqueles com presença de famílias conviventes ou quartos/cômodos alugados, para não haver sobreposição com a coabitação familiar, componente do déficit. Tomou-se como suportável o limite de até 3 moradores por dormitório, nas casas e apartamentos urbanos (Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE. Necessidades Habitacionais, 2003, p. 6).

Adotaram-se os conceitos que se seguem para caracterizar na RMBH, em 2000, as inadequações nos domicílios particulares permanentes, a partir das situações de carências de água, de iluminação, de instalação sanitária e na destinação do lixo:

Quando o abastecimento de água do domicílio não contar com rede geral ou poço/nascente, por exemplo, abastecido por água das chuvas, carro pipa, fonte poço ou bica fora da propriedade, etc, este será registrado como domicílio carente de infra-estrutura por abastecimento de água (Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE. Necessidades Habitacionais, 2003, p. 7).

Quando a iluminação existente no domicílio não fosse obtida por iluminação elétrica, proveniente ou não de rede geral, com ou sem medidor ou relógio que registre o consumo exclusivo do domicílio (Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE. Necessidades Habitacionais, 2003, p. 7).

Quando a instalação sanitária do domicílio não existir ou o tipo de escoadouro for classificado como vala negra ou outro (quando fossem usados como escoadouro rios, lagos, etc.) este domicílio será registrado como domicílio carente de infra-estrutura por instalação sanitária (Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE. Necessidades Habitacionais, 2003, p. 7).

Quando o domicílio, localizado em área urbana, e o destino do lixo é caracterizado como: queimado, jogado em terreno baldio, enterrado, jogado em rio, lago, lagoa ou mar, ou ainda o destino do lixo fosse outro que não a coleta, este domicílio será registrado como domicílio carente de infra-estrutura por destino do lixo (Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE. Necessidades Habitacionais, 2003, p. 7).

Para identificar a ausência de sanitário recorreremos ao conceito de sanitário do IBGE:

Sanitário é o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que dispõe de aparelho sanitário ou buraco para as dejeções. (Censo Demográfico 2000. Documentação dos Microdados da Amostra. Novembro de 2002).

Os domicílios sem sanitário no conjunto da RMBH não atingem 1% do total de domicílios particulares permanentes da Região. Dos 6.552 domicílios sem sanitário identificados em toda a RMBH, 1.440 domicílios estão localizados no município pólo, correspondendo a 21,97% desse universo. O menor percentual de domicílios sem sanitários encontra-se nos municípios que mantêm um baixo nível de integração, conforme pode ser observado na Tabela 18.

O número de domicílios com adensamento excessivo – 90.422 – representa 7,69% do total de domicílios da RMBH. Esse adensamento excessivo concentra-se no município

pólo e nos municípios que mantêm um nível muito alto de integração, representando 77,89 % do total de domicílios com esse tipo de inadequação na RMBH.

A inadequação por carência de água, identificada em menos de 1% dos domicílios da RMBH (0,94%), concentra-se no município pólo e nos municípios que mantêm um nível muito alto e alto de integração, respondendo esse conjunto de municípios por 76,18% desse tipo de carência.

A inadequação por carência de iluminação é ainda menor que a carência de água no conjunto da RMBH, alcançando apenas 0,44% total de seus domicílios. Nesse aspecto, o município pólo responde por 23,05% dos domicílios particulares permanentes que apresentam essa carência na Região (Tabela 18).

A inadequação por carência de instalação sanitária atinge 73.146 domicílios na RMBH, representando 6,22% do total de seus domicílios. Essa carência concentra-se no município pólo e no conjunto de municípios com muito alto nível de integração, respondendo ambos por 76,93 % dos domicílios com esse tipo de carência na RMBH.

Quanto à inadequação por carência na destinação do lixo, que atinge 5,70% dos domicílios particulares permanente da RMBH, a situação se apresenta de forma diferente: 13,60% dos domicílios com esse tipo de inadequação localizam-se no município pólo; já os municípios que apresentam um muito alto e alto nível de integração, respondem juntos por 69,67 % dos domicílios com essa inadequação.

O Mapa 16 identifica as AED com maiores concentrações de domicílios com inadequação na destinação do lixo.

A caracterização aqui apresentada, mesmo considerando seu caráter genérico e descritivo, apresenta evidências empíricas de desigualdades no acesso à moradia e às condições de moradia para significativas parcelas da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os indicadores adotados apontam ainda uma concentração dos problemas habitacionais no município pólo na RMBH e naqueles que com ele mantêm um muito alto e alto nível de integração.

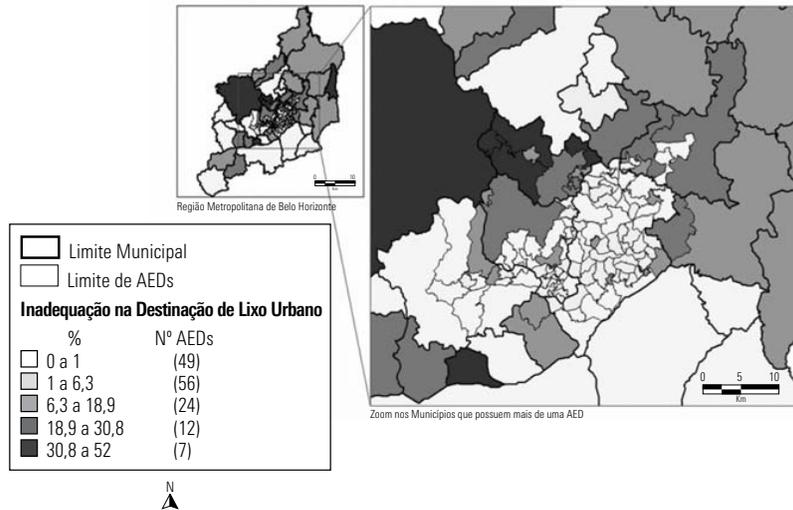
O déficit habitacional e as diferentes formas de inadequação domiciliar em 2000, identificados pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, não deixam dúvidas sobre a relevância da questão habitacional na RMBH.

TABELA 18 – Domicílios segundo as Condições de Moradia por Nível de Integração Metropolitana. RMBH – 2000

Nível de integração Metropolitana	Domicílios particulares permanentes															
	Total	%	Em terreno não próprio	Sem sanitários	%	Por adensamento	%	Domicílios com inadequação					%			
								de água	%	de iluminação	%	de instalação sanitária		%	na destinação do lixo urbano	%
Município Pólo	628.334	53,46	41.420	55,32	1.440	21,97	39.228	43,38	2.561	23,09	1.200	23,05	28.954	39,58	9.116	13,60
Muito alto	304.805	25,93	17.646	23,57	1.588	24,23	31.209	34,51	3.659	32,99	1.084	20,83	27.322	37,35	31.950	47,65
Alto	130.710	11,12	8.524	11,38	1.197	18,26	13.353	14,77	2.229	20,10	903	17,35	9.426	12,89	14.762	22,02
Médio	79.599	6,77	5.019	6,70	939	14,32	5.385	5,96	1.471	13,27	969	18,62	4.158	5,68	7.279	10,86
Baixo	21.058	1,79	1.377	1,84	483	7,37	894	0,99	458	4,13	497	9,55	1.775	2,43	2.593	3,87
Muito baixo	10.819	0,92	886	1,18	907	13,84	353	0,39	713	6,43	552	10,60	1.510	2,06	1.344	2,01
Total	1.175.325	100,00	74.872	100,00	6.552	100,00	90.422	100,00	11.092	100,00	5.206	100,00	73.146	100,00	67.044	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico/ 2000. Dados trabalhados pelo METRODATA do Observatório das Metrôpoles, 2004

MAPA 16 – Inadequação na Destinação do Lixo Urbano



2.5. Mobilidade Pendular e Transporte Coletivo Intrametropolitano

2.5.1. Movimento Pendular

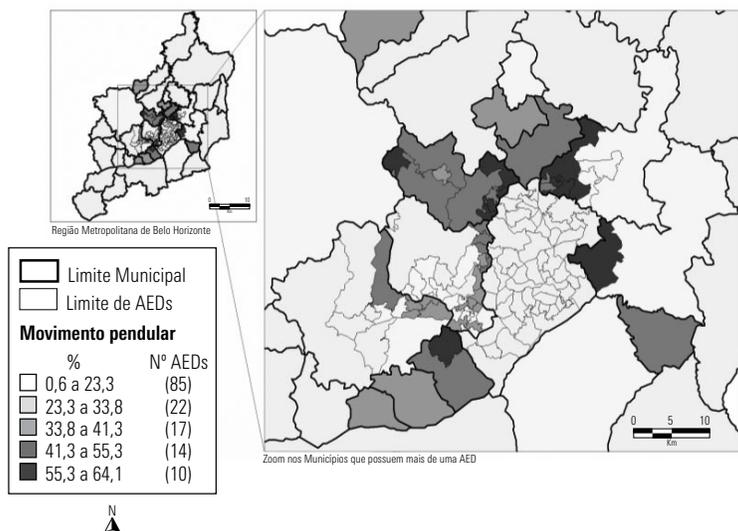
Segundo os dados do movimento pendular (movimento das pessoas que estudam ou trabalham em outros municípios) observa-se que 18% dos habitantes da RMBH, com 15 anos ou mais, trabalham ou estudam em outro município. Entre estes, 66,1% têm Belo Horizonte como destino de seu deslocamento (Tabela 19).

Os municípios com muito alta integração ao pólo são os que apresentam as maiores taxas de movimento pendular superiores a 31,6%. Já os municípios com as menores taxas de movimento pendular figuram entre aqueles com muito baixa ou baixa integração ao pólo e situados nas áreas mais externas da RMBH.

Os municípios com maior porcentagem de pessoas que realizam movimento pendular são Ibirité (54%), Ribeirão das Neves (53,3%), Sabará (48,2%) e Santa Luzia (47,2%). Pelo Mapa 17 observa-se que, no interior desses municípios, as regiões mais próximas a Belo Horizonte concentram número maior de deslocamentos. Já os deslocamentos com direção do movimento para Belo Horizonte são maiores nos municípios de Sabará (90,5%), Santa Luzia (89,1%), Vespasiano e Ribeirão das Neves (85,6% em ambos), Nova Lima (82,6%) e Contagem (80%). Esses seis municípios estão entre os sete que fazem fronteira com Belo Horizonte. O outro município fronteiro é Ibirité, que, apesar de registrar a maior taxa de movimento pendular (54%) entre os

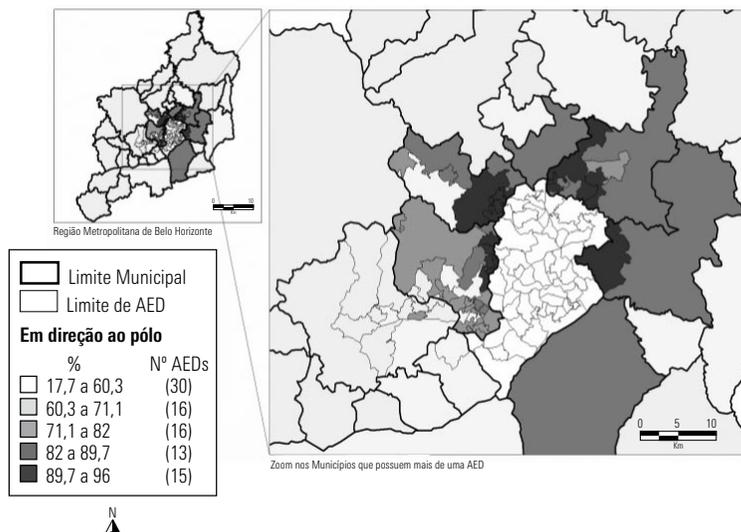
34 municípios da RMBH, não figura entre os seis com maiores taxas de movimento pendular em direção ao pólo. É provável que Contagem e Betim se constituam também subpolos de atração. Essas diferenças ficam mais perceptíveis quando se comparam os Mapas 17 e 18.

MAPA 17 – População Residente de 15 anos ou Mais que Realiza Movimento Pendular



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

MAPA 18 – População Residente de 15 anos ou Mais que dirige-se ao Pólo



Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2000

TABELA 19 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte segundo População Residente com 15 anos e mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000

Municípios	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C ² (em %)
	Total (A)	Que trabalham ou estudam				
		Total (B)	Fora do Município de residência ¹ (C)	Dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Baldim	5.749	3.417	277	104	8,1	37,7
Belo Horizonte	1.695.005	1.147.857	49.676	0	4,3	0,0
Betim	209.450	131.813	33.478	18.957	25,4	56,6
Brumadinho	19.200	11.884	1.715	1.149	14,4	67,0
Caeté	26.588	15.731	3.311	2.118	21,0	64,0
Capim Branco	5.583	3.442	1.190	211	34,6	17,7
Confins	3.464	2.187	624	113	28,5	18,0
Contagem	391.206	253.668	80.092	64.048	31,6	80,0
Esmeraldas	31.204	19.302	6.041	2.970	31,3	49,2
Florestal	4.058	2.405	165	40	6,9	24,3
Ibirité	89.294	53.824	29.055	20.444	54,0	70,4
Igarapé	16.891	10.615	1.883	388	17,7	20,6
Itaguara	8.437	5.211	340	146	6,5	42,8
Itatiaiuçu	5.979	3.725	290	74	7,8	25,3
Jaboticatubas	9.599	6.157	445	258	7,2	57,9
Juatuba	11.140	6.829	1.352	377	19,8	27,9
Lagoa Santa	27.037	17.521	3.119	1.905	17,8	61,1
Mário Campos	7.051	4.336	1.514	809	34,9	53,4
Mateus Leme	17.042	10.572	1.500	546	14,2	36,4
Matozinhos	21.285	13.724	2.271	821	16,5	36,1
Nova Lima	47.681	31.057	8.193	6.766	26,4	82,6
Nova União	3.850	2.330	330	235	14,2	71,1
Pedro Leopoldo	38.915	23.971	3.515	1.753	14,7	49,9
Raposos	10.228	5.975	2.663	1.768	44,6	66,4
Ribeirão das Neves	167.849	107.324	57.210	48.980	53,3	85,6
Rio Acima	5.381	3.210	747	450	23,3	60,3
Rio Manso	3.421	2.121	130	45	6,1	34,9
Sabará	81.328	51.993	25.063	22.674	48,2	90,5
Santa Luzia	128.387	81.497	38.499	34.287	47,2	89,1
São Joaquim de Bicas	12.245	7.262	1.456	416	20,0	28,6
São José da Lapa	10.394	6.645	2.393	1.481	36,0	61,9
Sarzedo	11.815	7.281	2.754	1.664	37,8	60,4
Taquaraçu de Minas	2.511	1.598	78	39	4,9	50,2
Vespasiano	52.476	32.834	14.379	12.306	43,8	85,6
Total	3.181.743	2.089.317	375.748	248.340	18,0	66,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. (Metrodata)

1 – O movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

2 – O cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total Região Metropolitana", exclui os dados do município pólo.

Contagem e Nova Lima registraram porcentagens altas de deslocamentos para o pólo, respectivamente, 80% e 82,6%, mas não estão entre os municípios com as maiores taxas de pessoas que estudam e trabalham em outros municípios, respectivamente, 31,6% e 26,4%. No caso de Nova Lima é provável que a alta concentração de condomínios para a população de alta renda oriunda de Belo Horizonte (Andrade, 2003) explique a forte relação com Belo Horizonte. Já Contagem apresenta outra peculiaridade: entre os municípios com alta integração ao pólo, é o que registra a menor taxa de movimento pendular, o que pode ser explicado pelo fato de ser também, assim como Betim, um importante centro econômico. Como era de se esperar, Belo Horizonte é o município com a menor taxa de deslocamento: apenas 4,3% de sua população trabalha ou estuda em outro município.

2.5.2. Transporte Coletivo Intrametropolitano

A gestão Metropolitana do transporte público da RMBH inicia-se no final da década de 70 com a criação, em 1978, da empresa pública Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Metrobel), com participação da União, do Estado e dos 14 municípios que, à época, compunham a RMBH. Uma das principais ações da Metrobel foi a implantação, em 1982, da Câmara de Compensação Tarifária que controlava as receitas das empresas superavitárias e deficitárias, permitindo que as linhas de menor percurso subsidiassem as linhas periféricas.

Em 1987, durante o governo de Newton Cardoso, e antecipando a municipalização dos transportes públicos pela Constituição de 1988, a Metrobel foi extinta e, em seu lugar, criou-se a autarquia Transportes Metropolitanos, Transmetro, sem o caráter metropolitano da Metrobel (MACHADO, 2002) e com vida ainda mais curta que sua antecessora, sendo extinta em 1994. Ainda durante o período de vigência da Transmetro foi criada, em 1991, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, BHTRANS, com objetivos e finalidades que colidiam diretamente com a Transmetro. Prova disso foi que, só a partir de 1993, a BHTRANS assumiu, de forma plena, a gestão dos transportes públicos em Belo Horizonte.

Na década de 1990, seguindo a experiência de Belo Horizonte e atendendo à Constituição de 1988, que municipalizou a gestão dos transportes públicos, os dois maiores municípios da RMBH, Betim e Contagem, também criaram suas empresas municipais de gestão do transporte público, a Transbetim, de 1991, e a Transcom, de 1997.

O sistema de transporte público da RMBH é, atualmente, gerenciado por órgãos federais, estaduais e municipais, que constituem vários subsistemas. O Trem Metropolitano (ou metrô de superfície) é gerenciado pela Companhia Brasileira de Transportes Urbanos, CBTU. O transporte entre os municípios e intraMunicípios daqueles que não municipalizaram seus transportes está sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, DER-MG, e o transporte municipal de sete municípios é gerido pelo poder público municipal (BNDS, 2002).

Em Belo Horizonte, a BHTRANS é responsável pelo transporte por ônibus, pelo serviço de táxis, pelo transporte escolar e pelo Serviço de Transporte Suplementar por microônibus. Este último, criado após a proibição do transporte clandestino¹², procura atender, prioritariamente, à população de vilas e favelas fazendo a ligação bairro a bairro, sem passar pelo centro, ao contrário do que ocorre com a quase totalidade das linhas de ônibus.

Apesar dos esforços da BHTRANS em implantar projetos como o Plano de Circulação da Área Central, Pace, com o objetivo de melhorar a circulação de veículos e pedestres na congestionada área central da cidade, é o BHBUS, que busca integrar física e operacionalmente as linhas de ônibus e trem, além de outras ações mais pontuais. O transporte público da RMBH e, em especial, do seu município pólo, para onde se desloca diariamente grande número de pessoas dos outros municípios, sofre, por um lado, com o aumento do transporte privado e, por outro, com a queda no número de seus usuários.

A queda do número de usuários é verificada em todas as grandes cidades brasileiras desde 1995, revelando uma incapacidade da população mais pobre em arcar com os custos do transporte coletivo. Em Belo Horizonte, o número de passageiros pagantes em 1995 era de 556.458.360 e em 2001 passou para 417.722.897; em 2002 registrou-se uma ligeira recuperação. (SETRA-BH, 2003, apud, BH Século XXI, p. 40). O crescente número de veículos privados congestionam ainda mais o trânsito, aumentando o tempo de deslocamento do transporte público. Soma-se a isso a incapacidade do metrô em atender à população mais necessitada de transportes. Com uma extensão de 28,1 km, o sistema de Trem Metropolitano, liga os municípios de Belo Horizonte e Contagem, mas atinge apenas 4% de todos aqueles que se deslocam por transportes coletivos, devido a três fatores

12 Apesar de controlado em Belo Horizonte, o transporte clandestino mantém-se presente em outros municípios da RMBH.

principais: sua linha corre paralela a outras linhas de tráfego por ônibus; parte de seu trajeto se dá em áreas de baixa densidade populacional e não atravessa o centro, apenas o tangencia (BH Século XXI, p. 37).

Em 2000 foi constituída a empresa pública Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A, com participação do Governo do Estado e das prefeituras municipais de Belo Horizonte e Contagem. Em fase de implantação encontra-se o Plano Metropolitano de Transporte, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Constituindo iniciativas ainda em fase de implantação, a situação do transporte público na RMBH continua sendo marcada pela desarticulação dos vários sistemas. E entre o principal meio de transporte coletivo, o ônibus, verifica-se a concorrência entre as próprias linhas, seja em Belo Horizonte ou RMBH, tudo isso contribuindo para a irracionalidade do sistema, o acúmulo de déficits operacionais e a queda na qualidade.

2.6. Incidência de Homicídios

De acordo com as estatísticas, verifica-se uma concentração da criminalidade nas regiões metropolitanas. Para uma comparação entre as Regiões Metropolitanas, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é o indicador mais adequado, uma vez que introduz um padrão comum a regiões com contingentes populacionais tão diferenciados. Entre 1998 e 2002, a taxa média de vítimas de homicídios por 100 mil habitantes nas regiões metropolitanas foi de 46,7, já a média nacional para o mesmo período foi de 28,6 vítimas por 100 mil habitantes¹³, ou seja, a incidência de homicídios nas regiões metropolitanas é quase o dobro da incidência nacional.

Além dessa concentração, observa-se também um crescimento dos homicídios. Em 1980, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes nas regiões metropolitanas era de 19,0 e, em 2002, passou para 46,0. Mas, em razão da heterogeneidade do universo das 26 regiões metropolitanas brasileiras, nota-se também uma variação bastante significativa entre elas no que diz respeito ao comportamento da criminalidade. As RMs de São Paulo e Rio de Janeiro concentraram 60% de todos os homicídios do período 1998 a 2002. Segundo esse mesmo indicador, o que se pode verificar no ano 2002 em uma das pontas do conjunto das RMs são taxas de homicídios superiores a 50 por 100 mil habitantes e superiores também

13 Disponível em http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/homicidios/estat_homicidios1.htm.

à média das regiões metropolitanas brasileiras (46). São os casos das RMs de Vitória (80,4), Recife (69,4), Rio de Janeiro (60,2), São Paulo (58,1), Baixada Santista (57,2) e Maceió (50,1). Na outra ponta, estão as RMs com taxas de até cinco homicídios por 100 mil habitantes, como as RMs do Vale do Itajaí (4,3) e Tubarão (5,0). Entre as RMs cujo pólo são capitais de Estado, o que não é o caso das duas anteriormente citadas, São Luiz e Florianópolis apresentam taxas inferiores a 20 homicídios por 100 mil habitantes: 17,8 e 18,2 respectivamente (SENASP, 2005). O Quadro 9 mostra a distribuição da taxa de homicídios por 100 mil habitantes, por grupos de metrópoles, para o ano de 2002.

QUADRO 9 – Distribuição da Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes nas Regiões Metropolitanas – 2002

Taxa de homicídio por 100 mil hab. 2002	Região Metropolitana	Frequência
Mais de 50 homicídios	Recife, Maceió, Vitória, Rio de Janeiro, Baixada Santista e São Paulo.	6
Entre 49 e 40	Campinas.	1
Entre 39 e 30	Salvador, Belo Horizonte, Londrina, Goiânia e RIDE.	5
Entre 29 e 20	Belém, Fortaleza, Natal, Curitiba, Foz do Rio Itajaí e Porto Alegre.	6
Entre 19 e 10	São Luiz, Vale do Aço, Maringá e Florianópolis.	4
Abaixo de 10	Carbonífera, Norte/Nordeste Catarinense Tubarão e Vale do Itajaí.	4
Total		26

Fonte: SENASP

Como revela essa mesma fonte (SENASP), mas agora considerando também os números absolutos de homicídios, a RMBH registrou, em 2002, 1.717 homicídios, ficando em 4º lugar em relação a todas as outras regiões metropolitanas, atrás de São Paulo (10.682), Rio de Janeiro (6.596) e Recife (2.376). Esses números aproximam a RMBH das RMs de Salvador (1.204) e Porto Alegre (1.109). Já em relação aos homicídios por 100 mil habitantes, a RMBH ocupava o 8º lugar, com a taxa de 38,4 em 2002; atrás, portanto, de Vitória, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Baixada Santista, Maceió e Campinas.

Luis Mir, com base nos dados absolutos do DATASUS, analisou a evolução do homicídio nas dez RMs brasileiras mais violentas: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba, Salvador e Belém. Quando se avalia o aumento dos homicídios no período de 1993 a 2002, a RMBH apresenta, nesse conjunto, a maior variação: 277,2%. Rio de Janeiro e São Paulo registraram, para o mesmo período, aumentos de 62,4% e 43,1%, respectivamente. O que se observa na RMBH é

um crescimento tardio da violência urbana, já verificado, em décadas anteriores, nas RMs de São Paulo e Rio de Janeiro.¹⁴ (MIR, 2004, pp. 891-892).

Esse crescimento é ainda mais acentuado na faixa etária entre 15 e 24 anos. A RMBH, mais uma vez, apresenta a maior variação: 369,5%. Rio de Janeiro e São Paulo registraram taxas de crescimento de 87,6% e 52,5%, na mesma faixa etária (MIR, 2004, p. 891). Se a criminalidade violenta, aqui analisada a partir dos dados de homicídios, apresenta um padrão diferenciado entre as 26 regiões metropolitanas, o mesmo se verifica internamente à RMBH.

A Tabela 20 mostra a distribuição percentual dos homicídios por sexo e faixa etária na RMBH. Percebe-se que as vítimas de crimes são prioritariamente do sexo masculino. A faixa etária com maior incidência de vítimas de homicídios é a de 15 a 24 anos, seguida pela faixa seguinte, entre 25 e 34 anos.

TABELA 20 – Distribuição Percentual do Total de Vítimas de Homicídios¹ Registradas pelo Ministério da Saúde, em 2002, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo Sexo e Faixa Etária da Vítima

Faixa etária da vítima	Número de vítimas de homicídios				População em 2002		Taxa de vítimas de homicídios registrados por 100.000 habitantes	
	Masculino	Percentual	Feminino	Percentual	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Menor de 14 anos	22	1,4%	11	9,5%	621.070	606.356	3,5	1,8
Entre 15 e 24 anos	718	44,8%	37	31,9%	461.410	472.907	155,6	7,8
Entre 25 e 34 anos	492	30,7%	30	25,9%	377.380	398.043	130,4	7,5
Acima de 35 anos	369	23,0%	38	32,8%	732.695	863.757	50,4	4,4
Total	1.601	100,0%	116	100,0%	2.192.555	2.341.063	73,0	5,0

Nota: Número de vítimas com idade ignorada: 410. Número de vítimas com sexo ignorado: 2.

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

Organização dos dados: Ministério da Justiça – MJ / Secretaria de Segurança - SENASPA / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Análise da Informação.

1 – Valores Absolutos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) – 1995 a 2002.

2 – Foram consideradas as Regiões Metropolitanas divulgadas pelo Censo 2000 do IBGE e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

14 As RMs de Curitiba e Porto Alegre também registraram aumentos significativos de óbitos por homicídios, respectivamente, 128,6 e 104,9, mas bem inferiores ao verificado na RMBH.

Se a criminalidade violenta, aqui analisada a partir dos dados de homicídios, apresenta um padrão diferenciado entre as 26 regiões metropolitanas, o mesmo se verifica internamente à RMBH.

Analisando as ocorrências de homicídios nos 34 municípios que compõem a RMBH, observa-se que sete municípios – Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Betim, Ibirité e Vespasiano – apresentam as maiores taxas ao longo do período (1998-2002), o que corresponde a 91,33% dos homicídios da RMBH. Em todos eles, observa-se também um aumento nas ocorrências ao longo desse período, sendo que, em Betim, observa-se o menor crescimento. Aqui também se observa uma relação entre criminalidade e integração Metropolitana. Além do município pólo, Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Ibirité e Vespasiano têm muito alta integração e Betim alta integração (Tabela 21).

Esses sete municípios têm em comum o fato de estarem muito integrados à dinâmica Metropolitana, de serem muito urbanizados e de contarem com taxas altas de crescimento populacional, com exceção de Belo Horizonte e Contagem, o que denota significativo movimento migratório. Ou seja, são municípios que sofreram mudanças profundas na composição de sua população e em sua estrutura urbana, resultante da migração.

Não foi possível encontrar relações muito evidentes entre pobreza e criminalidade violenta; apesar de três dos sete municípios mais violentos (Ibirité, Ribeirão das Neves e Vespasiano) apresentarem taxas de pobreza acima de 30%, eles não são, no universo dos municípios da RMBH, os mais pobres. No entanto, em se tratando de municípios muito populosos, concentram também muitas desigualdades internas.

TABELA 21 – Distribuição da Taxa de Vítimas de Homicídios¹ Registradas pelo Ministério da Saúde por 100.000 Habitantes nos Municípios da Região Metropolitana² de Belo Horizonte no período de 1998 a 2002

Grau de Integração	Localidades	Taxa de vítimas de homicídios					Média das taxas anuais de homicídios por 100.000 habitantes no período de 1998 a 2002	Evolução das taxas de vítimas de homicídios por 100.000 habitantes no período de 1998 a 2002
		1998	1999	2000	2001	2002		
Pólo	Brasil	29,0	28,8	29,1	29,7	30,6	29,5	5,6%
	Estado	12,0	10,4	12,5	13,6	16,7	13,0	39,40%
	Região Metropolitana	23,4	22,1	29,4	31,5	37,9	28,9	61,50%
	Belo Horizonte	24,0	23,1	28,9	30,3	34,1	28,1	42,50%
Muito alta	Contagem	23,4	22,7	36,6	44,5	55,2	36,5	135,30%
	Ibirité	33,4	35,7	41,3	59,4	51,2	44,2	53,40%
	Ribeirão das Neves	25,3	28,4	38,9	39,0	64,8	39,3	156,30%
	Vespasiano	29,7	30,6	35,3	51,3	64,3	42,2	116,80%
	Santa Luzia	28,5	17,6	31,9	37,3	51,3	33,3	80,00%
		140,3	135,0	184,0	231,5	286,8		
Alta	Sarzedo	0,0	6,7	28,9	10,9	31,6	15,6	–
	São José da Lapa	23,3	30,3	6,7	0,0	0,0	12,1	–
	Betim	30,1	29,8	44,3	31,6	32,8	33,7	8,90%
	Esmeraldas	8,4	13,7	19,1	16,0	52,0	21,9	518,30%
	Mário Campos	36,8	35,0	19,0	9,0	17,4	23,4	–
	Sabará	14,2	1,9	7,8	11,0	21,5	11,3	51,50%
	112,8	117,4	125,8	78,5	155,3			
Média	Caeté	14,0	13,9	13,8	21,8	2,7	13,3	-80,70%
	Capim Branco	13,5	13,2	0,0	0,0	0,0	0,0	–
	Confins	0,0	0,0	0,0	0,0	38,9	7,8	–
	Igarapé	26,6	20,8	16,1	19,3	22,4	21,1	-15,60%
	Juatuba	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0	1,2	–
	Matozinhos	21,4	3,5	13,3	22,6	31,3	18,4	46,60%
	Nova Lima	8,4	3,3	0,0	3,0	6,3	4,2	-24,10%
	Pedro Leopoldo	8,0	9,8	14,8	7,2	10,6	10,1	31,90%
	Raposos	6,7	0,0	7,0	7,0	7,0	5,5	–
	Lagoa Santa	9,3	9,1	7,9	7,6	16,8	10,1	81,10%
	36,2	35,4	33,1	31,6	30,7	33,4	–	
	144,1	109,0	112,1	120,1	166,7			
Baixa	Rio Acima	0,0	12,4	13,1	0,0	12,8	7,7	–
	Mateus Leme	4,6	9,0	0,0	0,0	43,0	11,3	835,70%
	Itatiaiuçu	0,0	0,0	0,0	34,7	22,8	11,5	–
	Itaguara	0,0	0,0	8,8	0,0	0,0	1,8	–
	Brumadinho	11,7	7,7	7,5	18,2	7,1	10,4	-39,40%
	16,3	29,1	29,4	52,9	85,7			
Muito baixa	Baldim	0,0	0,0	0,0	0,0	12,3	2,5	–
	Florestal	18,3	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7	–
	Jaboticatubas	24,3	24,4	7,4	14,7	0,0	14,2	–
	Nova União	114,4	37,8	18,4	54,6	9,0	46,8	–
	Rio Manso	0,0	0,0	0,0	21,5	21,3	8,6	–
	Taquaraçu de Minas	59,6	0,0	0,0	0,0	0,0	11,9	–

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Fundação Nacional de Saúde – FUNASA
 Organização dos dados: Ministério da Justiça – MJ / Secretaria de Segurança – SENASP/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Análise da Informação.

1 – Valores absolutos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) – 1995 a 2002.

2 – Foram consideradas as Regiões Metropolitanas divulgadas pelo Censo 2000 do IBGE e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.



Capítulo 3

Mônica Abranches
Marinella de Araújo

3. Condições Institucionais de Cooperação entre os Municípios

3.1. Quadro Institucional de Gestão

No que se refere ao arcabouço jurídico da RMBH, pode-se dizer que sua estrutura organizacional sempre esteve regulada pela legislação em vigor, especialmente no que diz respeito ao suporte técnico das ações de planejamento regional¹⁵. Todavia, não é possível afirmar que essa legislação tenha sido concretizada de maneira a atender a seu fim, qual seja, viabilizar a integração político-jurídica Metropolitana, garantindo o desenvolvimento sustentável da Região. Isso se justifica, sobretudo, em face da:

(i) Baixa legitimidade política dos órgãos metropolitanos que não representam os interesses do povo da RMBH, ou seja, os municípios integrantes da RMBH e o Estado de Minas Gerais. Isso se explica, por exemplo, em decorrência da ausência das condições necessárias para a manifestação dos interesses públicos e privados sustentados pelos sujeitos constitucionais, habitantes da RMBH, que atuam nesses órgãos ou participam de suas ações. Nesse sentido, nas palavras de Habermas, faltaria às decisões produzidas por esses órgãos as “*situações ideais de fala*” aptas a propiciar ao Poder Público, iniciativa privada e sociedade civil igualdade mínima de produção dos argumentos racionais que sustentariam os interesses de cada um desses segmentos.

15 O suporte técnico dos órgãos deliberativos da RMBH esteve a cargo de órgãos públicos como o Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte, o PLAMBEL, a Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Metrobel e a Fundação João Pinheiro, FJP. Ver cronologia da RMBH em anexo.

(ii) Outra justificativa é a baixa capacidade administrativa de muitos desses municípios, que, em geral, não apresentam os recursos financeiros necessários à realização do planejamento e gestão administrativa em âmbito local, municipal ou metropolitano.

(iii) Por último, pode-se apontar a ausência de articulação entre os municípios da RMBH, cujos limites territoriais foram alterados sucessivamente ao longo dos últimos anos por várias reformulações na legislação em vigor.

Após 1989, a gestão política na RMBH esteve a cargo da Assembléia Metropolitana (AMBEL), composta pelos prefeitos dos municípios que a integram, por vereadores desses municípios, escolhidos em quantidade proporcional ao seu número de habitantes, um representante da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e um representante do Governo do Estado de Minas Gerais, todos indicados pelos órgãos de origem (art. 45, §§ 1º e 2º da Constituição do Estado de Minas Gerais e Lei Complementar n. 26, de 14 de janeiro de 1993). Entretanto, a AMBEL sempre foi controlada pelo Governo do Estado e pelos municípios mais populosos da RMBH.

A aprovação da Emenda Constitucional n. 65, de 25 de novembro de 2004, resultado de Seminário Legislativo¹⁶ realizado em 2003, reformulou, recentemente, a estrutura organizacional da RMBH. De acordo com o novo dispositivo legal (art. 46), além da Assembléia Metropolitana – AMBEL, a RMBH passa a ser gerida pela Agência de Desenvolvimento Metropolitano com caráter técnico e executivo, e um Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e com recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, que existe desde 1989, apesar de inoperante.

Em termos gerais, as alterações foram as seguintes: (i) a Assembléia Metropolitana passa a ter representação paritária entre Estado e municípios (art. 46, § 2º); (ii) cria-se o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano com representação da sociedade civil (art. 46, § 3º); (iii) o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano passa a vincular-se ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (art. 47). Caberá, contudo, a remissão à legislação infraconstitucional da garantia (i) da paridade da representação da sociedade civil no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e (ii) da dotação

16 Os seminários legislativos representam um dos canais de participação popular na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Destinam-se a viabilizar a produção de leis a partir de discussão com a sociedade civil de temas de interesse público.

orçamentária necessária à implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado contribuem para a redução da efetividade do direito à participação e da conseqüentemente gestão institucional Metropolitana.

A existência de consórcios intermunicipais na RMBH não é significativa, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE, na pesquisa “Perfil dos municípios Brasileiros”, 2001. A prevalência quase absoluta ocorre na área de saúde, conforme demonstra a Tabela 22. Destaca-se a existência em 20,5% dos municípios da RMBH de consórcios visando a coleta, tratamento ou disposição de lixo.

TABELA 22 – Número de Consórcios segundo o Grau de Integração

Grau de Integração	Nº de Municípios com Consórcios	Nº de Consórcios de Saúde
Muito Baixo (6 Municípios)	03	03
Baixo (5 Municípios)	03	02
Médio (11 Municípios)	09	05
Alta (6 Municípios)	02	02
Muito Alta (5 Municípios)	03	02
Pólo	01	0
TOTAL	21	14

Fonte: IBGE, 2001

Em 2002, os resultados da pesquisa Perfil dos municípios Brasileiros sofrem ligeira alteração principalmente face ao aumento do universo de ações de integração investigadas. Entre as que se destacam, encontram-se os consórcios de saúde e de meio ambiente que figuram respectivamente, em 52,9% e 50% dos municípios integrantes da RMBH. Enquanto os consórcios firmados em matéria de habitação, transporte, criança e adolescente inexistem, os consórcios nas áreas de educação, assistência social, desenvolvimento urbano, econômico, trabalho e emprego representam apenas 2,9%.

Essa realidade não é substancialmente alterada, no que se refere às ações integradas com outros municípios. Saúde e meio ambiente, à frente, representam, respectivamente: 52,9% e 50% dos municípios, seguidos por turismo, cultura, assistência social, educação e trabalho, que apresentam percentuais entre 20% e 27%. Por outro lado, considerando a natureza de funções das cidades, merece destaque a inexistência de ações integradas intermunicipais nas áreas de habitação e transporte.

Em termos das relações institucionais no âmbito do próprio município, o quadro geral melhora quando se trata de convênios de integração com entidades públicas: 67,6% dos municípios realizam convênios na área de educação, 64,7% nas áreas de saúde e meio ambiente, 55,9% na área de assistência social e 44,1% na área de emprego e trabalho. No entanto, as ações em parceria com a iniciativa privada aparecem de forma tímida, com destaque para o meio-ambiente com 35,3%, seguidas por saúde e educação presentes em 29,4%, e assistência social em 23,5%. Por outro lado, observa-se inexpressiva melhora nas áreas de habitação e transporte, que passam a abranger respectivamente 2,9% e 5,9% dos municípios da RMBH. Apresentam significativas melhoras as áreas de criança e adolescente, com 23,5%, e de emprego e trabalho com 17,6%, refletindo preocupação das empresas privadas com sua responsabilidade social (Tabela 23).

TABELA 23 – Número de Consórcios e Demais Ações Integradas segundo o Grau de Integração

Grau de Integração	Nº de Consórcios Existentes	Nº Demais Ações Integradas
Muito Baixo (6 Municípios)	06	47
Baixo (5 Municípios)	08	36
Médio (11 Municípios)	17	127
Alta (6 Municípios)	03	54
Muito Alta (5 Municípios)	07	128
Pólo	01	18
TOTAL	42	410

Fonte: IBGE, 2002

Em geral, não se observa correlação direta entre o grau de integração do município e a presença de ações de cooperação entre Poder Público, ou entre este e a iniciativa privada. Nesse sentido, apesar de ser maior o número de ações interinstitucionais integradas em municípios com grau integração muito alto (45%), os municípios com grau de integração médio (21,5%) articulam-se melhor que municípios com grau de integração alto (18,8%)¹⁷.

3.2. Representação em Conselhos Setoriais

Do ponto de vista institucional, as Regiões Metropolitanas no Brasil enfrentam sérios impasses referentes aos seus mecanismos de gestão, dificultando o processa-

17 Análise realizada tomando-se como referência os dados produzidos em 2002 pelo IBGE, Perfil dos municípios Brasileiros.

mento dos inúmeros problemas comuns aos seus municípios que exigiriam uma ação compartilhada.

Durante o processo constituinte brasileiro e, posteriormente, por ocasião da elaboração das constituições estaduais, a questão Metropolitana foi ofuscada pela necessidade do resgate do papel dos municípios depreciado durante o período militar¹⁸.

A gestão urbano-Metropolitana no Brasil passou por mudanças estruturais na última década. Nesse período, assistiu-se ao colapso do padrão prevalecente anterior e à emergência de novas formas de gestão. A parte mais visível dessas transformações é que o centralismo burocrático cedeu lugar a experiências descentralizantes e participativas. Entretanto, as transformações são, ainda, mais profundas, pois envolvem não só o colapso do planejamento enquanto atividade governamental (MATUS, 1993), mas também a fragmentação da ação pública e sua circunscrição ao espaço local, que pode ser denominada de neolocalismo (Melo,1993).

Nesse sentido, torna-se de grande centralidade explorar questões relativas aos padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e a arranjos institucionais que coordenam e regulam essas relações. Trata-se, pois, “não apenas dos mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses (...), como também de redes sociais informais (...), hierarquias e associações de diversos tipos” (SANTOS, 2000). Ao consagrar a participação popular na gestão da coisa pública, a Constituição Federal de 1988 priorizou a última modalidade, princípio que foi reiterado pela Constituição de Minas Gerais de 1989 e por diversas Leis Orgânicas municipais, que prevêm a criação de Conselhos temáticos estaduais e municipais, relacionados a questões relevantes para os cidadãos, tais como educação, saúde, habitação, assistência social, entre outros.

É a partir da Constituinte que a descentralização apresenta-se como palavra de ordem no setor político e administrativo, demarcando uma nova ordem política na sociedade brasileira.

Instalou-se, nessa conjuntura, a municipalização. Assim, a grande questão era a celebração de um novo pacto federativo, institucionalizando-se mecanismos de descen-

18 A crítica ao arcabouço institucional vigente até então para as Regiões Metropolitanas – considerado centralizador e extremamente padronizado e, portanto, sem espaço para a afirmação dos governos locais e as idiossincrasias regionais – terminou por levar os legisladores a subestimarem o papel da instância estadual no enfrentamento dos problemas metropolitanos (Mares Guia, 1993).

tralização e democratização da gestão, e de aumento da autonomia financeira dos Estados e dos municípios.

Um dos canais de participação legalmente constituído para o exercício da gestão democrática tem sido os Conselhos de Políticas Setoriais Paritários, que permitem a participação com a possibilidade interventiva, com inserção dos grupos organizados da sociedade nas instâncias de decisão. A experiência de conselhos participativos confronta-se com as experiências de participação através da simples presença dos usuários dos serviços públicos em reuniões e eventos agendados por órgãos governamentais.

A responsabilidade deliberativa, aliada a situações normativas e controladoras, impõe aos conselhos um significativo papel na construção do exercício da democracia participativa. Nesse sentido, o conselho caracteriza-se como um espaço político-administrativo em que poderá emergir as representações dos diferentes interesses envolvidos, além de significar uma possibilidade de ascensão e de poder das classes populares excluídas dos processo de decisão.

Partindo desses pressupostos, pode-se afirmar que espaços de convivência e de participação tais como os conselhos, que permitem o cruzamento de informações e trocas de experiências, podem se constituir em novos espaços públicos.

Essas iniciativas têm se consubstanciado em novos mecanismos institucionais de participação, implantados nos três níveis da Federação desde o início da década de 90. As experiências brasileiras de participação ampliada – ainda que minoritárias frente às iniciativas de participação restrita – têm crescido significativamente na última década.

Portanto, avaliar a situação de existência, composição e funcionamento dos conselhos em cada município da RMBH significa avaliar o poder e organização da gestão local e o nível de inserção da comunidade nas decisões de caráter público.

3.3. Situação dos Conselhos da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em consonância com os dispositivos consagrados pelas Constituições Federal (1988) e Estadual (1989); a Lei Orgânica de Belo Horizonte e de outros municípios da RMBH incorporaram o princípio da participação popular e previram a organização dos Conselhos Setoriais. Até 1998, entre cerca de 30 municípios que integravam a Região

Metropolitana de Belo Horizonte, foram detectados 125 Conselhos Setoriais¹⁹, incluindo os já existentes e aqueles em fase de implantação. Ressalte-se que apenas 8% destes foram criados até 1989, tendo sido os demais (92%) implantados nos anos 1990.

Nos dados fornecidos pelo IBGE (2002) identificam-se os conselhos que possuem datas de criação mais antigas, como: Conselho Municipal do Meio Ambiente de Betim (1990), Conselho de Meio Ambiente de Ibitaré e de Esmeralda, ambos de 1990, Conselho Municipal de Contagem (1983), Conselho de Saúde de Ibitaré (1991), Conselho de Assistência Social de Santa Luzia (1994), Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibitaré, de 1990. Percebe-se que todos os municípios pioneiros na criação de conselhos municipais pertencem às categorias de grau de integração alto e muito alto.

Em 2001, segundo dados da Pesquisa “Perfil dos Conselhos Municipais da RMBH”²⁰, dos 34 municípios que, hoje, compõem a Região Metropolitana, foram encontrados 100 conselhos setoriais nos 15 municípios que participaram da amostra da pesquisa. Isso confirma o aumento significativo desses instrumentos no final da década de 1990.

Entre os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, agregados por grau de integração, observa-se uma média de 6 a 8 conselhos por municípios, sendo que, no grau de integração muito baixo a média é de 5 conselhos por município, conforme Tabela 24.

TABELA 24 – Número de Conselhos segundo o Grau de Integração

Grau de Integração	Nº de Conselhos Existentes	Nº de Conselhos Paritários
Muito Baixo (6 Municípios)	29	27
Baixo (5 Municípios)	30	25
Médio (11 Municípios)	69	66
Alta (6 Municípios)	42	36
Muito Alta (5 Municípios)	38	32
Pólo	11	8
TOTAL	219	194

Fonte: IBGE; 2000

19 Esses dados referentes aos Conselhos Setoriais da RMBH são oriundos de pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Urbanos da Universidade Federal de Minas Gerais (CEURB, 1998).

20 Pesquisa “Perfil dos Conselhos Municipais da RMBH” realizada pelo Observatório de Políticas Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte da PUC Minas em 2000.

Em relação à existência de conselhos municipais que compõem o rol daqueles exigidos pela legislação federal (assistência social, criança e adolescente, saúde e educação) detecta-se um padrão nos municípios pertencentes a todas as categorias de integração. Os municípios da categoria muito alta e a cidade pólo possuem os quatro conselhos, já nos outros agrupamentos encontram-se municípios que não possuem um dos quatro conselhos exigidos por lei.

TABELA 25 – Conselhos Exigidos pela Legislação Federal e Grau de Integração

GRAU DE INTEGRAÇÃO	Muito Baixa (6 Municípios)	Baixa (5 Municípios)	Média (11 Municípios)	Alta (6 Municípios)	Muito Alta (5 Municípios)	Pólo
CM de Educação	5	4	10	6	5	1
CM de Assistência Social	5	5	11	6	5	1
CM de Saúde	6	5	11	6	5	1
CM Criança e Adolescente	5	5	10	5	5	1
TOTAL	21	19	42	23	20	4

Fonte: IBGE; 2002

Quanto à existência de conselhos tutelares em funcionamento nos municípios da RMBH, percebe-se que apenas os municípios com grau de integração muito baixo apresentam a condição de várias cidades que não implementaram nenhum conselho tutelar (referência – ano de 2002), apesar de ser uma exigência legal do Estatuto da Criança e do Adolescente, desde 1990. No grau de integração baixo, apenas um município não possui esse instrumento de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Ao contrário, a média de conselhos tutelares nos municípios com grau de integração muito alto é de três conselhos por município, conforme a Tabela 26.

TABELA 26 – Conselhos Tutelares e Grau de Integração

GRAU DE INTEGRAÇÃO	Nº. de Conselhos Tutelares em Funcionamento
Muito Baixo	2
Baixo	4
Médio	27
Alta	9
Muito Alta	18
Pólo	9
Total	69

Fonte: IBGE; 2000

Resultados da pesquisa “Perfil dos Conselhos Municipais da RMBH” (2001) ainda apresentam dados importantes quanto à caracterização sociodemográfica dos conselheiros municipais, bem como sua trajetória política; assim como sobre o funcionamento dos conselhos, suas dificuldades e a influência que a existência desses instrumentos exerce sobre a formulação e o controle das políticas públicas nos municípios.

Quanto à estrutura de funcionamento dos conselhos municipais, verifica-se que a maioria deles foi implantada a partir dos interesses políticos do prefeito e/ou secretário municipal, ou resulta da exigência legal do governo federal ou estadual para a liberação de verbas públicas.

Em 37,5% dos conselhos, as entidades que os compõem participam deles devido à exigência da Lei de Criação do Conselho Municipal. Em 21,9% dos conselhos não se acompanha essa tendência, sendo suas entidades escolhidas pelo prefeito ou secretário municipal. Apenas 17% dos conselhos são constituídos por entidades escolhidas segundo critérios mais democráticos, decidindo-se sua composição em conferências municipais da política setorial ou em fóruns específicos do setor, mediante votação entre várias entidades. Isso significa que não existe um processo consolidado para a constituição e organização dos conselhos, considerando que são poucos os espaços criados para que o poder público e a sociedade escolham em conjunto, a composição dos conselhos municipais.

Em termos de perfil, os conselheiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte são majoritariamente do sexo feminino, brancos, de religião católica, empregados do setor formal e aposentados. A renda média varia entre cinco e oito salários mínimos, e a escolaridade é relativamente alta. Ressalte-se que muitos conselheiros possuem formação acima do segundo grau, sendo considerável o número de pós-graduados. Essa formação pode indicar uma atuação mais qualificada dentro dos conselhos, considerando que esses têm um acesso maior a informações em virtude dos anos de estudo. Por outro lado, a participação majoritária de representantes de estratos médios (renda e instrução mais altas) pode refletir a extrema desigualdade social e uma sub-representação dos interesses populares.

O município de Belo Horizonte possui a maior porcentagem de conselheiros com nível alto de instrução, seguido pelas cidades de Contagem, Nova Lima e Vespasiano. Em relação à renda, predominam representantes das classes médias. Apenas dois municípios (Florestal e Baldim) apresentam a maioria dos conselheiros com nível baixo de renda.

Chamam atenção, também, os altos índices de participação de Conselheiros que, além do vínculo associativo ou filiação a alguma organização social (que já representam nos conselhos), também estão envolvidos com outras associações, sindicatos, partidos políticos e ações políticas, como a participação em trabalhos voluntários, manifestações de protestos ou greves, listas de abaixo-assinados etc. Quase a totalidade de conselheiros (86,7%) alega já ter participado de alguma manifestação política em sua vida comunitária. Isso pode representar a amplitude da inserção dos conselheiros nas questões sociais e políticas dos municípios e o interesse pela participação social.

Em relação à representatividade nos conselhos, destaca-se a maior presença, entre o setor governamental, de representantes das secretarias municipais de educação, ação social e saúde.

Na representação da sociedade civil, destacam-se as associações civis, diversos movimentos sociais, entidades filantrópicas (ex: creches comunitárias), de representantes de usuários das políticas, em que duas categorias estão muito representadas: associações de moradores e comunitárias e associações de representações de segmentos como idosos, portadores de deficiência, mulheres, representantes de pais na educação, crianças, entre outros.

Os sindicatos aparecem com menor representação, mas indicam um movimento de mobilização de várias categorias de trabalhadores em torno da implantação das políticas públicas e em defesa dos seus direitos no nível municipal.

Os movimentos religiosos têm um assento significativo nos conselhos, considerando que, além de representarem vários grupos e pastorais das igrejas, ainda participam por meio de entidades filantrópicas.

Em relação ao equilíbrio de forças entre os setores governamental e não-governamental presentes nos conselhos, 68% dos entrevistados afirmam que há um equilíbrio entre prefeitura, interesses privados e interesses de outros representantes da sociedade organizada. Isso pode significar que os conselhos vêm se configurando como um espaço público capaz de articular diferentes interesses e que circulam diferentes valores e onde se formam opiniões e articulam-se argumentos públicos e privados diversos na busca de formação de consensos.

Portanto, para os conselhos municipais, a determinação que garante uma estrutura descentralizada e participativa nas políticas públicas é aquela que os caracteriza como instâncias paritárias entre o governo e a sociedade civil. Outra característica importante é o poder de decisão do conselho que o define como deliberativo ou simplesmente consultivo.

O conselho deliberativo é aquele que tem o poder sobre os rumos das políticas setoriais executadas pelo poder público, e o instrumento consultivo tem como função emitir pareceres e dar sugestões sobre essas políticas, não possuindo poder de decisão ou de intervenção na gestão da prefeitura.

Diante dessas características foram encontrados, nos dados do IBGE 2002, a representação desses dois tipos de conselhos, distribuída entre os municípios da seguinte forma:

TABELA 27 – Conselhos Deliberativos, Conselhos Consultivos Grau de Integração

GRAU DE INTEGRAÇÃO	Nº. de Conselhos Deliberativos	Nº. de Conselhos Consultivos	Sem informação
Muito Baixo	22	2	5
Baixo	21	2	7
Médio	49	4	16
Alto	29	13	0
Muito Alto	28	10	0
Pólo	7	4	0
TOTAL	156	35	29

Fonte: IBGE; 2002

Predominam os conselhos deliberativos em todos os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com destaque para os municípios do grau de integração alto que possuem uma quantidade significativa de conselhos exclusivamente consultivos e os municípios de grau médio que não informaram o caráter dos conselhos municipais. A média de conselhos deliberativos em todas os agrupamentos de municípios varia entre quatro e cinco conselhos.

A pesquisa “Perfil dos Conselhos Municipais da RMBH” (2001) apontou, ainda, uma terceira via que define os conselhos municipais como mistos. Isso significa que existem

conselhos com dupla função: em alguns casos podem deliberar sobre as discussões em pauta e em outros momentos são apenas agentes de opinião.

Na composição entre a paridade e o caráter funcional dos conselhos, a situação geral dos conselhos da Região Metropolitana é boa, considerando que muitos municípios mantêm o poder de deliberação aliado a boa representatividade em seus conselhos, conforme a Tabela 28.

TABELA 28 – Conselhos e Integração à Dinâmica Metropolitana da RMBH

Conselhos	Muito Baixa (6 Municípios)	Baixa (5 Municípios)	Média (11 Municípios)	Alta (6 Municípios)	Muito Alta (5 Municípios)	Pólo
CM de Educação Paritários e Deliberativos	5	2	8	6	4	1
CM de Assistência Social Paritários e Deliberativos	5	4	8	5	5	1
CM dos Direitos da Criança e do Adolescente Paritários e Deliberativos	2	4	7	4	5	1
CM de saúde Paritários e Deliberativos	5	5	11	4	5	1
CM de transporte Paritários e Deliberativos	0	0	0	0	0	0
CM de Meio Ambiente Paritários e Deliberativos	3	3	7	5	5	1
CM de Turismo Deliberativos **	1	0	0	1	0	1
CM de Cultura Paritários *	2	2	7	2	2	1
CM de Emprego e Trabalho Paritários e Deliberativos	1	0	2	3	3	0
CM de habitação Paritários e Deliberativos	0	0	0	2	2	1
CM de Desenvolvimento Urbano Paritários e Deliberativos	0	0	0	0	0	0
TOTAL	24	20	50	32	31	8

Fonte: IBGE;2000

* para o conselho municipal de cultura não existem dados sobre seu caráter (deliberativo ou consultivo)

** para o conselho municipal de turismo não existem dados sobre seu caráter (deliberativo ou consultivo)

Outro instrumento representativo do grau de autonomia e poder de decisão da gestão local em cada cidade é a implementação de fundos municipais que irão gerir os recursos das políticas públicas existentes. Observa-se que em todos os municípios o número de fundos praticamente se reduz pela metade, considerando a quantidade de conselhos municipais existentes, com exceção dos municípios de grau de integração médio que possuem praticamente todos os fundos correspondentes ao número de conselhos que existem nos municípios. Quando é verificado o número desses fundos municipais que possuem algum tipo de gerenciamento dos conselhos, esse número cai ainda mais, conforme Tabela 29.

TABELA 29 – Fundos Municipais, Conselhos que Administram Fundos Municipais e Grau de Integração dos Municípios

GRAU DE INTEGRAÇÃO	Nº de Fundos Municipais Existentes	Nº de Conselhos que administram Fundo Municipal
Muito Baixo	13	7
Baixo	11	10
Médio	41	24
Alto	20	16
Muito Alto	15	9
Pólo	6	5
TOTAL	106	71

Fonte: IBGE; 2002

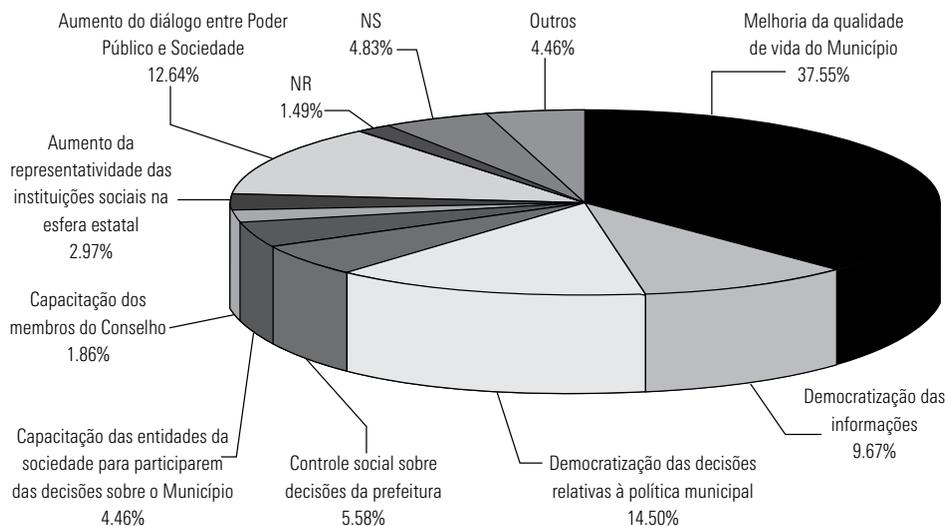
De acordo com os dados da Tabela 29, o grupo de municípios no qual os conselhos possuem o maior gerenciamento sobre os fundos encontra-se na categoria de baixo grau de integração.

Na avaliação de desempenho dos conselhos, o número de deliberações é classificado como instrumento de médio a baixo poder de decisão. Mas os conselhos aparecem como provocadores de um impacto positivo em relação à gestão das secretarias municipais da política setorial às quais estão vinculados.

No referente ao “Poder de Agenda” dentro dos Conselhos, ainda que não completamente monopolizado por nenhum dos atores, na RMBH, quase 30% dos entrevistados afirmaram que o presidente possuía a exclusividade dessa importante função.

A mesma pesquisa também pôde verificar a avaliação dos conselhos sobre sua atuação no município e sobre a discussão de questões que extrapolam o nível do governo local, envolvendo a Região Metropolitana. Os dados levantados revelam que, na opinião dos próprios conselheiros, entre os principais resultados do funcionamento dos conselhos, nos vários municípios da Região Metropolitana, esses apontam para a melhoria da qualidade de vida da população e a promoção da democratização das decisões relativas às políticas municipais. Nas questões ligadas à metropolização poucos conselhos alegam que esses temas fazem parte da composição de sua pauta.

FIGURA 1 – Opinião sobre os Principais Resultados do Funcionamento dos Conselhos



Fonte: OPUR/PUC Minas – Ano:2000

Outro ponto que parece crucial no resultado da pesquisa é a questão da preparação dos conselheiros para participarem dessa experiência incipiente. A falta de capacitação tem sido considerada como geradora de outras dificuldades que prejudicam as decisões dos conselhos pela falta de conhecimento das leis, das diretrizes orçamentárias, das diferenças entre plano e políticas e sobre a função dos conselheiros e conselhos, que muitas vezes estão associados a interesses políticos privados ou particulares.

Os dados da pesquisa apontam que apenas 29% dos conselheiros participam de atividades de capacitação, na sua maioria promovidas pelas prefeituras, secretarias estaduais e pelos próprios conselhos, que tomam a iniciativa de buscar formas de preparar seus próprios conselheiros. A falta de capacitação dos conselheiros aparece em todos os municípios da RMBH. Ações conjuntas entre conselhos também aparecem como uma possibilidade de trocar experiências (seminários e palestras) ou discutir assuntos ligados a dois ou mais conselhos, em reuniões comunitárias.

No referente à avaliação do poder municipal quanto à colaboração com os conselhos (infra-estrutura, disponibilização de informações etc), bem como na discussão do desempenho desses colegiados no tocante ao seu papel de controle, os representantes dos conselhos municipais na RMBH parecem bem otimistas. Chamam atenção também

os altos índices de participação dos Conselheiros em associações e partidos políticos. Também é digna de nota a diferença encontrada intra-Região. Nos municípios mais desenvolvidos – onde vivem as pessoas com maior poder aquisitivo e com maior grau educacional – predomina a participação em entidades mais vinculadas à esfera cívica (sindicatos e partidos), enquanto que, nos municípios periféricos, aparece com mais força o sentimento de pertencer às associações de cunho comunitário.

Deve-se destacar que a ênfase atual na descentralização da política social não pode obscurecer as interdependências dos municípios metropolitanos, que parecem exigir certa continuidade das funções de regulamentação dos governos central e estadual, assim como a garantia de um patamar mínimo de capacidade financeira dos municípios no sistema de redistribuição nacional da receita pública.

Por fim, pode-se reforçar, em relação às categorias de agregação dos municípios – por grau de integração – que não existe relação direta com a situação de existência ou funcionamento dos conselhos municipais. Isso quer dizer que a caracterização de maior ou menor integração com o município pólo não influencia a dinâmica dos conselhos que pode estar muito mais atrelada a questões de repasses de verbas federais e estaduais e ao fundo de participação dos municípios. O que define a implantação e o funcionamento dos conselhos nos municípios pode ser um fator condicionante relacionado à inserção da participação da sociedade civil nas decisões públicas, exigida por diversas leis que regulamentam as políticas públicas, ou influências governamentais.

Conclui-se ainda que, mesmo que se leve em conta os constrangimentos de diversas ordens, as análises realizadas apontam no sentido de considerar os Conselhos Municipais, instalados na RMBH, como um espaço de construção e vivência de novas relações entre o poder público e a sociedade organizada no âmbito da formulação, condução, avaliação e controle social das políticas públicas.

O resultado da pesquisa na Região Metropolitana de Belo Horizonte ainda revela que o processo de implementação dos conselhos municipais tem sido efetivo, na última década, com a participação de vários representantes da sociedade civil organizada, mas a atuação e o funcionamento dos conselhos na sua função de controle social merece ainda uma melhoria qualitativa para os próximos anos.



Considerações Finais

Luciana Teixeira de Andrade

Como se pode ver por este trabalho, a metropolização de Belo Horizonte não é um processo recente, mas remonta à década de 40. As décadas de 50 e 60 consolidam os processos de industrialização, periferação e conurbação. Os anos 70 foram os de maior crescimento populacional dos municípios da RMBH, mas também apontam o início da queda na taxa de crescimento do município pólo, Belo Horizonte. Na economia, a indústria ganha força, mas surgem também modernas atividades de serviços. Acompanhando esse efetivo processo de metropolização, criam-se órgãos de gestão metropolitana como o Plambel e a Metrobel.

Os anos 80 e 90 consolidam o processo, iniciado na década de 70, de crescimento demográfico dos municípios da RMBH, principalmente os mais próximos ao pólo, e este cresce apenas 1%. Trata-se da reprodução do modelo centro-periferia, que marcou a dinâmica de crescimento e de segregação socioespacial da maioria das metrópoles brasileiras. As áreas centrais ocupadas pelas camadas mais ricas e as periferias pela população mais pobre. Na economia, verifica-se, na década de 90, relativa queda no setor industrial e um crescimento do desemprego.

No plano institucional, a década de 90 marca a desestruturação dos órgãos de gestão metropolitana. Mas, por outros processos, essa também foi a década de um verdadeiro inchamento da RMBH, seja pela via da incorporação de novos municípios, seja por desmembramentos dos antigos.

Ao comparar o processo de crescimento da RMBH com o trabalho que orientou a análise dos diversos indicadores sociourbanos – o grau de integração dos municípios à dinâmica metropolitana –, observa-se que dos 13 municípios (excluído o pólo) que

originalmente compunham a RMBH, apenas Rio Acima não evidencia caráter metropolitano, uma vez que sua integração ao pólo é baixa. Todos os outros, com suas respectivas emancipações, apresentam grau de integração ao pólo muito alto, alto ou médio. Entre os municípios que passaram a integrar a RMBH a partir de 1989, excetuando-se os emancipados, destacam-se Esmeraldas, com nível alto de integração e Capim Branco, Igarapé e Matozinhos com nível médio de integração. Todos os outros apresentam nível de integração baixo ou muito baixo, o que leva à constatação de que, dos 34 municípios que compõem oficialmente a RMBH, apenas 22 (64,7%) podem ser considerados como efetivamente metropolitanos pelo critério de integração à dinâmica metropolitana.

Nas análises dos indicadores sociais, as melhores situações estão concentradas nos municípios com maior integração ao pólo, com exceção de algumas áreas situadas no interior desses municípios, em geral áreas faveladas ou bairros populares. É o que se verifica em relação à renda, educação, a domicílios com acesso a bens de uso difundido e abastecimento de água. Em relação à taxa de desocupados e à incidência de homicídios, a situação se inverte: municípios com alta integração apresentam piores condições nesses indicadores. No primeiro caso, os desocupados concentram-se nos municípios dormitórios e os homicídios nos municípios situados na fronteira com Belo Horizonte. Essas diferenças explicitam a dimensão efetivamente metropolitana dos principais problemas enfrentados pela RMBH, em um contexto de ausência de política metropolitana. Outros indicadores que também evidenciam esse mesmo fato são o movimento pendular, de um lado, e a desestruturação do sistema de transporte coletivo, por outro. Este tem se revelado incapaz de responder à dinâmica de uma integração que se realiza cotidianamente para grande parte da população que necessita de transporte público para ter acesso ao trabalho e estudo.

Além da desestruturação da gestão metropolitana, o que as análises aqui reunidas demonstram é uma grande desigualdade interna. municípios como Belo Horizonte, Betim, Contagem e outros, quando tratados como unidades apresentam bons indicadores, mas se analisados internamente (como foi feito aqui por meio da desagregação por AED) revelam territórios com grandes carências e desigualdades internas.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Luciana Teixeira de. “Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH”. In: MENDONÇA, Jupira G. de e GODINHO, Maria Helena de L. *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, novas desigualdades*. Belo Horizonte, PUC Minas, 2003.

AVRITZER, Leonardo. (2000), “Esfera Pública, Teoria Democrática e Participação; Uma Análise da Deliberação nos Conselhos de Políticas”. DCP/FAFICH/UFMG. mimeo.

AZEVEDO, Sergio de & PRATES, Antonio Augusto. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, ANPOCS/ Vértice, 1991.

AZEVEDO, Sérgio de & MARES GUIA, Virgínia Rennó dos. Dilemas da gestão Metropolitana em Belo Horizonte. In MENDONÇA, Jupira Gomes de e GODINHO, Maria Helena de Lacerda. *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas / PRONEX-CNPq / Observatório das Metrôpoles-Núcleo Minas Gerais, 2003. p.207-226.

BNDS, Minas Gerais no século XXI: vol. III, Infra-estrutura: sustentando o desenvolvimento, Capítulo I, Transporte e Logística. Belo Horizonte, Rona Editora, 2002, Disponível em http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/minas21/vol_03_cap01.pdf, acessado em 12/10/2005.

CEDEPLAR, BH Século XXI. Módulo 3, I. *Avaliação do sistema de transporte coletivo de Belo Horizonte- 1932/2003*. Belo Horizonte, 2004.

CEURB, Centro de Estudos Urbanos. *Participação, Cidadania e Governança em Belo Horizonte*. Convênio CEURB(UFMG) / GURI e IUPERJ, Belo Horizonte, 1997.

DESAFIOS METROPOLITANOS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

FIBGE. Censo Demográfico de 2000.

FJP/Plambel. *O desenvolvimento econômico e social da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1974 (Vol. II – Estrutura Econômica. 111 p.).

FRANCO, Augusto. *Ação Local: uma nova opção de participação ético-política*. (IN) *Revista Proposta*: nº. 61, junho/1994.

MACHADO, Gustavo Gomes. *A questão Metropolitana: impasse institucional no Brasil e em Minas Gerais*. Belo Horizonte, FJP, 2002.

MATUS, Carlos. *Política, Planejamento e Governo*. Brasília: IPEA, 1993.

MELO, Marcus André, B. C. “Democracia Neoliberalismo e Mal Estar Social: a geometria política da nova República”. In: *Pobreza e Desigualdade Social*. Agendas de Políticas Públicas, IUPERJ, Rio de Janeiro, Agosto 1993.

MELO, Marcus André. Ingovernabilidade: Desagregando o Argumento. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Governabilidade e Pobreza*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

MIR, Luis. *Guerra civil: Estado e Trauma*. São Paulo, Geração Editorial, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Urbanização e industrialização em Minas Gerais: considerações sobre o processo recente. Seminário repensando o Brasil Pós-60: As mudanças na dinâmica urbano-regional e suas perspectivas. São Paulo, 1984 (mimeo).

MÜLLER, Friedrich. *Quem é Povo? A questão fundamental da democracia*. 3ª. edição. São Paulo: Max Limonad, 2003.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da Atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Convênio Ministério das Cidades / Observatório das Metrópoles / Fase / Iparde, Brasília, 2004.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS URBANAS E GESTÃO MUNICIPAL, IPPUR/UFRJ – FASE. Necessidades Habitacionais, 2003.

OPUR, Observatório de Políticas Públicas da RMBH. - PUCMINAS “O Perfil dos Conselhos e Conselheiros Municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. Pesquisa vinculada ao Projeto PRONEX: “Metrópole, Desigualdade Socioespaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”, (Coordenado pelo IPPUR /UFRJ), Belo Horizonte, 2001.

PLAMBEL. *O mercado de terras na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Plambel – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 212p.

REIS, Fábio W., “Consolidação Democrática e Construção do Estrado: notas introdutórias e uma tese”. In: REIS, Fábio W. e O’DONNELL, G. (Orgs.). *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice, 1988.

RIGOTTI, José Irineu e RODRIGUES, Roberto do Nascimento. Distribuição espacial da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Encontro de Estudos Populacionais, 9, 1994, Caxambu. Anais, v.1, p. 435-456.

ROCHA, Vicente Eustáquio e PENNA, Ana Adélia A. L. *Alguns fatores determinantes do custo da terra urbana: o caso de Belo Horizonte*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima.

SANTOS JUNIOR, Orlando. *Democracia e Governo Local: dilemas da reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, 2001. (Tese, Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)

SANTOS, Mauro Rego Monteiro. *Conselhos Municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, 2000. (Dissertação, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).



Anexos

Anexo 1 – Cronologia da RMBH

- 1967** – A Constituição Federal de 1967 em seu art. 157 §10, atribui à União, mediante lei complementar, competência para estabelecer regiões metropolitanas constituídas por municípios em todo o país.
- 1971** – Criação de um grupo de estudos na FJP para tratar da caracterização e definição da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- 1971** – Realizada a primeira pesquisa de Origem e Destino pelo PLAMBEL.
- 1972** – O poder executivo é autorizado a firmar contrato de financiamento com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU – para os estudos de detalhamento e implantação do Plano Metropolitano de Belo Horizonte.
- 1973** – A Lei Complementar nº. 14, de 8/06/73 estabelece oito regiões metropolitanas no Brasil: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Fortaleza e Belém. Previa dois órgãos colegiados de gestão: o Conselho Deliberativo e o Conselho Consultivo, assessorados tecnicamente por entidade de planejamento a ser criada. A Lei Complementar nº. 20 de 1/07/1974 tratou da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
- municípios da RMBH (14) – Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

- 1974** – A Lei Estadual nº. 6.303/74 regulamentou a Região Metropolitana de Belo Horizonte e criou a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PLAMBEL.
- 1978** – A Lei Estadual 7275 de 28 de junho de 1978 autoriza o Poder Executivo a construir empresa pública denominada Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte – METROBEL.
- 1982** – Realizada a segunda pesquisa de Origem e Destino.
- 1985** – A Lei Delegada n. 18 de 28.8.1985 estabelece que a Região Metropolitana compreenda em sua Administração: o Conselho Deliberativo, o Conselho Consultivo e o PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- 1987** – A Lei Estadual 9527 de 29.12.1987 cria a Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos e a autarquia Transportes Metropolitanos – TRANSMETRO – vinculada à mesma e inclui na administração da RMBH, além do Conselho Deliberativo, o Conselho Consultivo, a Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos e o PLAMBEL, a TRANSMETRO.
- 1988** – A Constituição de 1988 passa aos Estados-membros a competência para instituir, por lei complementar, as regiões metropolitanas.
- 1989** – A Constituição Estadual de MG (art.42) dá ao Estado o poder de instituir, mediante lei complementar, Região Metropolitana e aglomeração urbana de municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social. Institui o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, destinado a promover investimentos e financiamentos de projetos nas regiões metropolitanas (art. 47) e uma Assembléia Metropolitana.
- Mais quatro municípios se incorporaram à RMBH: Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé, Mateus Leme, totalizando 18 municípios.
- 1992** – Realizada a terceira pesquisa de Origem e Destino.
- 1992** – A Lei Estadual 10827 de 29.7.1992 transforma a Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos, criada em 1987, em Secretaria de Estado de Comunicação Social. As competências da Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos foram transferidas para a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. O PLAMBEL ficou vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

- 1993** – Lei Complementar nº. 26 de 14/01/93 fixa a organização geral e as normas relativas ao planejamento e execução de serviços de interesse comum nas Regiões Metropolitanas, assim como a organização e funcionamento da AMBEL, em substituição ao Conselho Deliberativo. Mais dois municípios passaram a integrar, por emancipação, a RMBH: Juatuba (de Mateus Leme) e São José da Lapa (de Vespasiano), totalizando 20 municípios.
- 1994** – A Lei Estadual n. 11474 de 26.5.1994 dispõe sobre a reorganização da Autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PLAMBEL.
- 1995** – Mais quatro municípios são incorporados à RMBH, em decorrência da emancipação de quatro ex-distritos: Sarzedo e Mário Campos (oriundos de Ibirité), São Joaquim de Bicas (de Igarapé) e Confins (de Lagoa Santa). Nesse ano a RMBH totaliza 24 municípios.
- 1996** – A Lei Estadual n. 12153 de 21.5.1996 extingue a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte transferindo suas atribuições para a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Fundação João Pinheiro, e para o Instituto de Geociências Aplicadas, IGA, da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC. A Lei Complementar Estadual n. 43 de 31.5.1996, no seu art.19 dispõe que o assessoramento para o planejamento, a organização, a coordenação das atividades relativas à RMBH serão prestadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e pela Fundação João Pinheiro.
- 1997** – Instituído, pela Lei complementar nº. 49/97, o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. A Lei Complementar Estadual n. 48 de 12.11.1997 altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, incluindo os municípios de Florestal e Rio Manso, totalizando 26 municípios.
- 1998** – A Lei Complementar Estadual n. 51 de 30.12.1998 institui a Região Metropolitana do Vale do Aço composta pelos municípios: Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo.
- 1999** – A Lei Complementar 53 de 01 de dezembro de 1999 incorpora à RMBH os municípios de Baldim, Capim Branco, Itabirito, Itaguara, Matozinhos e Nova União, totalizando 32 municípios.

2000 – A Lei Complementar Estadual n. 56 de 12 de janeiro de 2000 inclui na RMBH os municípios de Jaboticatubas e Taquaraçu de Minas e exclui Itabirito. A RMBH fica então composta por 33 municípios.

2002 – A Lei Complementar 63 de 10 de janeiro de 2002 inclui, na RMBH, o município de Itatiaiuçu, totalizando 34 municípios: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

Realizada a quarta pesquisa de Origem e Destino pela FJP.

2003 – Criada a Secretaria de Estado de desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU). No âmbito dessa secretaria foi instituída a Superintendência de Assuntos Metropolitanos. Publicada a Lei Delegada n.106 de 29.1.2003 dispoendo sobre a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional e de Política Urbana, que possui como uma de suas competências o controle e a avaliação da articulação intergovernamental e de integração regional dos municípios, incluindo a Região Metropolitana. O Decreto n. 43233 de 27.1.2003 dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e de Política Urbana – SEDRU. Realizado pela Assembléia Legislativa o Seminário “Regiões Metropolitanas”, que discutiu seus problemas e aprovou propostas para a reformulação do modelo de gestão da RMBH.

2004 – A Portaria n. 11 de 22/01/2004 estabelece regras e competências para a elaboração do Plano Diretor Metropolitano, que se dará em regime de mútua cooperação entre a Assembléia Metropolitana da RMBH, AMBEL, e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU. Emenda à Constituição n. 65 de 25.11.2004 altera os arts. 42 a 50 da Constituição Estadual, que tratam da Região Metropolitana e estabelecem conceitos e critérios para a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões no Estado, além de modificar o modelo de gestão da Região Metropolitana: a composição e as atribuições da AMBEL são alteradas e é criado o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano.

Anexo 2 – Relação de AED

Classificação das AED da RMBH

COD	CODAED	Município	Nome da AED
1	3106200999001	Belo Horizonte	Alípio de Melo/Ipanema
2	3106200999002	Belo Horizonte	Cruzeiro/Anchieta/Sion
3	3106200999003	Belo Horizonte	Bonfim/Santo André/Aparecida
4	3106200999004	Belo Horizonte	Taquaril/Saudade
5	3106200999005	Belo Horizonte	Barreiro de Baixo/Teixeira Dias
6	3106200999006	Belo Horizonte	Centro/Barro Preto
7	3106200999007	Belo Horizonte	Gutierrez/Grajaú/Prado
8	3106200999008	Belo Horizonte	São Gabriel
9	3106200999009	Belo Horizonte	Betânia/Palmeiras
10	3106200999010	Belo Horizonte	Santa Inês/São Geraldo/Boa Vista
11	3106200999011	Belo Horizonte	Gameleira/Cabana/Vista Alegre
12	3106200999012	Belo Horizonte	Santa Cruz/Cachoeirinha
13	3106200999013	Belo Horizonte	Vila Cafezal
14	3106200999014	Belo Horizonte	Caçara/Monsenhor Messias
15	3106200999015	Belo Horizonte	Alto dos Pinheiros/Santa Maria
16	3106200999016	Belo Horizonte	Gorduras
17	3106200999017	Belo Horizonte	Cardoso
18	3106200999018	Belo Horizonte	Ouro Preto/Paquetá/Castelo
19	3106200999019	Belo Horizonte	Céu Azul
20	3106200999020	Belo Horizonte	Lagoinha/Concórdia
21	3106200999021	Belo Horizonte	Santa Mônica/Leblon
22	3106200999022	Belo Horizonte	Cidade Nova/Ipiranga/Renascença
23	3106200999023	Belo Horizonte	Buritis/Estoril/Mansões
24	3106200999024	Belo Horizonte	Santa Teresa/Horto/Floresta
25	3106200999025	Belo Horizonte	Pindorama/Califórnia/Glória
26	3106200999026	Belo Horizonte	Sagrada Família/Instituto Agrônômico
27	3106200999027	Belo Horizonte	Solimões/Jd Felicidade
28	3106200999028	Belo Horizonte	Jaqueline/Marize
29	3106200999029	Belo Horizonte	Jaraguá/Aeroporto/São Francisco
30	3106200999030	Belo Horizonte	Nova Suíça/Jd. América/Salgado Filho
31	3106200999031	Belo Horizonte	Europa/Minas Caixa
32	3106200999032	Belo Horizonte	Engenho Nogueira/Jd. Montanhês
33	3106200999033	Belo Horizonte	Vale do Jatobá
34	3106200999034	Belo Horizonte	Tirol/Lindéia
35	3106200999035	Belo Horizonte	Mantiqueira/Comerciários
36	3106200999036	Belo Horizonte	Morro das Pedras
37	3106200999037	Belo Horizonte	Barreiro de Cima/Milionários
38	3106200999038	Belo Horizonte	Carlos Prates/Padre Eustáquio

COD	CODAED	Município	Nome da AED
39	3106200999039	Belo Horizonte	São Luiz/Bandeirantes
40	3106200999040	Belo Horizonte	Rio Branco/Letícia
41	3106200999041	Belo Horizonte	Planalto/Clóris
42	3106200999042	Belo Horizonte	Esplanada/Pompéia/Vera Cruz
43	3106200999043	Belo Horizonte	Aarão Reis/1o.Maio/Guarani
44	3106200999044	Belo Horizonte	Cidade Jardim/Luxemburgo
45	3106200999045	Belo Horizonte	João Pinheiro/Dom Cabral/Coração Eucarístico
46	3106200999046	Belo Horizonte	Ribeiro de Abreu/Paulo VI
47	3106200999047	Belo Horizonte	Jardim Atlântico/Itapoã
48	3106200999048	Belo Horizonte	Santa Efigênia/Paraíso
49	3106200999049	Belo Horizonte	Santo Antônio/São Pedro
50	3106200999050	Belo Horizonte	Mangabeiras/São Bento/Papagaio
51	3106200999051	Belo Horizonte	São Bernardo
52	3106200999052	Belo Horizonte	Maria Goretti/São Paulo
53	3106200999053	Belo Horizonte	Sarandi/Serrano
54	3106200999054	Belo Horizonte	Funcionários/Lourdes/Santo Agostinho
55	3106200999055	Belo Horizonte	Serra/São Lucas
56	3106200999056	Belo Horizonte	Serra Verde
57	3106200999057	Belo Horizonte	Tupi/Floramari
58	3106200999058	Belo Horizonte	Venda Nova
59	3118601001001	Contagem	CEASA/Confisco
60	3118601001002	Contagem	Novo Progresso/Colorado
61	3118601001003	Contagem	Contagem-Centro/Conj. Bernardo Monteiro
62	3118601001004	Contagem	Bela Vista/CINCO
63	3118601001005	Contagem	Ressaca
64	3118601001006	Contagem	Colonial/Vista Alegre
65	3118601001007	Contagem	Colonial/São Caetano
66	3118601001008	Contagem	Nacional/Vila São Mateus
67	3118601001009	Contagem	Xangri-lá
68	3118601001010	Contagem	Colonial/Santa Luzia/São Gonçalo
69	3118601001011	Contagem	Tijuca/Confisco
70	3118601001012	Contagem	Alvorada/Três Barras
71	3118601001013	Contagem	Novo Eldorado/Industrial
72	3118601001014	Contagem	Parque São João/Colorado
73	3118601001015	Contagem	Novo Progresso
74	3118601001016	Contagem	Rural-Contagem
75	3118601001017	Contagem	Nova Contagem/Retiro
76	3118601002001	Contagem	Inconfidentes/Rio Comprido
77	3118601002002	Contagem	Riacho Velho
78	3118601002003	Contagem	Riacho Novo/Makro
79	3118601002004	Contagem	Eldorado/JK
80	3118601002005	Contagem	Eldorado

COD	CODAED	Município	Nome da AED
81	3118601002006	Contagem	Jardim Riacho
82	3118601002007	Contagem	Santa Cruz/Glória
83	3118601002008	Contagem	Água Branca/Darcy Vargas
84	3118601002009	Contagem	Amazonas/Inconfidentes/Bairro Industrial
85	3118601002010	Contagem	Pedreira/Industrial 3a. Seção/
86	3118601002011	Contagem	Cidade Industrial
87	3106705001001	Betim	Imbiruçu/Clube Forense
88	3106705001002	Betim	Conj. Hab. Imbiruçu/Favela São Luiz
89	3106705001003	Betim	Universal
90	3106705001004	Betim	Niterói/São João
91	3106705001005	Betim	Jardim Alterosas
92	3106705001006	Betim	Amazonas/Alvorada/Piemont
93	3106705001007	Betim	Favela da FIAT/FMB
94	3106705001008	Betim	Alterosas/Inconfidência/Pilões
95	3106705001009	Betim	Betim-Centro/Filadélfia/Brasiléia/Cachoe
96	3106705001010	Betim	Jardim Petrópolis/São Salvador
97	3106705001011	Betim	Icaivera/Pilões/Bom Retiro/Cedro
98	3106705001012	Betim	REGAP/FIAT/PTB/Petrovale
99	3106705001013	Betim	Citrolândia/Aroeiras/Vianópolis/Marimbá
100	3157807001001	Santa Luzia	Santa Luzia-Centro e periferias
101	3157807001002	Santa Luzia	N.S.Graças/Santa Rita/Capitão Eduardo
102	3157807001003	Santa Luzia	Carreira Comprida/Rural de Santa Luzia
103	3157807002001	Santa Luzia	São Benedito
104	3157807002002	Santa Luzia	Baronesa/Chácara Santa Inês
105	3157807002003	Santa Luzia	Conjunto Palmital
106	3157807002004	Santa Luzia	Duquesa/Três Corações/Palmital
107	3157807002005	Santa Luzia	Conjunto Cristina
108	3154606001001	Ribeirão das Neves	Rural da BR-040/Veneza
109	3154606001002	Ribeirão das Neves	Vale das Acácias/Vale do Ouro/Florença
110	3154606001003	Ribeirão das Neves	Ribeirão das Neves-Centro
111	3154606001004	Ribeirão das Neves	Bom Sucesso/São Geraldo/Sevilha
112	3154606002001	Ribeirão das Neves	Justinópolis
113	3154606002002	Ribeirão das Neves	Maria Helena
114	3154606002003	Ribeirão das Neves	Jardim de Alá/Sânia/Céu Azul
115	3154606002004	Ribeirão das Neves	Conj. Nova Pampulha/Coqueiros
116	3154606002005	Ribeirão das Neves	Menezes/Botafogo
117	3154606002006	Ribeirão das Neves	Pedra Branca/Areias
118	3129806501001	Ibirité	Ibirité-Centro e periferias
119	3129806502001	Ibirité	Durval de Barros
120	3156700501001	Sabará	Sabará-Centro/Ravena e periferias
121	3156700502001	Sabará	General Carneiro
122	3144805001001	Nova Lima	Nova Lima
123	3109006001001	Brumadinho	Brumadinho

COD	CODAED	Município	Nome da AED
124	3165537001001	Sarzedo	Sarzedo
125	3140159001001	Mário Campos	Mário Campos
126	3162922001001	São Joaquim de Bicas	São Joaquim de Bicas
127	3130101001001	Igarapé	Igarapé
128	3136652001001	Juatuba	Juatuba
129	3124104001001	Esmeraldas	Esmeraldas
130	3126000001001	Florestal	Florestal
131	3140704001001	Mateus Leme	Mateus Leme
132	3155306001001	Rio Manso	Rio Manso
133	3132206001001	Itaguara	Itaguara
134	3153905001001	Raposos	Raposos
135	3154804001001	Rio Acima	Rio Acima
136	3110004001001	Caeté	Caeté
137	3136603001001	Nova União	Nova União
138	3168309001001	Taquaraçu de Minas	Taquaraçu de Minas
139	3134608001001	Jaboticatubas	Jaboticatubas
140	3105004001001	Baldim	Baldim
141	3141108001001	Matozinhos	Matozinhos
142	3112505001001	Capim Branco	Capim Branco
143	3149309001001	Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo
144	3117876001001	Confins	Confins
145	3162955001001	São José da Lapa	São José da Lapa
146	3171204001001	Vespasiano	Vespasiano
147	3137601001001	Lagoa Santa	Lagoa Santa
148	3133709001001	Itatiaiuçu	Itatiaiuçu

Fonte: Metrodata

Sobre os Autores – Como Anda Belo Horizonte

André Junqueira Caetano – PhD em Sociology with specialization in Demography, pela University of Texas at Austin, UT, Estados Unidos (2000), Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, Pesquisador no CEDEPLAR/UFMG e Pesquisador do Observatório das Metrópoles, Pesquisador do CNPq.

André Mourthé de Oliveira – Doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, Professor nos cursos de Economia e Relações Internacionais da PUC Minas e Pesquisador do Observatório das Metrópoles.

Circlaine da Cruz Santos Faria – Graduada em Serviço Social pela PUC Minas (2005), Extensionista Pesquisadora do Observatório de Políticas Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (OPPUR/PROEX) da PUC Minas.

José Flávio Morais Castro – Doutor em Geografia (Análise da Informação Espacial) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas e do Curso de Geografia com ênfase em Geoprocessamento da PUC Minas-Unidade Contagem.

Jupira Gomes de Mendonça – Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora na Escola de Arquitetura (Departamento de Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) da UFMG, Pesquisadora do Observatório das Metrópoles, Pesquisadora do CNPq.

Luciana Teixeira de Andrade – Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, Coordenadora Regional do Observatório das Metrópoles, Pesquisadora do CNPq.

Maria Helena de Lacerda Godinho – Mestre em Tratamento da Informação Espacial pela PUC Minas (2002), Professora no Curso de Serviço Social da PUC Minas, Pesquisadora do Observatório de Políticas Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (OPPUR/PROEX) da PUC Minas.

Marinella Machado Araújo – Doutora em Direito Administrativo pela UFMG (2002), Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, Coordenadora do Núcleo Jurídico de Políticas Públicas do PPG-Direito da PUC Minas, Pesquisadora do Observatório da Metrópoles.

Matilde de Souza – Doutora em Sociologia e Política pela UFMG (2003), Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas, Pesquisadora do Observatório das Metrópoles.

Monica Abranches Fernandes – Doutora em Tratamento da Informação Espacial pela PUC Minas (2005), Professora no Curso de Serviço Social, Assessora da PROEX da PUC Minas, pesquisadora do Observatório das Metrópoles.

Naiane Loureiro dos Santos – Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas (2006), Professora na UNIPAC-Betim, Pesquisadora do Observatório de Políticas Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (OPPUR/PROEX) da PUC Minas e do Observatório das Metrópoles.

Rogério Sant'Anna de Souza – Graduado em Geografia pela PUC Minas, Assistente de Pesquisa no Observatório de Políticas Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (OP-PUR/PROEX) da PUC Minas e do Observatório das Metrôpoles.

Tarcísio Rodrigues Botelho – Doutor em História Social pela USP (1998), Professor no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, Pesquisador do CNPq.

Ficha Técnica Colaboradores – Como Anda Belo Horizonte – Volume 10

ELABORAÇÃO DOS MAPAS

José Flávio Morais Castro

Rogério Sant'Anna de Souza